

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-SP

Fabio de Carvalho Rocha

Centros de Referência de Assistência Social do Vale do Ribeira:

a tensão entre projeto ético-político do Serviço Social e projeto societário capitalista

Mestrado em Serviço Social

São Paulo

2021

Fabio de Carvalho Rocha

**Centros de Referência de Assistência Social do Vale do Ribeira:
a tensão entre projeto ético-político do Serviço Social e projeto societário capitalista**

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Carola Carbajal Arregui.

São Paulo

2021

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos a reprodução total ou parcial desta Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Data: 16/12/2021

E-mail: fabiocarvalho50@hotmail.com

R528

Rocha, Fabio de Carvalho

Centros de Referência de Assistência Social do Vale do Ribeira: a tensão entre projeto ético-político do Serviço Social e projeto societário capitalista. – São Paulo: [s.n.], 2021.

131 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) -- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social, 2021.

Orientadora: Profa. Dra. Carola Carbajal Arregui.

1. Serviço Social. 2. Vale do Ribeira-SP. 3. Condições de Trabalho. I. Arregui, Carola Carbajal. II. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Programa de Estudos Pós-graduados em Serviço Social. III. Título.

CDD 361.3

Fabio de Carvalho Rocha

**Centros de Referência de Assistência Social do Vale do Ribeira:
a tensão entre projeto ético-político do Serviço Social e projeto societário capitalista**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dra. Carola Carbajal Arregui.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Carola Carbajal Arregui
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC-SP)

Profa. Dra. Maria Lúcia Martinelli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
(PUC-SP)

Profa. Dra. Heloísa Sayume Miyahara
Centro Universitário do Vale do Ribeira
(UNIVR)

Esta dissertação é dedicada especialmente aos meus pais, irmãos, a família e amigos que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa da vida.

E a todos assistentes sociais que acreditam nessa profissão e lutam por um mundo justo e melhor para todos.

E todos os moradores do Vale do Ribeira.

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento e Tecnológico (CNPQ) – Brasil.

This study was financed in part by the Conselho Nacional de desenvolvimento e tecnológico (CNPQ)-Brazil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à minha mãe Anair Barbosa de Carvalho Rocha, que sempre me incentivou e não mediu esforços para que eu continuasse minha trajetória acadêmica e também a toda a minha família, principalmente às minhas tias, Nice, Vera e Sônia que me apoiaram em diversos momentos da minha vida pessoal.

Ao Elias e toda a sua família que me acolheram e sua casa e me possibilitaram realizar o mestrado, cuidando de mim com muito amor, carinho e zelo, apoiando-me incondicionalmente nesses três anos que passamos juntos.

À minha professora Luci Caetano, que me possibilitou diversas reflexões e muito aprendizado. Carrego por ti um enorme carinho!

Às minhas queridas professoras da UNISEPE, com destaque para as professoras Isabela, Heloísa e Mariene, que plantaram o desejo de continuidade nos estudos, e dedicaram parte do seu tempo me auxiliando no processo de ingresso na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC-SP.

À minha supervisora do estágio de campo Maraísa e ao meu amigo do estágio Antony Xavier, pelos quais tenho uma relação de amizade muito sólida.

Agradeço às minhas amigas Amanda Ribeiro e Jéssica Muniz que estiveram lado a lado comigo nos melhores e piores momentos, que ouviram minhas angústias e queixas incansavelmente sobre os “perrengues da vida” e me proporcionaram muitos momentos felizes em nossas rodas de conversas e pagode. Amo vocês!

A Marli Carvalho e sua filha Yasmin Carvalho que são como minha família.

À PUC-SP, que me trouxe o contato com muitas pessoas e entre as novas amizades agradeço a Karoline que me ensinou “os caminhos das pedras” e me auxiliou em diversas questões burocráticas ao longo do mestrado.

Agradeço enormemente à minha orientadora Dra. Carola Carbajal Arregui, que com muito carinho dividiu comigo seus conhecimentos, e me apoiou quando mais precisei, quando me via sem forças para continuar, não mediu esforços para que eu continuasse minha trajetória na PUC-SP. Além de tê-la como orientadora tenho-a como amiga e por você nutro uma profunda admiração. Sem dúvidas a conclusão do mestrado só foi possível porque tive você, me incentivando, me ajudando a superar cada desafio da pesquisa.

À professora Martinelli a quem admiro demais e foi a primeira escritora que li no âmbito do Serviço Social e que tive o prazer de assistir suas aulas. Guardo com muito carinho os livros ganhos, os quais somaram no meu acúmulo intelectual.

Agradeço postumamente à professora Dirce Koga a quem tive a honra e o prazer de conhecer, e pude aprender muito em suas aulas, além disso foi com muito carinho que participou da minha Banca de Qualificação, trazendo apontamentos importantes para o desenvolvimento dessa pesquisa. Há uma frase que aprendi “uma pessoa só morre quando é esquecida”! E com alegria falo que você é eterna, pois viverá nos corações para sempre, no meu coração e no de todos aqueles que te conheceram ou têm o prazer de ler sua bibliografia.

Agradeço do fundo do meu coração a todos os participantes desta pesquisa, que despenderam parte de seu tempo para responderem ao questionário.

E, por fim, agradeço a todos que fizeram e/ou fazem parte da minha vida.

“É preciso recusar o messianismo utópico- que privilegia as intenções do sujeito profissional em detrimento da análise histórica do movimento do real numa visão heroica e ingênua [...] também é preciso recusar o fatalismo, inspirado em análise que neutralizam a vida social e traduzindo numa visão perversa da profissão”. (IAMAMOTO)

Rocha, Fabio de Carvalho. **Centros de Referência de Assistência Social do Vale do Ribeira: a tensão entre projeto ético-político do serviço social e projeto societário capitalista**. 2021. 131 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2021.

A presente dissertação tem como tema as condições de trabalho das assistentes sociais atuantes na Política Nacional e Assistência Social (PNAS), na região o Vale do Ribeira-SP, a partir de sua inserção nos Centros de Referência e Assistência Social (CRAS) dos municípios e Pequeno Porte I. Desta forma, nossa aproximação à realidade vivenciada buscou indagar sobre os desafios teóricos, técnicos e éticos-políticos que se interpõem no espaço de trabalho e as correlações de forças enfrentadas na luta pela direcionalidade da política de assistência social no interior dos municípios de Pequeno Porte I. Para essa análise, elegemos dois municípios diferentes, sendo um de subclassificação PP1e e o outro PP1f. Buscou-se explicitar como as condições de precarização do trabalho acabam interferindo no conteúdo do trabalho e no agir profissional. Para isso, adentramos na dinâmica institucional do CRAS a partir de entrevistas de campo realizadas com assistentes sociais técnicos, a fim de traçar a realidade enfrentada pelos assistentes sociais na execução de seu trabalho cotidiano. Nessa análise, consideramos aspectos contraditórios inerentes à compra e venda da força de trabalho e a relação da precarização das relações de trabalho, tanto na contratação quanto nos meios disponíveis para a execução do trabalho profissional e o quanto essas relações trazem para os assistentes sociais novos e velhos dilemas ético-políticos.

Palavras-chave: Serviço Social. Vale do Ribeira-SP. Condições de Trabalho.

Rocha, Fabio de Carvalho. **Social Assistance Reference Centers in Vale do Ribeira: the tension between the social service ethical-political project and the capitalist society project**. 2021. 131 p. Dissertation (Masters in Social Work) – Pontifical Catholic University of São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2021.

This dissertation has as its theme the working conditions of social assistants acting according to the Brazilian National Policy for Social Assistance (PNAS), in the region of Vale do Ribeira - SP, from their insertion in Reference Centers for Social Assistance (CRAS) in small size I towns (up to 20,000 inhabitants). Therefore, our approach to the experienced reality has sought to research on theoretical, technical and ethical-political challenges that are interposed in the state workspace and on force correlations faced in the fight for directionality of social assistance policies in the countryside of small size I towns. Towards this analysis, we have elected two different towns, being one in the PP1 subclassification and the other in the PP1f. It was sought to clarify how poor working conditions end up interfering in work contents and in professional behavior. For this purpose, we have entered the institutional dynamics of CRAS from field interviews carried out with the technical social assistants, in order to frame the reality faced by social assistants while executing their daily work. In this analysis, we have considered contradictory aspects inherent to the workforce acquisition and sale and the relationship among the worsening of work relations, both in the hiring process as well as in the available tools for the professional work, and how much these relationships raise new and old ethical-political dilemmas to social assistants.

Keywords: Social Service. Vale do Ribeira-SP. Working Conditions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira do Iguape.....	24
Figura 2:	Mapa do Vale do Ribeira.....	28
Figura 3:	Mapa dos municípios do Vale do Ribeira pertencentes ao Paraná.....	29
Figura 4:	Mapa dos municípios do Vale do Ribeira pertencentes a São Paulo.....	30
Figura 5:	Presença de grupos populacionais tradicionais e específicos em São Paulo, Brasil.....	38
Figura 6:	Comunidade Remanescente de Quilombo.....	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:	Portes populacionais de municípios e subclassificações.....	32
Quadro 2:	A modalidade de ensino a qual obtiveram o título de graduação e nome da instituição.....	97
Quadro 3:	Vínculo empregatício e Carga horária de trabalho.....	98
Quadro 4:	Espaços que devem ser garantidos nos CRAS.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1:	População, porte populacional e IDH Municipal dos municípios do Vale do Ribeira no Estado de São Paulo.....	31
Tabela 2:	Subclassificação dos municípios de pequeno porte 1 do Vale do Ribeira no Estado de São Paulo.....	33
Tabela 3:	Dados sociodemográficos e de beneficiários do Programa Bolsa Família dos municípios do Vale do Ribeira-SP.....	78
Tabela 4:	Dados sociodemográficos e de beneficiários dos municípios de pequeno porte 1 F e E do Vale do Ribeira-SP.....	80
Tabela 5:	Equipe de referência segundo o porte municipal.....	86

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PUCSP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 - TESSITURAS DO VALE DO RIBEIRA.....	24
CAPÍTULO 2 - O PROJETO ÉTICO POLÍTICO E O TRABALHO EM DISPUTA: O SERVIÇO SOCIAL E O NEOLIBERALISMO	46
2.1 Breves notas sobre a gênese da profissão e a intenção de ruptura do Serviço Social	46
2.2. O avanço do neoliberalismo e as implicações para o Serviço Social	53
2.3 Trabalho e trabalho em serviço.....	66
CAPÍTULO 3 - O SUAS E O TRABALHO PROFISSIONAL EM DISPUTA: O VALE DO RIBEIRA-SP E OS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE I	78
3.1. A política de assistência social e os tensionamentos vivenciados nos CRAS.....	81
3.2. Condições de trabalho e desafios para o trabalho do(a) Assistente Social.....	97
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS	120
APÊNDICES	127

INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar o Serviço Social e seu trabalho na contemporaneidade nasceu já desde o estágio e realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Serviço Social, na faculdade UNISEPE, voltado à prática profissional dos assistentes sociais que atuavam, à época, nos Centros de Referência Social de Assistência Social (CRAS). Procurando dar continuidade a esse tema de pesquisa, tão rico e que não se esgotou com a conclusão do trabalho de graduação, propomos, no Mestrado, realizar a pesquisa sobre o cotidiano do trabalho profissional nos CRAS do Vale do Ribeira, por entendermos que este é um assunto constantemente atual para os assistentes sociais tanto da área acadêmica quanto do campo profissional.

Desde o início tivemos como preocupação e pressuposto teórico-metodológico a análise do trabalho profissional e dos desafios ético-políticos apreendidos na sua dinâmica socio-histórica, para compreender não apenas a sua estrutura, mas, também, para compreender as suas determinações (BATISTA, 2010), sem perder de vista a particularidade do trabalho profissional no Vale do Ribeira e nos municípios de pequeno porte I.

Nessa perspectiva, a dissertação de Mestrado, que aqui se apresenta, tem como objeto o trabalho e os dilemas políticos do cotidiano do trabalho dos/as assistentes sociais que atuam na Política Nacional de Assistência Social (PNAS) nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), na região do Vale do Ribeira, em tempos de intensificação da precarização das condições de trabalho e a agudização das desproteções sociais.

Atualmente, assistimos a uma implosão dos direitos sociais adquiridos pela classe trabalhadora, com graves retrocessos para o povo brasileiro. A atual ofensiva neoliberal, capitaneada pelo governo de Jair Bolsonaro, tem como antecedentes imediatos o conjunto de contrarreformas operadas, logo após o golpe de 2016, que penalizam a classe trabalhadora.

A pandemia da Covid-19, que afetou o mundo inteiro e, no Brasil, ceifou mais de 600.000 vidas, é resultado de uma política potencializada pelo negacionismo da ciência, pela recusa na compra de vacinas e pelas indicações de remédios sem nenhuma eficácia, ações estimuladas pela figura do presidente e de seus apoiadores. A divulgação de Fake News (notícias falsas) também pesou contra a sociedade brasileira, não somente na superação da própria pandemia, mas também nas eleições. É inegável que a conjuntura política brasileira tem colocado em contexto tempos difíceis para a classe trabalhadora com grande desmonte dos direitos sociais historicamente conquistados.

Ao caos sanitário e a uma conjuntura política de avanço do conservadorismo, somam-se o aumento progressivo da inflação e a perda do poder de compra dos brasileiros. A roda econômica está girando mais devagar, seja pela falta de investimento de capital estrangeiro (muitos países estão aquecendo as suas próprias economias internas), seja pela ação do Estado brasileiro, que cria as condições para a progressiva dispensa e precarização dos trabalhadores e trabalhadoras, questão que fica evidente se olharmos os números crescentes de desemprego e de trabalho informal. Conforme Antunes (2020), quando a pandemia eclode no Brasil, o país já tinha 40% dos(as) trabalhadores(as) na informalidade, quase 13 milhões de trabalhadores e trabalhadoras desempregados(as), quase 13 milhões.

A precariedade das condições de trabalho não é um fenômeno novo na periferia do capitalismo, no entanto, no atual cenário ela vem ganhando cada vez mais força, até mesmo no âmbito do Estado.

Além disso, diante dos retrocessos dos direitos sociais, pensar a processualidade do trabalho dos assistentes sociais, em tempos em que a precarização é tão latente, é necessário construir e reafirmar o direcionamento de luta baseado na realidade dos profissionais.

Diante desses pressupostos, o fio condutor da investigação privilegia a análise do trabalho profissional dos assistentes sociais que atuam no Vale do Ribeira-SP, sendo que os questionamentos iniciais visaram entender: **como se materializa e/ou se concretiza o trabalho profissional dos assistentes sociais no Vale do Ribeira? Sob quais condições de trabalho? De que maneira as condições de trabalho rebatem na profissão, fortalecendo ou enfraquecendo o posicionamento político do Serviço Social?**

Sendo assim, a pesquisa teve como objetivo geral desvendar a dimensão política do trabalho dos assistentes sociais dos CRAS de dois municípios de pequeno porte I, buscando entender os limites e possibilidades postos pela sua atuação profissional e as condições de trabalho, a partir das particularidades do trabalho cotidiano no Vale do Ribeira. E como objetivos específicos:

- Compreender a inserção do assistente social no campo de trabalho dos Centros de Referência de Assistência Social de dois municípios de pequeno porte I do Vale do Ribeira;
- Analisar as condições de trabalho desses assistentes sociais;
- Elucidar os desafios políticos e as correlações de forças que os assistentes sociais atravessam para a materialização do Código de Ética profissional.

A escolha por evidenciar o Vale do Ribeira-SP se deu, primeiramente, pela minha procedência como morador e trabalhador do referido local, comprometido e engajado com o trabalho profissional. Na condição de pesquisador, estudar o Vale do Ribeira-SP não é uma escolha neutra, pois tenho um engajamento profissional e relacional com a região, me considero “um *filho da terra*, como carinhosamente chamamos aos que pertencem à região” (MIYAHARA, 2017). Mas também foi opção intencionada diante da escassa produção de estudos e pesquisas, na área do Serviço Social, na região.

No que tange à revisão bibliográfica realizada na base de dados da *Scielo*, tendo como referência a palavra-chave “Vale do Ribeira”, foram encontrados 171 (cento e setenta e uma) teses e dissertações vinculadas ao Vale do Ribeira, porém, desse universo, apenas 05 (cinco) estão ligados à área de Ciências Humanas Aplicadas, sendo que as demais estão alocadas na área da Ciência da Saúde, Ciências Agrícolas, Ciências Biológicas, Multidisciplinar, Humanidades, Ciência Exata e da Terra, e Engenharia.

Em pesquisa realizada na biblioteca geral da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), foram localizadas 10 (dez) teses e dissertações referentes ao Vale do Ribeira, das quais duas são pesquisas realizadas no contexto do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSSO): uma tese da autora Heloisa Sayumi Miyahara (2017), intitulada “Perspectiva do meio fio: entre os direitos sociais e a história de vida da população em situação de rua do Vale do Ribeira”; uma dissertação da autora Ana Lea Martins Lobo (2018), intitulada “O trabalho do(a) assistente social na política de assistência social no Vale do Ribeira-SP: uma análise sob a ótica da formação profissional”; e, posteriormente, na Banca de Qualificação foi indicada pela participante Dirce Harue Ueno Koga a leitura da dissertação de Mariene dos Santos Pereira (2017), intitulada “Trajetórias socioterritoriais: entre necessidades habitacionais e a intervenção do estado na produção da segregação socioespacial”.

Embora Lobo (2018) tenha tido como objeto de estudo o trabalho do assistente social na política de assistência social, tendo em vista a formação acadêmica profissional; Miyahara (2017) tenha centrado seu estudo no acesso (e falta) de acesso aos direitos sociais da população em situação de rua; e Pereira (2017) abordado a questão habitacional, essas pesquisas foram referências fundamentais, pois trouxeram elementos importantes ora sobre as condições e o trabalho dos assistentes sociais, ora sobre as particularidades do Vale do Ribeira.

Realizamos, ainda, consultas em duas revistas eletrônicas, que veiculam artigos e trabalhos pertinentes ao Serviço Social, com maior difusão e circulação na categoria

profissional. Tanto na “Revista Serviço Social e Sociedade”¹, quanto, na “Revista Katálisis”², nenhum artigo relacionado ao Vale do Ribeira foi encontrado.

Deste modo, a pesquisa aqui apresentada busca contribuir com os estudos relativos ao Serviço Social que têm por especificidade o trabalho profissional no Vale do Ribeira-SP.

Breves notas sobre os Procedimentos metodológicos

A presente pesquisa se pautou inicialmente por revisão bibliográfica, sendo este um momento importante para subsidiar o marco teórico e a compreensão das categorias centrais do objeto: trabalho, serviço social e projeto ético-político.

Para a categoria trabalho, partimos dos estudos de Karl Marx, aprofundando a discussão da nova morfologia dos universos do trabalho, dialogando com Ricardo Antunes, Dimária Silva e Meirelles, Sadi Dal Rosso, Graça Druck, Renán Venga Cantor e Raquel Raichelis. Para a compreensão da profissão e do projeto ético-político, priorizamos o diálogo com Marilda Villela Iamamoto, José Paulo Netto, Maria Lúcia Martinelli, Maria Beatriz Abramides e Maria Lúcia Barroco.

Para a análise da política de assistência social, tivemos como principais referências: Eliane Rossetti Behring, Ivanete Boschetti, Aldaíza Sposati, Berenice Couto, bem como os textos normativos e as orientações técnicas da PNAS e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A pesquisa SUAS 10 Diversidade no SUAS: realidade, respostas, perspectivas (BRASIL, 2015), coordenada pela Profa. Aldaíza Sposati, da qual participaram as professoras Carola C. Arregui e Dirce Koga, foi referência fundamental para a compreensão da diversidade dos municípios de pequeno porte I. Quando iniciamos a pesquisa, tínhamos como preocupação compreender a especificidade desses municípios que se apresentavam claramente diferenciados em relação aos outros portes populacionais. Ao longo da pesquisa e a partir da aplicação de proposta de subclassificação de portes populacionais, no interior dos municípios de pequeno

¹As informações disponíveis na página da revista dão conta que “desde sua criação, em setembro de 1979, a revista *Serviço Social & Sociedade* apresenta uma política editorial pautada pela diretriz de dar voz a essa valiosa produção acadêmica e profissional dos assistentes sociais e de pesquisadores de áreas afins, repercutindo também o desenvolvimento sociopolítico do Serviço Social e o pensamento de suas entidades representativas [...]. Segundo a pesquisadora Maria Ozanira da Silva e Silva, “é o único periódico na América Latina que chegou ao número 100, mantendo fluxo regular de publicação durante trinta anos”. A mesma pesquisadora ressalta ainda a “recente classificação no Estrato A1 no Sistema Qualis Periódicos da Capes/MEC”. (Cf. Silva e Silva, 2009, p. 601)”.

² Em informações disponíveis na página da *Revista Katálisis*, ela foi “criada em 1997, com periodicidade quadrimestral, Qualis/Capes A-1, destina-se à publicação de artigos científicos originais sobre assuntos atuais e relevantes no âmbito do Serviço Social, áreas afins e suas relações interdisciplinares[...]. A revista é vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e ao de Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis”.

porte I, identificamos que também há diversidades no interior das cidades de pequeno porte no Vale do Ribeira.

Para a compreensão das particularidades do Vale do Ribeira, além da consulta às bases de dados oficiais (IBGE, Fundação Seade, PNUD, MDS), foram referências fundamentais as teses e dissertações realizadas pelas pesquisadoras do Vale do Ribeira no âmbito do PGP em Serviço Social da PUC-SP. Nesse sentido, foram referência os estudos das autoras Miyhara (2017), Lobo (2018), e Pereira (2017), traçando, assim, um diálogo com as pesquisas encontradas com abrangência ao Vale do Ribeira-SP, sob a ótica do Serviço Social, o que permitiu compreender as particularidades do trabalho profissional na região.

Ainda na revisão bibliográfica utilizamos como ferramenta alternativa de consulta a plataforma Sucupira, onde pudemos encontrar artigos científicos que ajudaram a construir a *categoria trabalho precarizado* e permitiram o aprofundamento sobre a Política de Assistência Social (PNAS).

Na realização da pesquisa de campo, optamos pela abordagem de caráter qualitativo que, de acordo com Minayo *et al.* (2012), permite ao pesquisador não só a proximidade com a realidade sobre a qual formula perguntas, mas também estabelece uma interação com os sujeitos e suas realidades. A abordagem qualitativa possibilita-nos evidenciar a percepção dos participantes, trazendo à luz, como estes pensam a respeito do que se está sendo pesquisado e não somente a visão do pesquisador (MARTINELLI, 1999). Ao nos debruçarmos sobre o trabalho profissional no cotidiano, buscamos entender uma “realidade que não pode ou não deveria ser quantificada” (MINAYO *et al.*, 2012 p. 21), pois o que queríamos era (re)conhecer a importância das experiências sociais dos sujeitos, seus significados, valores e suas práticas cotidianas, através dos depoimentos dos sujeitos para a compreensão e a explicação da realidade concreta.

Para a pesquisa de campo, utilizamos a técnica de entrevista realizada em dois municípios de pequeno porte I, com seis assistentes sociais inseridos/as nos Centro de Referência de Assistência Social. Considerando que o nosso foco era debater sobre os desafios políticos do trabalho profissional e as condições de trabalho, optamos por entrevistar profissionais que atuam como assistentes sociais nos serviços e programas ofertados pelos CRAS, não considerando os/as assistentes sociais que estão na condição de coordenador, gestor ou cargos de chefia.

A **entrevista**, segundo Lakatos e Marconi (2003), é entendida como:

Um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social. [...]. Trata-se, pois, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária. (LAKATOS, MARCONI, 2003, p. 195-196)

A entrevista foi realizada por meio de um Roteiro, com a combinação de perguntas fechadas para traçar um perfil dos(as) sujeitos(as) entrevistados(as) e perguntas abertas referenciadas nos objetivos específicos desta pesquisa, possibilitando ao entrevistador reformular ou aprofundar os questionamentos a partir das respostas obtidas durante a realização da entrevista, deste modo, nos ajudando a explorar mais amplamente as questões.

No decorrer da pesquisa de campo e da realização das entrevistas, que ocorreram de forma presencial, nos deparamos com a preocupação das entrevistadas em relação ao sigilo dos depoimentos, especialmente nas perguntas relativas ao cotidiano e às condições do trabalho profissional. Considerando, conforme fica evidenciado no Capítulo 3, que nos municípios de pequeno porte I prepondera a existência de um CRAS na cidade, e tendo em vista os princípios éticos assumidos na pesquisa, optamos por não tornar público o nome do município. Contudo, tivemos a preocupação de identificar os municípios, considerando a subclassificação no interior do porte populacional, a saber: um município de PP1f que agrega cidades de 20.000 a 15.001 habitantes e um município de PP1e, que considera cidades de 15.000 a 10.001 habitantes. A escolha desses municípios se deu considerando a diversidade no interior do porte populacional, na incidência de população rural e na cobertura de beneficiários no Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) em relação ao total de famílias cadastradas no CadÚnico.

O conteúdo deste estudo que compõe a presente dissertação de mestrado está organizado em quatro capítulos.

O primeiro capítulo, denominado **“Tessituras do Vale do Ribeira”** traz a contextualização do Vale do Ribeira com elementos históricos, sociais, culturais, ambientais, ecológicos e econômicos, permitindo a compressão mais ampla, elencando, na medida do possível, os limites e possibilidades da região do estudo.

No segundo capítulo, intitulado **“O Projeto Ético-Político e o Trabalho em Disputa: o Serviço Social e o Neoliberalismo”**, buscamos traçar uma linha temporal das principais mudanças sociais e seus impactos no Serviço Social, evidenciando os projetos societários em disputa defendidos pela profissão e pelo avanço do pensamento conservador em

curso. Esse capítulo apresenta também uma aproximação da categoria trabalho tão necessária para se compreender a prestação de serviços, principalmente no setor público, alvo de nossa pesquisa e, partindo dessa primeira aproximação, trouxemos a discussão sobre a precariedade das condições de trabalho como projeto social capitalista

O terceiro capítulo intitulado “**O SUAS e o Trabalho Profissional em Disputa: o Vale do Ribeira-SP e os municípios de pequeno porte I**”, embasado na ofensiva neoliberal e na contrarreforma do estado brasileiro, aborda os processos em disputa na direcionalidade da PNAS e do SUAS, dialogando mais diretamente com os achados empíricos da pesquisa e as narrativas dos(as) participantes, embora elas foram contempladas, também, no capítulo 1.

Por fim, nas considerações finais, são destacados os apontamentos conclusivos sobre os temas principais que foram apontados ao longo da dissertação.

CAPÍTULO 1 - TESSITURAS DO VALE DO RIBEIRA

O nome Vale do Ribeira vem da composição de duas palavras: vale que faz referência a terreno baixo e mais ou menos plano à margem de um rio ou ribeirão e Ribeira, em função do rio Ribeira de Iguape, que compõe a Bacia Hidrográfica do Ribeira (MIYAHARA, 2017). No mapa a seguir, podemos visualizar o território do Vale do Ribeira que acompanha o curso do Rio/Bacia Hidrográfica desde sua nascente no estado do Paraná até seu desagüamento em Ilha Comprida, no estado de São Paulo.

Figura 1 - Mapa da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira do Iguape



Fonte: UNICAMP, Sala de imprensa apud (MIYAHARA, 2017, p. 18).

A história e a formação territorial do Vale do Ribeira representam traços específicos que ajudam a compreender a dinâmica dessa região. De acordo com Miyahara (2017), os estudos arqueológicos revelam a existência do homem na região há mais de 10 mil anos, demonstrando que a ocupação do território antecede à formação e formalização político-administrativa do território.

A história do Vale do Ribeira está intimamente ligada à Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape e aos territórios tradicionais dos povos indígenas, muito antes do descobrimento do Brasil. Após a chegada dos portugueses na região, por volta do século XVI, a extração do ouro e demais riquezas conduziram e influenciaram diretamente nas formas de crescimento populacional e desenvolvimento econômico do Vale. As primeiras jazias de ouro do país foram descobertas no Vale do Ribeira, no século XVII, muito antes de Minas Gerais e Goiás.

Registro³, um dos dois municípios de Médio Porte Populacional⁴ do Vale do Ribeira-SP, tem seu povoamento relacionado ao ciclo do ouro. O nome da cidade é advindo de sua função à época, pois todo o ouro da região do Alto Ribeira era “registrado” na cidade antes de ser ecoado para Portugal. O escoamento do ouro e das demais mercadorias era feito, em sua maioria, de barco, pelas vias fluviais do Rio Ribeira de Iguape, descendo de Iporanga até Iguape. Registro se tornou município oficialmente em 1945. Do mesmo porte, Peruíbe⁵, com sua história intimamente ligada aos bandeirantes, a violência contra os índios e ao comércio de escravos, trata-se de município emancipado de Itanhaém, em 1959.

Integrante dos quatros municípios de Pequeno Porte II⁶, Juquitiba⁷ teve seu surgimento datado no século XVI, ligado às aldeias indígenas, porém oficializou-se politicamente como município em 1964, desmembrando-se do município de Itapeverica da Serra. Na mesma classificação de porte populacional, Iguape⁸ foi fundado em 3 de dezembro de 1538, como ponto estratégico no ciclo do ouro, chegando a ter uma casa de fundição. O município de Cajati⁹ tem sua história, também, ligada à extração, mas principalmente de calcário. Com registros históricos, que datam da década de 1930, constitui-se como município em 1991, desmembrado

³ Dados sobre a Câmara Municipal de Registro-SP. Disponíveis em: <https://www.registro.sp.leg.br/institucional/historia/historia-da-cidade>. Acesso em: 10 maio 2021.

⁴ São considerados município de Médio Porte aqueles que tem entre 50.001 a 100.000 habitantes.

⁵ Dados sobre Peruíbe. Disponíveis em: <https://www.camaraperuibe.sp.gov.br/pagina/historia-do-municipio>. Acesso em: 10 jun. 2021.

⁶ São considerados município de Pequeno Porte II aqueles que tem entre 20.001 a 50.000 habitantes.

⁷ Dados sobre Juquitiba. Disponíveis em: <https://juquitiba.sp.gov.br/historia/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

⁸ Dados sobre Iguape. Disponíveis em: <https://www.iguape.sp.gov.br/site/prefeitura/conheca-o-municipio/historico/#:~:text=Oficialmente%2C%20Iguape%20foi%20fundada%20em%203%20de%20dezembr,o%20de%201538.&text=A%20Vila%20foi%20elevada%20a,para%20Bom%20Jesus%20de%20Iguape>. Acesso em: 10 jul. 2021.

⁹ Dados sobre Cajati. Disponíveis em: <https://www.cajati.sp.gov.br/cidade/#:~:text=O%20distrito%20de%20Cajati%20foi,sua%20vez%20fundado%20em%201864.&text=Assim%2C%20somente%20em%2030%20de,%2C%20tornando%2Dse%20munic%C3%A,Dpio%20aut%C3%B4nomo>. Acesso em: 10 jul. 2021.

do município de Jacupiranga. Já o município de Apiaí¹⁰, também ligado à extração do ouro, tem sua fundação datada de 1771, embora constitua-se como município, em 1933.

Considerando os municípios de Pequeno Porte I¹¹, Miracatu¹² tem sua origem vinculada à criação de gado e à agricultura, sendo a rizicultura a base econômica. A transportação de mercadorias era feita através da malha fluvial da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira, anos mais tarde pela malha ferroviária e atualmente pela BR-116. A região adquiriu a categoria de município ainda com a denominação de “Prainha”, em 1938, desvinculando-se do município de Iguape, sendo que a substituição do nome Prainha para Miracatu ocorreu em 1944. Já o município de Pariquera-Açu¹³ tem a história de suas origens ainda no século XVIII, com os migrantes que vinham de Cananéia e Iguape com o objetivo de chegarem em Eldorado. No ano de 1854, o município participou de um projeto de desenvolvimento agrícola, a partir do qual recebeu diversos imigrantes europeus para o cultivo e desenvolvimento das lavouras. Em 1935, cria-se o Distrito de Paz de Pariquera-Açu subordinado ao município de Jacupiranga e, em 1953, o Pariquera-Açu se desvincula de Jacupiranga e adquire a categoria de município. O município de Juquiá¹⁴, foi fundado em 1829 e, em 1853, foi elevado à categoria de freguesia, vinculada ao município de Iguape, sendo que, em 1948, foi elevado à categoria de município. Ribeirão Branco foi fundado em 26 de novembro de 1864, posteriormente, em 1882, foi elevado à categoria de freguesia e, no ano seguinte, torna-se Distrito de Paz. O município se desmembra de Itapeva e passa 42 anos na categoria de município, no entanto, acaba perdendo sua autonomia voltando-se à categoria de Distrito de Paz. Somente em 1944, torna-se novamente município, se desmembrando definitivamente de Itapeva. Itariri¹⁵ teve seus primeiros moradores datados por volta de 1880 e, em 1948, ganha a titulação de município se desmembrando do município de Itanhaém. Datado do ano de 1864, a formação do município de Jacupiranga¹⁶, que na época era chamada e conhecida como Botujuru, foi elevada à categoria de Freguesia no ano de 1870. O município de Jacupiranga foi instalado em junho de 1928, abrangendo o atual território de

¹⁰ Dados sobre Apiaí. Disponíveis em: <http://apiai.sp.gov.br/portal/historia/#:~:text=A%20historia%20de%20Apia%C3%AD%20est%C3%A1,nos%20meados%20dos%20s%C3%A9culo%20XVII.&text=A%20eleva%C3%A7%C3%A3o%20a%20Vila%20ocorreu,Ant%C3%B4nio%20das%20minas%20de%20Apiahy>. Acesso em: 10 ago. 2021.

¹¹ São considerados município de Pequeno Porte I aqueles até 20.000 habitantes.

¹² Dados sobre Miracatu. Disponíveis em: <https://www.miracatu.sp.leg.br/institucional/historia/historia-cidade>. Acesso em: 10 ago. 2021.

¹³ Dados sobre Pariquera-Açu. Disponível em: <https://www.pariqueraacu.sp.gov.br/siteold2021/index.php/home/historia>. Acesso em: 10 ago. 2021.

¹⁴ Dados sobre Juquiá. Disponíveis em: <http://www.juquia.sp.gov.br/o-municipio.php>. Acesso em: set. 2021.

¹⁵ Dados sobre Itariri. Disponíveis em: <http://www.camaradeitariri.sp.gov.br/documentos/historia.pdf>. Acesso em: set. 2021.

¹⁶ Dados sobre Jacupiranga. Disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jacupiranga/historico>. Acesso em: 10 set. 2021.

Pariquera-Açu e Cajati. O desmembramento de Jacupiranga dos dois municípios ocorreu em 1953, quando se desvincula de Pariquera-Açu e, em 1991, quando se desmembra também de Cajati. São Lourenço da Serra¹⁷, também tem sua historicidade ligada ao século XVIII, pois a região era colônia para os desbravadores que vinham buscar ouro, pedras preciosas ou índios para escravizar. No entanto, mesmo datado de muito anos, o município de São Lourenço da Serra foi criado em 30 de dezembro de 1953, conseguindo autonomia político-administrativa somente no ano de 1991.

Esse histórico evidencia que no Vale do Ribeira, assim como em outras várias regiões do Brasil, a formação político-administrativa das cidades envolveu a criação do município, a partir do desmembramento do território e/ou de municípios pré-existentes.

Independentemente da formulação político-administrativa, é na relação do ser humano com o seu entorno que se constituem as dinâmicas territoriais e as marcas e marcos dos territórios e seus habitantes. Na pesquisa de doutorado, a professora Heloísa Sayumi Miyahara dá pistas importantes para entender a identidade do Vale do Ribeira, enfatizando que a geografia, bem como as suas territorialidades oferecem à região a característica de territórios e territorialidades em transição natural do homem¹⁸, “ou seja, nem o homem do mar, nem o homem do mato, mas aquele que configura um modo de vida ENTRE uma coisa e outra, podendo ter traços, hábitos, costumes e identidades desses diferentes polos de transição” (MIYAHARA, 2017, p. 92). E a autora pontua:

É interessante identificar que até os dias de hoje, essa região é marcada por essa transição, possui um limite ENTRE o sudeste e sul; ENTRE o litoral e o interior; ENTRE o homem do mar e homem do mato. É essa mediação refletida nesse ENTRE, que também nos situa ENTRE as histórias de vida e as políticas públicas” (MIYAHARA, 2017, p. 92).

Dessa forma, o Vale do Ribeira está localizado ENTRE dois estados, o Estado do Paraná, ao leste, e o Estado de São Paulo, ao sul, como podemos visualizar a seguir.

¹⁷ Dados sobre São Lourenço da Serra. Disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-lourenco-da-serra/historico>. Acesso em: 20 jul. 2021.

¹⁸ Uma espécie de corredor natural que o homem utilizava para ir de uma região a outra migrando de um estado a outro, ou de uma zona para outra (da região do mar para o mato).

Figura 2 - Mapa do Vale do Ribeira

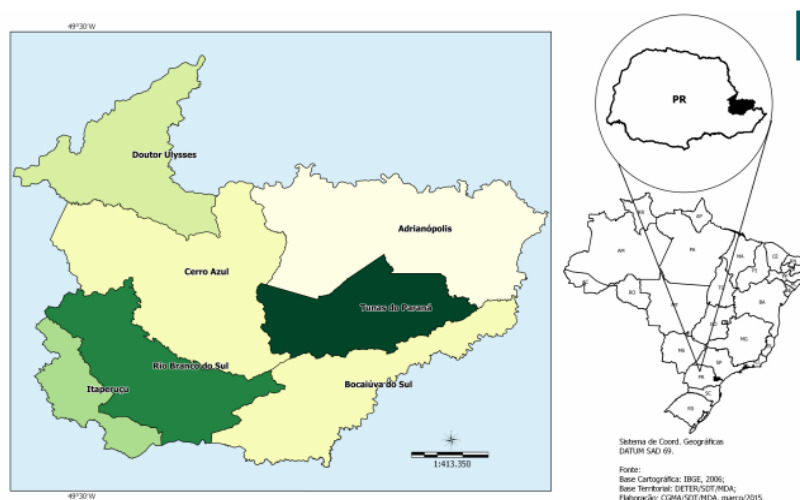


Fonte: Google Maps¹⁹.

Segundo o Caderno Territorial do Vale do Ribeira-PR, os municípios pertencentes ao estado paranaense, localizados na região Sul, são 07 (sete), sendo eles: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná, como podemos ver no mapa a seguir:

19 Imagem retirada da Web. Disponível em: <https://www.ovaledoribeira.com.br/2012/01/mapa-do-vale-do-ribeira-pelo-google.html>. Acesso em: 15 jun. 2021.

Figura 3 - Mapa dos municípios do Vale do Ribeira pertencentes ao Paraná.

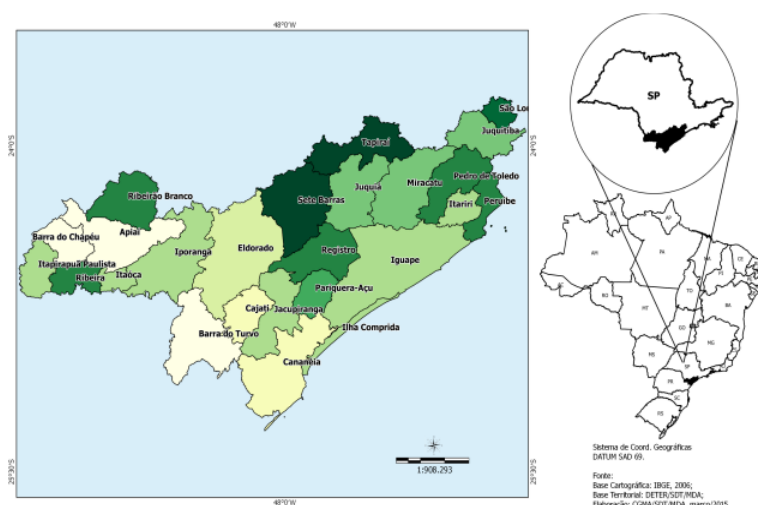


Fonte: Caderno Territorial do Vale Do Ribeira-PR²⁰.

Já a parcela localizada no estado de São Paulo, na região Sudeste, conhecida como Vale do Ribeira-SP é composta por 25 municípios: Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Ilha Comprida, Iporanga, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juquitiba, Miracatu, Pariquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruíbe, Registro, Ribeira, Ribeirão Branco, São Lourenço da Serra, Sete Barras e Tapiraí, demonstrados no mapa a seguir:

20 Perfil Territorial Vale do Ribeira. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_101_Vale%20do%20Ribeira%20-%20PR.pdf. Acesso em: 16 jun. 2019.

Figura 4 - Mapa dos municípios do Vale do Ribeira pertencentes a São Paulo.



Fonte: Caderno Territorial do Vale Do Ribeira-SP.²¹

Essa característica não retrata apenas uma localização geográfica, mas evidencia os desafios de uma região que está alocada entre dois polos político-administrativos (ou seja, entre dois entes da federação), gerando como desdobramento a possibilidade de que a gestão governamental de ambos os estados possam ser diferentes, e que isso impacte significativamente no desenvolvimento e implementação de políticas públicas, na maior ou menor aderência dos municípios às políticas federais, possibilitando, assim, divergência entre os dois estados.

O Vale do Ribeira-SP²² tem uma extensão de 18.075,27 Km², com uma população “predominante rural, composta por pequenos agricultores e conhecida como um dos redutos das comunidades tradicionais no Brasil, pois conta com populações quilombolas, indígenas, ribeirinhas, caiçaras entre outras” (PEREIRA, 2017, p. 27).

Segundo a Fundação SEADE²³, os municípios que compõem o Vale do Ribeira-SP somam um total de 427.172 habitantes, distribuídos como veremos na tabela a seguir:

²¹Caderno Territorial do Vale do Ribeira-SP. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_100_Vale%20do%20Ribeira%20-%20SP.pdf. Acesso em: 14 jun. 2019.

²² Ibid.

²³ Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Disponível em: <https://www.seade.gov.br/> Acesso em: 15 jun. 2019

Tabela 1 - População, porte populacional e IDH Municipal dos municípios do Vale do Ribeira no Estado de São Paulo

Nº	Município	Total de Habitantes		Porte Populacional	IDHM Ano 2010
		Ano 2020			
		n/a	%		
1	Peruíbe	66.201	14,5	Médio Porte	0.749
2	Registro	54.216	11,9	Médio Porte	0.754
3	Juquitiba	30.401	6,7	Pequeno Porte II	0.709
4	Iguape	29.465	6,4	Pequeno Porte II	0.726
5	Cajati	28.992	6,3	Pequeno Porte II	0.694
6	Apiaiá	24.666	5,4	Pequeno Porte II	0.710
7	Miracatu	19.934	4,4	Pequeno Porte I	0.697
8	Pariquera-Açu	19.251	4,2	Pequeno Porte I	0.736
9	Juquiá	18.828	4,1	Pequeno Porte I	0.700
10	Ribeirão Branco	17.685	3,9	Pequeno Porte I	0.639
11	Itiariri	17.274	3,8	Pequeno Porte I	0.677
12	Jacupiraga	17.222	3,8	Pequeno Porte I	0.717
13	São Lourenço da Serra	15.579	3,4	Pequeno Porte I	0.728
14	Eldorado	15.236	3,3	Pequeno Porte I	0.691
15	Sete Barra	12.628	2,8	Pequeno Porte I	0.673
16	Cananéia	12.341	2,7	Pequeno Porte I	0.720
17	Pedro de Toledo	10.977	2,4	Pequeno Porte I	0.696
18	Ilha comprida	10.296	2,3	Pequeno Porte I	0.725
19	Tapiraí	7.699	1,7	Pequeno Porte I	0.681
20	Barra do Turvo	7.687	1,7	Pequeno Porte I	0.641
21	Barra do Chapéu	5.530	1,2	Pequeno Porte I	0.660
22	Iporanga	4.407	1,0	Pequeno Porte I	0.703
23	Itapirapuã Paulista	4.180	0,9	Pequeno Porte I	0.661

24	Ribeira	3.242	0,7	Pequeno Porte I	0.698
25	Itaoca	3.186	0,7	Pequeno Porte I	0.680

Fonte: Fundação Seade, 2021; PNUD; IDH-M, Ipea e FJP, 2021.

Como podemos observar na Tabela 1, dois terços dos municípios do Vale do Ribeira-SP são de pequeno porte I, ou seja, são cidades abaixo de 20.000 (vinte mil) habitantes, sendo que juntos agregam 48,8% do total da população dos municípios da região no Estado de São Paulo. Em outras palavras, 19 municípios de pequeno porte I comportam 223.182 habitantes. Mas, ao mesmo tempo, é possível observar diversidade no interior desse porte populacional, que varia de 19.934 habitantes em Miracatu, passando por 18.828 em Juquiá, descendo para 15.579 em São Lourenço da Terra ou 10.296 em Ilha Comprida até chegar em 3.186 habitantes em Itaoca.

A pesquisa SUAS 10 Diversidade no SUAS: realidade, respostas, perspectivas (BRASIL, 2015, p. 21) considerou essa questão, afirmando a necessidade de realizar um exercício de leitura no interior de cada porte a fim de evidenciar nova escala de concentração populacional, importante “para o planejamento da política de assistência social e para a consolidação **do SUAS que queremos**”. Conforme o estudo, foram elaboradas as seguintes subclassificações para cada porte populacional:

Quadro 1 - Portes populacionais de municípios e subclassificações

Portes populacionais	Subclassificações
Pequeno Porte I (até 20.000 hab.)	Pequeno Porte I (de 1 A 20.000 hab.) PP1a até 2.500 hab. PP1b de 2.501 a 5.000 hab. PP1c de 5.001 a 7.500 hab. PP1d de 7.501 a 10.000 hab. PP1e de 10.001 a 15.000 hab. PP1f de 15.001 a 20.000 hab.
Pequeno Porte II (20.001 a 50.000 hab.)	Pequeno Porte II (de 20.001 a 50.000 hab.) PP2a de 20.001 a 40.000 hab. PP2b de 40.001 a 50.000 hab.
Médio Porte (50.001 a 100.000 hab.)	Porte Médio (de 50.001 a 100.000 hab.) PMa de 50.001 a 75.000 hab. PMb de 75.001 a 100.000 hab.
Grande Porte (100.001 a 900.000 hab.)	Grande Porte (de 100.001 a 900.000 hab.) PGa de 100.001 a 300.000 hab. PGb de 300.001 a 600.000 hab. PGc de 600.001 a 900.000 hab.

Metrópoles (+ de 900.000 hab.)	Metrópole (mais de 900.000 hab.) Ma de 900.001 a 1.500.000 hab. Mb de 1.500.001 a 2.500.000 hab. Mc de 2.500.001 a 3.500.000 hab. Md mais de 3.500.001 hab.
-----------------------------------	---

Fonte: BRASIL/SNAS, 2015.

Com o objetivo de contribuir para a compreensão da diversidade dos municípios de pequeno porte I do Vale do Ribeira no estado de São Paulo, aplicamos a subclassificação, como pode ser observada na tabela a seguir.

Tabela 2 - Subclassificação dos municípios de pequeno porte 1 do Vale do Ribeira no Estado de São Paulo					
Nº	Município	Total de Habitantes Ano 2020		Porte Populacional	Subclassificação SUAS 10
		n/a	%		
1	Miracatu	19.934	8,9	Pequeno Porte I	Pequeno Porte 1 F
2	Pariquera-Açu	19.251	8,6	Pequeno Porte I	Pequeno Porte 1 F
3	Juquiá	18.828	8,4	Pequeno Porte I	Pequeno Porte 1 F
4	Ribeirão Branco	17.685	7,9	Pequeno Porte I	Pequeno Porte 1 F
5	Itiariri	17.274	7,7	Pequeno Porte I	Pequeno Porte 1 F
6	Jacupiraga	17.222	7,7	Pequeno Porte I	Pequeno Porte 1 F
7	São Lourenço da Serra	15.579	7,0	Pequeno Porte I	Pequeno Porte 1 F
8	Eldorado	15.236	6,8	Pequeno Porte I	Pequeno Porte 1 F
9	Sete Barra	12.628	5,7	Pequeno Porte I	Pequeno Porte 1 E
10	Cananéia	12.341	5,5	Pequeno Porte I	Pequeno Porte 1 E
11	Pedro de Toledo	10.977	4,9	Pequeno Porte I	Pequeno Porte 1 E
12	Ilha comprida	10.296	4,6	Pequeno Porte I	Pequeno Porte 1 E
13	Tapiraí	7.699	3,4	Pequeno Porte I	Pequeno Porte 1 D
14	Barra do Turvo	7.687	3,4	Pequeno Porte I	Pequeno Porte 1 D
15	Barra do Chapéu	5.530	2,5	Pequeno Porte I	Pequeno Porte 1 C

16	Iporanga	4.407	2,0	Pequeno Porte I	Pequeno Porte 1 B
17	Itapirapuã Paulista	4.180	1,9	Pequeno Porte I	Pequeno Porte 1 B
18	Ribeira	3.242	1,5	Pequeno Porte I	Pequeno Porte 1 B
19	Itaoca	3.186	0,7	Pequeno Porte I	Pequeno Porte 1 B

Fonte: Fundação Seade, 2021; BRASIL/SNAS, 2015.

Conforme a Tabela 2, observa-se que 12 dos 19 municípios do Vale do Ribeira-SP são de Pequeno Porte 1, F e E (ou seja, de 20.000 a 15.001 habitantes e de 15.000 a 10.001 habitantes, respectivamente). Em segundo lugar, o Pequeno Porte 1 B, que agrega cidades com 5.000 a 2.501 habitantes, seguidas do Pequeno Porte 1 D e C, sendo faixas intermediárias entre as de maior e menor porte no interior de cidades de pequeno porte.

Paralelamente, vale ressaltar que os municípios de Pequeno Porte 1 são responsáveis por aproximadamente pela metade dos CRAS em funcionamento no Brasil, como aponta Bichir *et al.* baseado no Censo SUAS (2016):

Conforme os dados disponibilizados no Censo SUAS, foram observadas 8.420 unidades do Cras distribuídas por todos os portes municipais pelo Brasil em 2016, último ano de análise. Dessas, 4.016 estão em municípios de pequeno porte I, 1.142 foram verificados em município de pequeno porte II, 795 estão em municípios de médio porte e 418 ficam localizados nas metrópoles. (BICHIR, JUNIOR, PEREIRA, s.d, p. 10)

Referente ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal²⁴ (IDHM), conforme Tabela 1, os municípios variam de 0.641 (Barra do Turvo) a 0.754 (Registro), mas todos os demais municípios do Vale do Ribeira-SP apresentam IDH médio²⁵.

Entretanto, o Vale do Ribeira paulista tende a ser apontado como “a região mais pobre do estado de São Paulo”, evidenciado não somente por dados estatísticos²⁶, mas também e principalmente, pelas frequentes manchetes de jornais que acabam por cancelar essa identidade atribuída à região (MIYAHARA, 2017).

Em seus estudos, Lobo (2018), a partir dos últimos dados oficiais disponíveis (IBGE, 2010), identifica que, embora alguns municípios estejam com IDH médio, os índices de pobreza

²⁴ Índice que mede o desenvolvimento dos países, estados ou cidade, com base no Produto Interno Bruto (PIB) per capita, escolaridade (alfabetização e taxa de matrícula), expectativa de vida (longevidade da população).

²⁵ De 0 (zero) a 0.499 considerado Baixo, 0.500 a 0.799 considerados médios, 0.800 em diante são considerados altos. (Muito Baixo até 0,499; Baixo: de 0,500 a 0,599; Médio: de 0,600 a 0,699; Alto: de 0,700 a 0,799 e Muito Alto: de 0,800 a 1,000.

²⁶ Os dados estatísticos foram responsáveis por cancelar uma identidade a região, no entanto, mesmo com a superação de alguns dados, o Vale do Ribeira é conhecido pelo seu estigma da pobreza.

e de vulneráveis à pobreza também são elevados²⁷, como é o caso de Iguape (45.70%), Eldorado (46.87%), Registro (41.30%), Pariquera-Açu (37.76%), pontuando ainda que as cidades de Miracatu e Sete Barras apresentam uma média de população vulnerável à pobreza de cerca de 22%. Para explicar essa contradição, a autora aponta que:

Fica claro que, quando os índices intrateritoriais são analisados, constata-se as contradições de um modelo socioeconômico de alta concentração de renda local, já que, em muitas dessas cidades, há grandes empresários do ramo agrícola. Embora os responsáveis por grande parte dos empregos gerados na região contribuam para o processo de concentração de renda, principalmente nas cidades de Sete Barras e Miracatu. (LOBO, 2018, p. 69-70)

Porém, por outro lado, o Vale do Ribeira-SP é dono de outras riquezas. Na pesquisa de Mestrado, Mariane dos Santos Pereira traz elementos fundamentais que evidenciam a importância da questão ambiental (2017, p. 25)²⁸ na região destacada “como maior área de preservação ambiental do Brasil, totalizando 21% da mata atlântica remanescente” e o que faz com que 50% da área do Vale do Ribeira esteja sob regime ambiental, organizado por Unidades de Conservação de uso direto e indireto (PEREIRA, 2017). Em consequência disso, a região agrega parques ecológicos tais como os Parques Estaduais de Jurupará, Intervales, Carlos Botelho, Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (Petar) e a Estação Ecológica de Xitué. Mas também apresenta uma Planície Sedimentar e Litorânea, no Baixo Vale do Ribeira, onde estão situados o Mosaico do Jacupiranga e o Parque Estadual da Ilha do Cardoso (PEREIRA, 2017).

O Vale do Ribeira abriga uma das maiores festas religiosas do Brasil (Festa de Bom Jesus de Iguape), que reúne pessoas de vários lugares do país²⁹, além de possuir áreas tombadas como patrimônio histórico e cultural³⁰ pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional)³¹, certificando que a região, ademais da preservação ambiental, também preserva a sua história e a sua cultura.

Olhar para o Vale do Ribeira é captar que a questão da preservação ambiental é fato primordial, mas é entender também que ele contém dimensões de patrimônio histórico e cultural, de dinâmicas, experiências acumuladas e desenvolvidas por sujeitos que se constituem

²⁷ Porcentagem de Vulnerabilidade à pobreza ao lado do nome do município entre parêntese.

²⁸ São notáveis os esforços das pesquisadoras Miyahara (2017) em sua tese de doutora e da pesquisadora Pereira (2017) e Lobo (2018) em suas dissertações, para mostrar e demonstrar, trazendo à tona e elucidando esse tema, sempre no intuito de trazer as possibilidades e potencialidades, que tem a região do Vale do Ribeira-SP.

²⁹ Muitos dos devotos do Bom Jesus de Iguape chegaram até à Basílica Municipal de bicicleta, a pé ou a cavalo, e foram agradecer as graças e milagres alcançados.

³⁰ Referente ao município de Iguape que sofreu poucas alterações até o início do século XX, possuindo o maior conjunto de casarios do Estado de Paulo.

³¹ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/386/>. Acesso em: 10 maio 2020.

nos territórios e modos de vida nesses espaços. Modos de vida e dinâmicas que têm como traços a transição ENTRE espaços, conforme Mihayara (2017) nos provoca: entre São Paulo e Paraná, entre o mar e a mata atlântica, entre a tradição ribeirinha/caiçara, a cultura indígena e quilombola, a cultura paulista, entre o urbano e rural, como destacado anteriormente.

Na dissertação de mestrado, realizada por Mariene dos Santos Pereira (2017), que abordou a questão habitacional no Vale do Ribeira, a pesquisadora destaca a necessidade de compreender e desvendar os traços de ruralidades que estão presentes nas vidas dos sujeitos, não somente porque mais da metade da população do Vale do Ribeira reside em áreas rurais e/ou áreas urbanizadas não consolidadas, mas porque “a área rural não se resume a um lugar, a um chão. É particularmente um modo de vida onde o aspecto cultural se sobressai a todos os outros” (PEREIRA, 2017, p. 35).

E a pesquisadora cita como características específicas que influenciam a dinâmica dos territórios “a incidência de Unidade de Conservação Ambiental e áreas de Preservação Permanente, a existência de diferentes comunidades tradicionais, a predominância de municípios rurais, problemas de natureza fundiária, seu aspecto geológico propício a grandes cheias” (PEREIRA, 2007, p. 27-28), pontuações que desafiam não só a política de habitação, mas que também se fazem presentes na vida da população e dos usuários da política de assistência social.

No tocante a esses desafios, a incidência de áreas de preservação permanente, que está posta em lei, apresenta-se como um ponto de tensão, pois: se de um lado objetiva proteger a função ambiental, preservando a vegetação e os diversos recursos hídricos, de paisagem e de biodiversidade, de outro, impacta diretamente nas condições de vida da população local, como pontua Pereira (2017):

A garantia para que essa legislação seja efetivada consta de um grande desafio em territórios como o Vale do Ribeira, onde existem antigas ocupações em áreas de preservação permanente. As ações referentes à garantia do cumprimento da lei envolvem processos de reintegração de posse e desocupação que serão movidos, trazendo inúmeros desdobramentos aos que atrelaram suas vidas a esses espaços. (PEREIRA, 2017, p. 28-29).

Esse contexto demonstra as nuances que estão em disputa na execução de uma política pública. Então como minimizar os impactos negativos às populações que vivem na região? A resposta, às vezes, se faz óbvia! Nesse caso, é preciso um estudo mais detalhado da realidade, ou seja, a recusa de uma política vertical que, muitas vezes, é implementada sem levar em consideração os sujeitos, a sua cultura e seus modos de vida, criando um manto que oculta a

própria ação/omissão do Estado na formação dos territórios e no alcance dos direitos de cidadania.

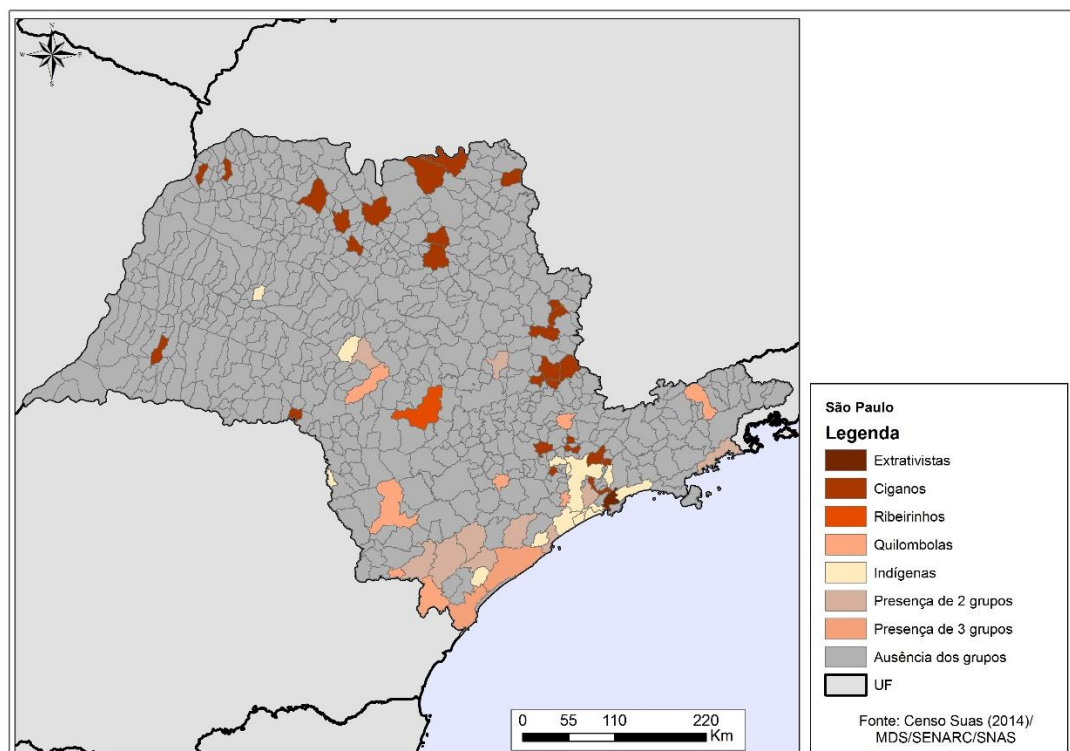
Nesse sentido, Pereira (2017, p. 123) pontua que a ocupação do solo evidencia que: “a marca das intervenções públicas, nos últimos anos nessa Região, se deu de forma verticalizada, atendendo aos critérios nacionais e estaduais, desconsiderando a realidade característica dessa terra, da sua tradição, dessa população, dessa história”. Apoiada em Romão (2006), Lobo (2018) desvenda os interesses e o agir do capital como “condicionantes no desenvolvimento local do Vale do Ribeira que implicaram e implicam, até os dias de hoje, o não desenvolvimento social da região” (LOBO, 2018, p. 70).

Os condicionantes históricos ao desenvolvimento local têm como origem diferentes tipos de restrições que estão ligadas, principalmente, à natureza dos solos não apropriados para agricultura capitalista intensiva; aos problemas fundiários que atingem grande parte do território; aos conflitos ambientais, fruto de políticas autoritárias; a deficiência de infraestrutura, entre outros. Tais restrições refletem-se em dificuldades para dinamizar o mercado local/regional, de acesso a política de crédito para a produção, e na diminuição de oportunidade para a criação de empregos e geração de renda, reforçando entraves ao desenvolvimento econômico e social da região. (ROMÃO, 2006, p. 25 *apud* LOBO, 2018, p. 71).

As expressões da questão social no Vale do Ribeira precisam, portanto, ser compreendidas no contexto do padrão extrativista e do modelo agroexportador, sob os interesses de uma burguesia agrária, aliada ao capital transnacional que avança vorazmente sobre as riquezas ambientais da região. A contradição entre capital e trabalho fica explícita quando constatamos uma região que “apresenta uma vasta riqueza ambiental e um cenário fértil para a exploração de riquezas naturais, no entanto, essa riqueza não é distribuída igualmente para a maioria da população que lá vive e trabalha, além da carência de infraestrutura local e geração de empregos” (LOBO, 2018, p. 71). Nesse contexto, o desenvolvimento econômico e produtivo do Vale do Ribeira acarreta a expulsão de jovens e adultos, devido à falta de absorção da mão de obra qualificada, que buscam melhores condições migrando para as capitais, sendo São Paulo e Curitiba o principal reduto de oferta de emprego e absorção desses trabalhadores. Outro ponto destacado é na distribuição de renda, uma vez que, grande parte da riqueza ali produzida não permanece na região, mas, pelo contrário, é direcionada para o crescimento de regiões mais ricas (dentro e fora do país). Para ilustrar esse quadro, nota-se que uma das principais fontes de geração de riqueza e renda do Vale do Ribeira advém da extração de matéria-prima, e decorrente disso “gera riquezas para outras regiões, mas acarreta pouco desenvolvimento local” (LOBO, 2018, p. 67). De certa forma, a região é forçada a vender seus produtos a preço de “latão” mesmo que valham “ouro”.

Outro ouro escondido na região do Vale do Ribeira-SP é constituído pela diversidade populacional e cultural, como apontamos nesse texto, pois a região conta com populações quilombolas, indígenas, ribeirinhas, caiçaras, entre outras. Em seus estudos, Pereira (2017) nos revela pistas para compreender o desenvolvimento das comunidades locais presentes no Vale do Ribeira-SP, conforme pode ser visualizado no mapa elaborado no contexto da pesquisa SUAS 10, ilustrado a seguir:

Figura 5 - Presença de grupos populacionais tradicionais e específicos em São Paulo, Brasil.



Fonte: CENSO SUAS (BRASIL, 2015).

Conforme pesquisa realizada (SUAS 10 diversidade no SUAS: realidade, respostas, perspectiva) no estado de São Paulo (BRASIL, 2015), os povos indígenas têm presença em 24 cidades, os quilombolas estão presentes em 16 cidades, populações resgatadas do trabalho escravo das atividades extrativistas em dois municípios, e a população ribeirinha em 5 cidades. Observa-se na figura 5 que o Vale do Ribeira apresenta presença dos vários grupos específicos.

Pereira (2017) destaca que as demarcações de terras no âmbito nacional são muito divergentes, pois se trata de um direito constitucional assegurado a esses povos³², entretanto, a efetivação desse direito passa por muitos conflitos, violência, sofrimento e violações de direitos humanos (PEREIRA, 2017). Lembramos que essa realidade já custou a vida de muitas lideranças³³ em âmbito nacional, que buscavam o reconhecimento de sua cultura e a preservação de suas terras tradicionais e que foram mortas por conflitos devido às demarcações de terras. A questão das demarcações no Brasil esbarra em interesses do grande capital. O exemplo recente é a introdução na pauta do Senado, após o golpe de 2016, sob a influência da bancada ruralista, de projetos a favor da expansão do agronegócio que têm um olhar claramente direcionado às terras indígenas e quilombolas, uma vez que, nessas terras, há muita riqueza inexplorada por causa do modo tradicional de viver dessas comunidades.

Demarcações, grilagem e expropriações de terra vêm acompanhadas de conflitos ligados aos interesses do agronegócio e do complexo minerador que usurpam a terra para implantar a pecuária, a monocultura e a extração de recursos naturais. A exportação da matéria prima é “Carro Chefe” e esses produtos são vendidos em larga escala como commodities a países estrangeiros, daí o interesse do capital internacional. Ainda destacando o impacto do agronegócio, o novo modelo conhecido como agricultura 4.0, que vem implantando o novo modo de plantar, colher e produzir, baseado totalmente na tecnologia e num intensivo maquinário, acaba por eliminar postos de trabalho no campo. A bancada ruralista e suas investidas para flexibilizações das leis ambientais sinalizam perigo para as florestas nacionais e as comunidades que estão assentadas nessas regiões. A campanha “o Agro é Pop”, diariamente veiculada nas emissoras de televisão, apoiada na falácia do desenvolvimento sustentável da agricultura, acaba por obscurecer a relação de dominação e exploração da terra nacional, sob o pretexto do desenvolvimento e alavancamento do país.

Devido aos interesses do grande capital, do agronegócio e de diferentes setores da burguesia nacional e internacional, a situação da demarcação de terras, no Brasil, não tem o

32 Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos. Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, seus costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, correspondendo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens (BRASIL, 1988 *apud* PEREIRA, 2017 p. 43).

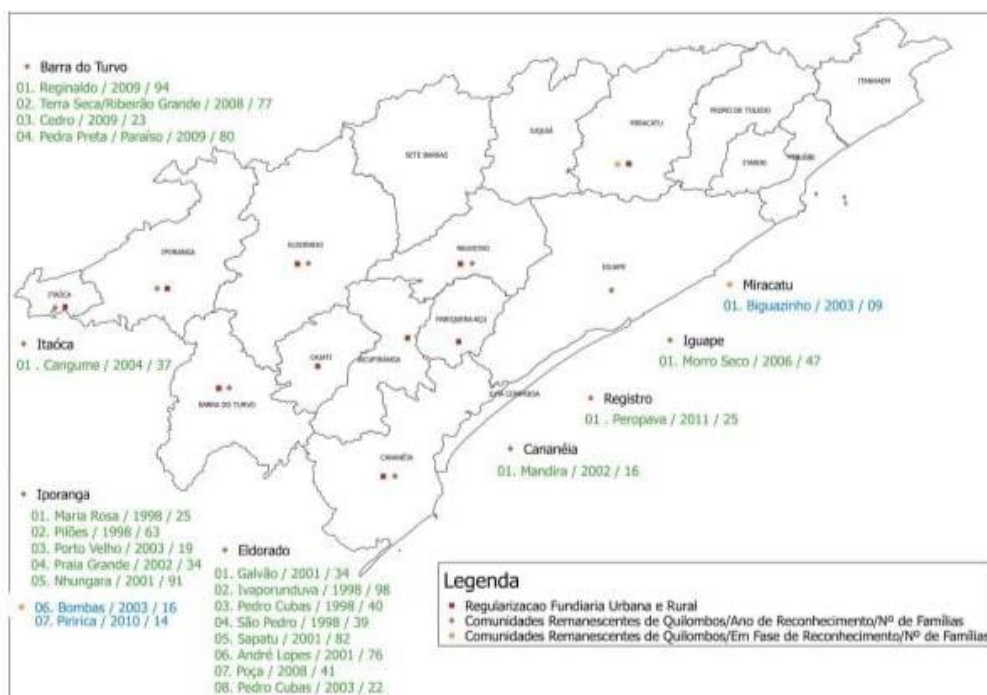
33 No ano de 2019, o número de lideranças indígenas mortas, “já é maior em 11 anos de acordo com o levantamento feito pela Comissão Pastoral da Terra”, sendo eles o Cacique Francisco de Souza Pereira, Cacique Willames Machado Alencar, Emyra Waiãpu, Carlos Alberto Oliveira Souza (conhecido como Mackpark), Paulo Paulino Guajajara, Cacique Firmini Prexede Guajajara, Raimundo Benício Guajajara. E destacamos que quando uma liderança é assassinada, o seu povo fica enfraquecido, pois, de certa forma, mata a comunidade. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2018/12/10/no-de-mortes-por-conflito-de-terra-cai-mas-violencia-contra-lideres-de-movimentos-aumenta-diz-cpt.ghtml>. Acesso em: 19 abr. 2020.

amparo efetivo da lei para resguardar o direito à luta pelo acesso à terra. Ainda, na contramão dos direitos previstos em leis para os povos indígenas, está atualmente em debate o “marco temporal”, que busca facilitar a apropriação de terras demarcadas ou em fase de demarcação, para serem direcionadas para o padrão extrativista.

As indicações do atual governo a favor da flexibilização das políticas ambientais e desvalorização das comunidades tradicionais sinalizam que o Vale do Ribeira pode estar em risco, pois, partindo-se de uma análise crítica, a suspensão da relação entre proteção socioterritorial e proteção ambiental traria diferentes tensões além das já existentes no Vale do Ribeira-SP, relacionada à ocupação e desenvolvimento das terras. Deste modo, ainda pontuamos que essa questão de apropriação do solo, além de ser uma expressão da questão social, ainda se faz desaguadouro para outras questões sociais, como exemplo: o próprio desenvolvimento social do Vale do Ribeira.

Destacamos que no Vale do Ribeira, além de contar com aldeias indígenas, também há uma grande concentração de quilombos já reconhecidos ou em fase de reconhecimento, contanto com 21 comunidades remanescentes de quilombos reconhecidos, e 3 comunidades remanescentes ainda em fase de reconhecimento, totalizando 1.102 famílias como podemos analisar no mapa seguir:

Figura 6 - Comunidade Remanescente de Quilombo



Fonte: Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva- Elaboração (PEREIRA³⁴, 2017, p. 44).

³⁴ Elaboração da autora.

As pesquisas sobre o Vale do Ribeira, realizadas por pesquisadoras da área do serviço social (MIYAHARA, 2017; PEREIRA, 2017; LOBO, 2018), desnudam as contradições da região e demonstram suas riquezas, para além dos “dados secos”, enfatizando a riqueza e trazendo à tona as potencialidades do Vale do Ribeira. No entanto, esses mesmos estudos evidenciam a ineficiência, lacunas e omissões das políticas sociais. O presente estudo busca contribuir para acrescentar uma nova camada de análise ao acumulado pelas pesquisadoras do Vale do Ribeira, tendo como referência a política de Assistência Social.

Partindo da gestão de políticas públicas no Vale do Ribeira, Lobo (2018) destaca “a influência dos partidos que, historicamente, ocupam as prefeituras municipais da região” (LOBO, 2018, p. 72), e aponta para o “financiamento escasso e inexistente da política de recursos humanos, dentre outros” (LOBO, 2018, p. 73). Ao realizar sua pesquisa, a autora demonstra a “incompreensão por parte das gestões municipais para com a política de assistência social, além da constante interferência político partidária nas decisões institucionais” (LOBO, 2018, p. 73). A pesquisadora traz as falas contundentes de suas entrevistadas as quais também citarei a seguir:

[...] no município em que trabalho, tem-se uma forte intervenção político partidária, ou seja, se você tá ali, se agendou o carro, mas se o prefeito determinou que vai ser feita uma festa, você não faz a sua visita e a festa acontece, e quando questiona, dá-se sempre a entender que seu serviço pode ser deixado pra frente, então fica evidente qual é a prioridade de serviço nesse município. (ENTREVISTADA 1)

É, eu vejo uma falta de entendimento desses atores (gestão), pois eles que regem a política pública no município, os nossos chefes, e eles não têm entendimento da política de assistência, e a importância desta para o desenvolvimento do município. Eles não dão a devida importância às nossas reivindicações, quando a gente reivindica materiais, quando a gente reivindica meio de transporte, tudo passa “batido”. (ENRREVISTADA 4)

[...] já tive que explicar para o prefeito, porque ele não entende, ele acha que você está ajudando alguém, eu já escutei do prefeito daqui: “você age pelo coração, sabe? “você é muito emotiva” é mulher” ...[risos]. Então aí eu disse assim: “mas não, não é isso, eu trabalho com direitos, isso é um direito, ela tem direito de fazer um tratamento de saúde, ela tem o direito de ter uma vida digna [...]” Mas, entendo que não é peitando ele que vou conseguir, tem que ser aos poucos [...] (ENTREVISTADA 3)” (LOBO, 2018, p. 73)

As citações das entrevistadas por Lobo (2018) demonstram que a Política de Assistência Social é negada como direito pela ação de parte dos gestores municipais, que a perpetuam como ações de “ajuda” ou benemerência.

No entanto, não é somente a falta de compreensão por parte dos gestores que interfere na execução da política de assistência social no Vale do Ribeira, mas também a incidência da

política partidária expressa no “é dando que se recebe”, no “voto de cabresto”, presente e muito forte na região, como observado no decorrer da nossa pesquisa de campo, na qual os depoimentos dos/as Assistentes Sociais deixam claro essa realidade, mostrando o quanto a política partidária no município tem influência no cotidiano do CRAS e o quanto as ações dos gestores municipais têm interferido diretamente na atuação profissional. A interferência de políticos torna-se especialmente importante nos municípios de pequeno porte I, uma vez que são cidades pequenas, nas quais os serviços e benefícios socioassistenciais tornam-se importantes moedas de barganha de uso eleitoreiro.

A interferência político-partidária se torna um desafio aos trabalhadores da assistência na região, independente da relação de contratação, se é concursado ou não, porém, percebemos que, ao longo das entrevistas, a perseguição política se dá a diversos trabalhadores, no entanto, apreendemos que os trabalhadores com contratos por tempo determinado e comissionados estão mais desprotegidos, podendo ser demitidos a qualquer momento, se comparados aos trabalhadores concursados.

Perguntado como é ser um assistente social no Vale do Ribeira? As entrevistadas pontuaram que:

É um desafio, acho que não só para o assistente social, mas para o estagiário [risos] é um desafio é um enfrentamento da realidade... eu quando cheguei no Vale do Ribeira aqui era muito cru aqui, era muito, as pessoas não sabiam o que era um assistente social, o assistente social para eles era um Deus, sei lá um médico, porque eles viam o assistente social como um personagem importante [se referindo a população atendida] e nós não somos, nós somos importantes eu sei que nós somos, mas a gente é um profissional acessível, não precisamos de... Agora tão querendo colocar hora marcada pra falar tentaram colocar hora arcada pra mim lá, “não, ela não tá” [se referindo a fala das recepção direcionada os sujeitos que procuravam a assistente social] eu disse: “ olha eu não quero mais que fale que eu não estou, que eu estou ocupada ou em reunião, chegou eu vou atender todo mundo, e o pessoal começou a ir na minha janela e eu mandava entrar pelo fundo, eu falava ué não pode entrar pela frente eu mando entrar pelo fundo, mas eu vou atender... eu não sei a pessoa vai vim com hora marcada discutir aquele problema que é emergencial.... ô eu vou falar pra você: muitas e muitas vezes comprei gás, comida leite, nossa eu não aguentava vê essa pobreza ... aí falavam: “ele não é eleitor, é eleitor de fulano”, não a gente se virava, a gente sabe que dentro daquele contexto, o que eu não achava certo era a injustiça, de não atender porque a questão política estava mais forte [se referindo a política partidária] ... foi um desafio transformar a realidade do Vale do Ribeira. (Assistente Social: 01)”

É um desafio você fica entre o serviço público, a política pública e a política [referindo-se novamente a política partidária]... Não sei se é uma característica do Vale do Ribeira, mas a gente tem muitos profissionais terceirados aqui, ou seja, a cobrança é igual lá no atendimento dos usuários e em contrapartida

você é terceirizado e não tem segurança de nada, você não tem segurança, então você tem cobrança, mas não tem segurança [se referindo ao modo de contrato] acho que isso é uma característica do Vale [se referindo ao vale do Ribeira] (Assistente Social : 02)

O que é ser um assistente social no Vale do Ribeira? É você lutar define muito, é ser um profissional aqui, é enfatizar o nosso rico Vale, é dizer que a gente é pobre de acesso e não de riqueza, porque a gente é muito rico na nossa cultura, no nosso ambiente, no nosso meio ambiente né? Nossos costumes. E dizer que a gente precisa sim, de políticas que atendam a nossas particularidades, acho que é isso, acho que é isso[entusiasmada], não sei se respondi bem sua pergunta [...] a eu vou falar uma coisa: “A política se sujeita a economia, mas a economia não se sujeita a política [se referindo as políticas sociais], acho que é bem isso, as políticas econômicas são antissociais mais as políticas sociais não são antieconômicas, acho que é isso. [relacionando como a política econômica tem influenciado na região] (Assistente Social :03)

Ser um assistente no Vale do Ribeira é um ponto muito desafiador, acho que o Vale do Ribeira tem muito potencial é rico e precisa ser mais bem administrado, são anos e anos de pobreza já no Vale do Ribeira sendo que em termos de recursos naturais somos ricos, então por que somos tão massacrados? Porque o povo é tão massacrado ainda no Vale do Ribeira, então precisa ter uma comissão no Vale do Ribeira, mas não uma comissão política para a gente poder pautar o que a gente precisa de verdade, eu conseguir ter essa visão ampliada, e percebi o que o Vale exporta muita coisa, então eu considero que o Vale seja rico, mas muito mal administrado e a atuação do assistente social tem um impacto fundamental, mas precisa agir....mas falar daqui do município, a gente tem que acabar de vezes com o assistencialismo(Assistente Social :04)”

Como que eu vou falar, olha ser um assistente social no Vale do Ribeira é trabalhar com pouco para remediar um pouco a vida do povo, no vale do Ribeira a taxa de desemprego é muito alta. Para agora ainda temos o auxílio emergencial e tem famílias que estão vivendo somente do auxílio. Só a gente ir lá que as famílias choram perguntando se é a última parcela. Com a pandemia houve um aumento da demanda e a gente teve que fazer milagres, tipo “multiplicar o pão”, é duro você conhecer a realidade e não conseguir fazer nada por falta de recurso. É um desafio enorme aqui porque a região do vale é muito carente e agora com a pandemia aumentou as demandas e baixou os recursos, nesse período da pandemia foi cortado 70% da verba federal foi congelada ate 31 de dezembro. Ai você que fazer, você que trabalhar, mas não tem os recursos e aqui tem muito desemprego o que aumente as outras vulnerabilidades (Assistente Social: 05)

“Um desafio”, essa frase recorrente usada pelos(as) assistentes sociais aqui do Vale do Ribeira para retratar a região é internalizada pelos trabalhadores, seja pela forte pressão política ou pela escassez de acesso e/ou recursos, no entanto, a clareza sobre a riqueza do Vale do Ribeira é presente nas falas dos(as) entrevistados(as).

Diante disso, afirma-se que o Vale do Ribeira “é mais do que seu estigma, é também riqueza ambiental, social e cultural” (PEREIRA, 2017, p. 26). Assim, também em seus estudos

do Vale do Ribeira-SP, assevera Miyahara (2017, p. 65) que a “pobreza mais evidenciada é um dado seco, a leitura mínima, ou seja, uma leitura que nos parece reduzida demais, uma leitura que congela todo um território em seu dado mais cruel”. E ainda enfatiza:

As repetidas afirmações do Vale como uma região identificadamente pobre acabam por trazer uma identidade de pobreza ao território e as pessoas, perpetuando isso nas relações. O pouco que se trabalha é a análise dessa situação, no contexto geral das razões que trazem esse dado. Este, geralmente é atrelado à própria preservação da sua riqueza ambiental. Então, a “régua o pobre” nos parece uma identidade forjada pelas próprias relações de exploração desse território. É pobre para o sistema de exploração, não necessariamente para aquele que lá vive. (MIYAHARA, 2017, p. 65)

Por isso, cabe a nós, pesquisadores – especialmente os que vivemos nessa região-, procurar sempre desvelar o que está implícito na realidade, indo para além do dado, mostrando a dor e a alegria da região, dos moradores e dos que aqui trabalham. Há, nesse sentido, a árdua tarefa de elucidar o Vale do Ribeira-SP, através do olhar característico dos que ali vivem (MIYAHARA, 2017). Deste modo, ressaltamos que a união entre a pesquisa e o pesquisador se faz um diferencial da própria pesquisa, por isso, concordamos com Miyahara (2017) quando afirma:

Pontuamos aqui uma provocação, não se trata de negar a realidade do dado da desigualdade, e sim, de como técnicos, cientistas, estudantes e moradores pensam suas ações para além do dado. Trata-se, acima de tudo, de não aceitarmos a pobreza como identidade da nossa região. Desconstruir o estigma, destrinchar os dados e reconhecer as potencialidades históricas, sociais, artísticas, culturais e entender, diante desta responsabilidade de “ir além, que nosso lugar de fala não é o do “intelectual tradicional”, mas sim, do “intelectual orgânico [...] (MIYAHARA, 2017, p. 65)

Potencialidades que ficam expressas na ótica de um dos poetas do Vale do Ribeira, em seu poema Vale do Ribeira:

Elucidações à parte, orgulho de temos de ti...
Terra de esperança, beleza, verde...sempre haverá aqui...
Não interessa que rotulem, falem o que quiserem...
Amamos esta terra humilde, oramos para que tudo prospere...

Relegados ao esquecimento ficamos anos a fio...
Esquecidos pelos governantes, convivemos com o vazio...
Vazio este do Ostracismo, rotulados como “os mais pobres”
Terra fustigada e sofrida, anexa ao estado mais nobre...

Muitos dos nossos, foram-se em busca de oportunidades...
Triste população...A dor magoa o peito ao deixares tua cidade...

Mas esta realidade mudou.... Ó terra amada...mudaste de figura!!
Hoje nos orgulhamos de nossa origem... Temos uma vida mais segura...

Pois, quem te ama, não foge à peleia!!
Acreditamos em ti, Terra que nos esteia...
Dias melhores virão...e vieram aos poucos...
Apesar dos gritos de mudanças cansados...ouviram-nos roucos....

Registro, Cajati, Eldorado, Jacupiranga, Sete Barras, Juquiá...
Quem disse que a mudança não era possível? Agora quem duvidará?

Parabéns, ó Vale da alegria, do chá, maracujá, búfalo, bananeira...
Parabéns pelo amadurecimento político e social... Nosso Vale do Ribeira!!!

(Ronaldo Camilo Rigante, 2003).

CAPÍTULO 2 - O PROJETO ÉTICO POLÍTICO E O TRABALHO EM DISPUTA: O SERVIÇO SOCIAL E O NEOLIBERALISMO

Para entendermos o que são os projetos profissionais, como eles se apresentam, seus objetivos e relações, utilizaremos o entendimento de Netto (1999, p. 4) que afirma:

Os projetos profissionais apresentam a autoimagem de uma profissão, elegem os valores que a legitima socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais, e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para comportamento dos seus profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços com as outras profissões e organizações e instituições sociais privadas e públicas (entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube historicamente o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais).

O atual estágio de maturidade intelectual do Serviço Social decorre de uma trajetória na qual a profissão tensionou uma intenção de ruptura com o legado funcionalista e conservador da origem da profissão, que derivou em alterações e significativos ganhos nas dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas na formação e no trabalho profissional, evidenciadas, mais claramente a partir da década de 1990 (ABRAMIDES, 2019).

Assim, o avanço do Serviço Social brasileiro, expresso no projeto ético-político, faz parte de um processo *sócio-histórico*, que teve como base o movimento da profissão que foi tensionado pelas mudanças da sociedade e dos sujeitos coletivos. A materialidade da direção ético-política da profissão, nessa perspectiva, não adquire um *status* fixo, estável ou seguro, ela se dá no contexto de mudanças, do jogo de forças e disputas, de acordo com as condições historicamente determinadas (NETTO, 1999).

2.1 Breves notas sobre a gênese da profissão e a intenção de ruptura do Serviço Social

O Serviço Social ganha reconhecimento porque, “em primeiro lugar ele se torna socialmente necessário e as práticas profissionais se gestam no labor cotidiano. Antes de serem instituídas as profissões se legitimam pela sua eficácia social e/ou política” (ESTEVÃO, 2013, p. 15). Neste aspecto, segundo Iamamoto, o Serviço Social “só pode afirmar-se como *prática institucionalizada e legitimada* na sociedade ao responder a *necessidades sociais* derivadas da prática histórica das classes sociais na produção e reprodução dos meios de vida e de trabalho de forma socialmente determinada” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 20, grifos do autor). Nesses termos, a profissão se insere na sociedade como um dos recursos mobilizados

pelo Estado para o enfrentamento e a regulação das expressões da questão social³⁵. Seu surgimento na sociedade brasileira, na década de 1930, não pode ser dissociado do contexto histórico do capitalismo no país, pois a profissão está intimamente vinculada ao binômio industrialização/urbanização. Como aponta Iamamoto:

É quando, no Brasil, afirma-se a hegemonia do capital industrial que emerge, sob novas formas, a *questão social*, a qual se torna base de justificação desse tipo de profissional especializado. Já que não se trata da mera distinção entre ricos e pobres, presente nas formas anteriores de organização da produção e da sociedade pela divisão do trabalho, previas ao capitalismo industrial. A *questão social* passa a ser dotada de um “caráter de classe específico, que constitui as relações sociais sob o domínio do capital. (IAMAMOTO *apud* IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 167, grifos do autor)

Conforme Netto (2011, p. 66), a origem do Serviço Social como profissão tem “a marca profunda do capitalismo e dos subconjuntos de variáveis que a ele, estão subjacentes – alienação, contradição e antagonismo –, pois foi neste vasto caudal que ele foi se engendrando e desenvolvendo”.

Dessa forma, a profissão surge como uma forma de mediação do Estado para com a classe trabalhadora, assegurando, assim, a expansão do sistema capitalista no país, e como forma de amortecer os conflitos entre as classes sociais, por meio da intervenção nas expressões da questão social. Ao se debruçar sobre a gênese do Serviço Social, Netto (2011) destaca a centralidade da questão social e a associação do surgimento da profissão com o tratamento das consequências de uma ordem social que produz e reproduz desigualdades. Em suas palavras:

Está solidamente estabelecido, na bibliografia, que de alguma forma estuda o surgimento do Serviço Social como profissão – vale dizer, como prática institucionalizada, *socialmente legitimada e legalmente sancionada* -, a sua *vinculação a chamada “questão social”*. Mesmo entre autores que não se notabilizam por uma abordagem crítica e analiticamente fundada do desenvolvimento profissional, *não há dúvidas em relacionar o aparecimento do Serviço Social com as mazelas próprias da ordem burguesa*, as sequelas necessárias dos processos que comparecem na constituição e no evoluir do capitalismo, em especial aqueles concernentes ao binômio industrialização/urbanização, tal como este se revelou no curso do século XIX. (NETTO, 2011, p. 17, grifos nossos)

³⁵ Por ‘questão social’, conforme Netto (2011) compreendemos a aplicação que coloca a questão social “no sentindo universal do termo queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e trabalho” [...] Ou, nas palavras de um profissional do Serviço Social: “A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia [...]” (IAMAMOTO *apud* IAMAMOTO; CARVALHO, 1983, p. 77 *apud* NETTO, 2011, p. 17).

A vista disso, a profissionalização do Serviço Social tem sua base nas modalidades por meio das quais o Estado enfrenta a questão social, surgindo para desempenhar um papel vinculado à execução das políticas sociais. Ao se referir ao processo do surgimento do Serviço Social, Martinelli (2011) analisa de que modo a identidade da profissão foi cunhada e desenvolvida como uma importante estratégia de controle social. O Serviço Social surge, portanto:

Com uma identidade atribuída, que expressava uma síntese das práticas sociais pré-capitalista - repressoras e controlistas – e dos mecanismos e estratégias produzidas pela classe dominante para garantir a marcha expansionista e a definitiva consolidação do sistema capitalista. [...] É uma profissão que nasce articulada com um projeto de hegemonia do poder burguês como uma importante estratégia de controle social, como uma ilusão de servir. (MARTINELLI, 2011, p. 66-67).

Deste modo, podemos entender o viés conservador que se enraiza na profissão, uma vez que o trabalho profissional está estritamente direcionado à manutenção da ordem e à expansão do sistema de acumulação.

A institucionalização do Serviço social nasce, então, atrelada às ações do Estado, que Behring e Boschetti (2011) irão denominar como as protoformas das políticas sociais, ao se tratar de ações pontuais e/ou legislações sociais que não configuravam ainda um sistema de proteção social e que ocorriam aliadas à caridade privada e as ações filantrópicas, com importante papel da Igreja católica, “no contexto de plena subsunção do trabalho ao capital, provocando o pauperismo como fenômeno mais agudo decorrente da chamada questão social” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 51).

Dessa forma, o surgimento da profissão e os valores ideopolíticos da sua gênese estão vinculados, também, à Igreja Católica, com importante papel não apenas na atenção à população, mas como instituição que incide na formação de mão de obra qualificada, imprimindo um forte viés moral e messiânico ao tratamento das expressões da questão social, conforme evidencia Raichelis (2019, p. 64):

Há que se destacar a importância singular da Igreja Católica na estruturação do Serviço Social Brasileiro, responsável pelas instituições formadoras dos(as) primeiros(as) assistentes sociais, pelos conteúdos teórico-práticos dessa formação acadêmico-profissional, pelos primeiros campos de estágio vinculados a entidades sociais católicas mantida pelo laicato católico e voltadas precipuamente à família operária, especialmente mulheres e crianças.

A Igreja Católica foi importante nesse processo não só para a expansão das escolas de Serviço Social no país, mas também na forma em que os profissionais atuariam, balizando as suas ações com os princípios da Igreja e da lógica do Estado, reforçando o doutrinário, o paternalismo e o ideário vocacional de seus agentes, que em grande parte era composto por

núcleos femininos ligados à burguesia. A ligação com a igreja, no período da gênese, exerce no serviço social brasileiro a influência europeia idealista e confessional da tradição franco-belga, como Iamamoto (2019) destaca:

O Serviço Social surge no Brasil intimamente vinculado às iniciativas da Igreja Católica, parte das estratégias dos movimentos de qualificação do laicato, especialmente sua parcela feminina – por meio dos movimentos da ação social e ação católica -, em sua missão de apostulado junto à família operária. Registra-se, nas origens da profissão *fortes influências do Serviço Social frances e belga*. (IAMAMOTO, 2019, p. 42, grifos do autor)

O sob a influência do modelo franco-belga, de que o Serviço Social é assumido como uma vocação, na base de uma formação moral e doutrinária, conforme problematizado por Cardoso (2016, p. 435):

Assim, tínhamos uma formação que buscava dar bases teóricas e doutrinárias para o profissional a fim de capacitá-lo a compreender a realidade social com um olhar voltado para a dita normalidade, as disfunções, perturbações e patologias às quais os indivíduos estavam sujeitos para que o profissional pudesse intervir na cura, ajustamento e adequação destes às normas sociais e aos padrões de normalidade instituídos, corrigindo todos e quaisquer desníveis e disfunções, tendo por base os princípios cristãos na moralização da sociedade.

Cabe, aqui, salientar que as influências franco-belga da gênese, quanto à americana, não são passíveis de neutralidade e que ambas são revestidas de valores “que penetram as protoformas e as afirmações profissionais do Serviço Social” e que vão configurando uma forma de sincretismo ideológico na profissão (NETTO, 2011, p. 120). No que se refere a este sincretismo ideológico³⁶, do Serviço Social brasileiro, há que se observar que este deu-se de forma acrítica e desvinculada das dimensões teórico metodológicas e técnicas operativas. Netto (2011, p.126) pontua que: “o fato é que, a partir dos anos quarenta, este duplicado sincretismo, - esta estranha simbiose de produto cultural-ideológico tão diversos- rebate tão decisivamente, *sem qualquer reserva crítica de fundo*, no desenvolvimento do Serviço Social profissional”.

O transcorrer da década 1960 foi um período emblemático não só para o Brasil, mas para a profissão em toda a América Latina, pois a crise econômica, política e social que assolava o continente consolidou as bases objetivas que permitiram a crítica e a intenção de ruptura com os modelos e as matrizes teóricas importadas que influenciaram o surgimento da profissão.

Neste período, o Serviço Social latino-americano passou a trilhar caminhos voltados à realidade concreta do continente. Segundo Martinelli (2011, p. 141), “historicamente, o

³⁶ Para melhor aprofundamento, ler Netto (2011), Capítulo 2.4. Serviço Social como sincretismo ideológico.

continente latino-americano e a década de 60 situam-se como lugar e tempo onde se engendrou esse movimento de questionamento crítico da própria realidade e, no interior desta, da prática profissional”. As décadas de 60 e 70 evidenciam uma forte crítica ao Serviço Social tradicional, que teve como expressão imediata o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina. No caso do Brasil, o agravamento do quadro político do país encontrava um Serviço Social “recuado do cenário histórico, produzindo e reproduzindo práticas incapazes de se somarem aos esforços de construção e preservação de espaços democráticos em uma sociedade oprimida por uma ditadura militar” (MARTINELLI, 2011, p. 142). Esse mesmo quadro conjuntural vai demandar, segundo Martinelli, “novas alternativas e práticas, novas formas de aproximação à realidade, aliado à ‘existência de ideias revolucionárias’, foi se determinando a ampliação dos espaços críticos da categoria e tornando dialética o ser social dos agentes profissionais” (MARTINELLI, 2011, p. 144).

O pensamento crítico que foi se enraizando³⁷ no interior da profissão e a vinculação dos profissionais, com as lutas e formas de resistências populares contra um sistema estruturalmente desigual e autoritário, permitiu ao Serviço Social nacional apropriar-se de dilemas da questão social do país e conectar-se à luta geral da classe trabalhadora brasileira, bem como a aproximação da profissão com a vertente marxista possibilitando “uma compreensão dos problemas e confrontos presentes no universo profissional, sempre remetidos à totalidade social” (SIMIONATTO, 2014, p.17).

É nesse contexto social e político, combinado com o adensamento das lutas sociais e político-sindicais travadas pelas assistentes sociais, que militavam por direitos sociais e políticas públicas, que vai gestando-se o processo de ruptura com a origem conservadora da profissão, contribuindo para a formação de uma nova “direção sociopolítica da profissão” (ABRAMIDES, 2019). O III Congresso Brasileiro de Assistência Social, realizado em São Paulo, no ano de 1979, o qual ficou conhecido como o “Congresso da Virada”, é considerado pelos profissionais como um marco histórico para o Serviço Social brasileiro, pois foi o momento em que, de forma clara e objetiva, a profissão vinculou a sua direção sociopolítica aos interesses da classe trabalhadora (ABRAMIDES, 2019), com impactos desse

³⁷ Na metade final da década de 60 e início da de 70, o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviço Social (CBISS), buscando refletir sobre questões cruciais para a profissão, se reúne em dois momentos, primeiro em março 1967, em Araxá, e, posteriormente, o segundo encontro foi realizado em janeiro de 1970, em Teresópolis, reunindo profissionais de todo o Brasil. Esses encontros resultaram em documentos de teorização importantes para o Serviço Social brasileiro.

posicionamento em alterações das matrizes teórico-metodológicas que irão sustentar a formação e o trabalho profissional.

Trata-se de um evento emblemático que, no decorrer dos anos 1980 e 1990, desaguará em condições objetivas para a construção de uma hegemonia na direção sociopolítica que, posteriormente, se tornariam bases constitutivas do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social que tem como instrumentos legais o Código de Ética Profissional, de 1993, a Lei de Regulamentação da profissão, de 1993, e as Diretrizes Curriculares de 1996, bem como a constituição das instâncias político-organizativas da profissão (CFESS, CRESS, ABEPSS) pauta-se por princípios e valores que têm como norte a autonomia, a emancipação, a defesa da liberdade e a luta pela equidade e por uma sociedade mais justa e igualitária (ABRAMIDES, 2019). As escolhas teóricas que norteiam o Código de Ética e, conseqüentemente embasam o Projeto Ético-Político, estão fundamentadas na teoria do ser social, que tem no trabalho sua categoria fundante, e sustentam a profissão em suas dimensões *teleológicas*³⁸ e *ontológicas*³⁹ (ABRAMIDES, 2019).

Nesses termos, o *Projeto Ético-Político* da profissão evidencia um processo de mudança da direção política da profissão. Abramides (2019) relaciona e evidencia essas transformações em vários dispositivos jurídicos da profissão:

Combinam-se lutas imediatas e históricas em uma **direção sociopolítica** que retrata, no currículo de 1982, a ruptura com o conservadorismo; no Código de ética de 1986, a ruptura com o neotomismo e, no ano 1990, o PEP ganha sua materialidade com a Nova Lei de Regulamentação da Profissão (1993), o Novo Código de Ética (1993) e as Diretrizes Curriculares. (ABRAMIDES, 2019, p. 39, grifos do autor)

Trata-se de um momento em que o coletivo profissional decidiu refundar a profissão, tendo como destaques: as mudanças nas bases teóricas da profissão, rompendo com o funcionalismo e o conservadorismo da gênese; a aproximação às correntes marxistas e contra-hegemônicas; à vinculação com o projeto societário mais amplo da classe trabalhadora e à criação de instâncias político-organizativas e científicas da profissão.

Conforme Abramides (2019, p 39), a denúncia e a contraposição da profissão ao conservadorismo, que se torna constitutivo do Projeto Ético-Político, supõe “a luta por direitos

³⁸ Segundo Abramides, “a dimensão teleológica da profissão indica sua finalidade social na divisão sociotécnica do trabalho, nos espaços sócio-ocupacionais contraditórios, na relação capital-trabalho, com hegemonia das classes dominantes; se dirige ao *enfrentamento* da “Questão Social”, que exige resistência e luta pelos direitos sociais” (ABRAMIDES, 2019, p. 58).

³⁹ De acordo com Abramides, “a dimensão *ontológica* pressupõe o horizonte da emancipação humana, que incide na compreensão da necessidade da revolução social para a superação da barbárie capitalista” (ABRAMIDES, 2019, p. 58).

sociais na conquista da liberdade, da igualdade; no horizonte de uma sociedade sem exploração de classe, sem discriminação e opressão de gênero, raça, etnia, no horizonte emancipatório.

Para Barroco (2009, p. 17) o Código de Ética, de 1993, articula valores ético-políticos, tais como:

A liberdade, a justiça social e a democracia, e ao conjunto de direitos humanos (civis, políticos, sociais, culturais e econômicos) defendidos pelas classes trabalhadoras, pelos segmentos sociais excluídos e pelos movimentos emancipatórios ao longo da história. É assim que o *compromisso com as classes trabalhadoras* desponta como *valor éticopolítico central*, orientando o posicionamento dos setores organizados da categoria. Nesse processo, se construiu um novo *ethos*, marcado pelo posicionamento de negação do conservadorismo e de afirmação da liberdade. Valores e princípios foram se reafirmando na vida cotidiana através da participação cívica e política, do trabalho, da vivência e enfrentamento de novas necessidades, escolhas e posicionamentos de valor, da recusa de papéis tradicionais, da incorporação de novos referenciais ético-morais, entre outros aspectos.

Dessa forma, segundo ela, os valores e princípios ético-políticos, contidos no Código de Ética Profissional, no Projeto Ético-Político da profissão, são balizas que orientam as opções, escolhas, os posicionamentos e julgamentos de valor, realizados cotidianamente pelos assistentes sociais. Contudo, alerta que:

Para que se materializem, é preciso que ganhem efetividade na transformação da realidade, na prática social concreta, seja ela na direção de um atendimento realizado, de uma necessidade respondida, de um direito adquirido. Na relação com os usuários, nos limites da sociedade burguesa, a ética profissional se objetiva através de ações conscientes e críticas, do alargamento do espaço profissional, quando ele é politizado – o que implica no compartilhamento coletivo com outros profissionais e no respaldo das entidades e dos movimentos sociais organizados. Isso torna possível uma ação ético-política articulada ao projeto coletivo, adquirindo maiores possibilidades de respaldo nos momentos de enfrentamento e de resistência (BARROCO, 2009, p. 20-21).

Nesse sentido, Abramides (2019) destaca a dupla dimensão da inserção profissional, coloca em relação a condição dos assistentes sociais como trabalhadores e a sua inserção na luta da classe trabalhadora, e explica:

A primeira dimensão refere-se à inserção profissional; nas esferas públicas e privadas, na condição de trabalhador assalariado, partícipe do trabalho coletivo socialmente combinado; a segunda dimensão se expressa pela utilidade social da profissão na prestação de serviços aos usuários desses serviços nos espaços socioprofissionais. Desse binômio decorre a inter-relação do exercício profissional com os movimentos sociais de lutas por políticas públicas como políticas de direitos, que ganham estatura institucional, a partir da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988. (ABRAMIDES, 2019, p. 97)

Por isso, entendemos que os movimentos sociais pautados pela luta das amplas maiorias subalternizadas, como os negros, os povos originários, as mulheres, a classe trabalhadora fizeram e fazem parte da construção de um direcionamento político da profissão, sendo um grande aliado ponto de tensão na construção das pautas e formas de resistência ao sistema capitalista. É nesse contexto que nosso Código de Ética profissional consolidou uma direção coletiva que preza por uma sociedade mais justa e livre de exploração de raça, gênero, entre outras.

2.2. O avanço do neoliberalismo e as implicações para o Serviço Social

É desnecessária qualquer argumentação detalhada para verificar o antagonismo entre o projeto ético-político que ganhou hegemonia no Serviço Social e a ofensiva neoliberal que, também no Brasil, em nome da racionalização, da modernidade, dos valores do Primeiro Mundo etc., vem promovendo (ao arrepio da Constituição de 1988) a liquidação de direitos sociais (denunciados como “privilégios”), a privatização do Estado, o sucateamento dos serviços públicos e a implementação sistemática de uma política macro-econômica que penaliza a massa da população. (NETTO, 1999, p. 18, 19).

A década de 1980 foi um período de conquista não só para o Serviço Social brasileiro, mas para toda a nação, tendo em vista que no ano de 1988 foi promulgada a Constituição Federal, num grande processo de organização popular pelo fim da ditadura e pela garantia de direitos políticos, civis e sociais.

A Constituição de 1988 instaura o Sistema de Seguridade Social integrado pelas políticas de saúde, assistência social e previdência social, estabelecendo, no artigo 203, que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social.

Porém, as coisas não seriam tão plácidas, pois ao longo da década de 1990, o país adentra num franco processo de contrarreformas implementadas no contexto do Consenso de Washington, aderindo aos princípios do neoliberalismo e da mundialização do capital, sob um discurso de “modernização”, que irão erosionar a materialização dos direitos promulgados na Constituição de 1988. A expressão disso fica evidenciada quando observamos que desde a promulgação da LOAS, em 1993, até a implantação da Política Nacional de Assistência Social, em 2004, passaram-se 15 anos, nos quais a assistência social permanece descaracterizada como política social, na base de ações e Programas fragmentados, pulverizados, de frágil alcance,

sobrepostos e descontínuos. Aspectos funcionais e reprodutores da própria desigualdade social e reprodutores da herança disciplinadora, tutelar e clientelista que marcou historicamente a assistência social, associada ao controle de *improdutivos e incapacitados*, tratados como disfunção pessoal dos indivíduos (SPOSATI, 2006).

As medidas de austeridade e os reajustes estruturais, erguidas pelo neoliberalismo, aliadas ao caráter seletivo e de focalização do acesso a programas sociais, contrariam a dimensão de universalidade contida nos direitos sociais assegurados na Constituição de 1988. Sobre esse processo aponta Raichelis:

A ideologia do *workfare* propaga-se rapidamente, aumentando as contrapartidas e critérios de elegibilidade dificultando o acesso para que os beneficiários da assistência social pública, aumentando a pressão para que os “aptos ao trabalho” ingressem no mercado de qualquer maneira, e desta maneira desestabilizam as condições de contratação e de trabalho, ampliando a precariedade laboral e os baixos salários (RAICHELIS, 2013, p. 616).

Neste contexto de reestruturação do sistema capitalista e desregulamentação das funções sociais e públicas do Estado, expressaram-se os conhecidos processos de flexibilização do trabalho e privatização dos serviços públicos que repercutiram no agravamento do desemprego estrutural, na precarização do trabalho e em mudanças profundas na lógica de provisão das políticas sociais, corroendo o sentido de responsabilidade pública do Estado, num país campeão por sua desigualdade social (ARREGUI;WANDERLEY, 2009).

As crises financeiras internacionais de 2007 e 2008 não fazem outra coisa que agravar e evidenciar o caráter destrutivo do capital. O neoliberalismo mostra-se cada vez mais feroz, destruindo a força de trabalho, precarizando e intensificando o trabalho, evidenciando que o desemprego e a precarização são traços estruturais do Brasil, como país da periferia do capitalismo. A esse respeito, Antunes (2010, p. 634) afirma:

Neste contexto, caracterizado por um processo de precarização estrutural do trabalho, que os capitais globais estão exigindo o desmonte da legislação trabalhista. E flexibilizar a legislação do trabalho, significa aumentar ainda mais os mecanismos de exploração do trabalho, destruindo os direitos sociais que foram arduamente conquistados pela classe trabalhadora desde o início da Revolução Industrial, na Inglaterra, e especialmente após 1930, quando se toma o exemplo brasileiro. Querem, de todo modo, fazer proliferar as distintas formas de “trabalho voluntário”, terceirizado, subcontratado, de fato trabalho precarizado. Outra manifestação desse processo de exploração do trabalho é o chamado “empreendedorismo”, que frequentemente se configura como forma oculta de trabalho assalariado e instável. Se estas são algumas das respostas do capital para sua crise estrutural.

O empreendedorismo é “vendido” como um remédio ao desemprego; sua tese é que o trabalhador é responsável por encontrar formas de se colocar no mercado de trabalho, se

autoempregando, ou seja, tornar-se “patrão de si”⁴⁰. O que talvez não fique tão claro é que a lógica empreendedora constrói uma subjetividade dos trabalhadores na base do individualismo, da meritocracia, rompendo com a solidariedade de classe, desarticulando as lutas dos trabalhadores. Torna-se, assim, em mecanismo que ofusca os problemas sofridos por grande parte da classe trabalhadora, colocados, a partir dessa lógica, como algo individual de cada trabalhador. Ou seja, o que é defendido pelos neoliberais é a pregação de que cada indivíduo é responsável pelo seu próprio bem-estar.

Para aqueles que dependem única e exclusivamente da venda da força de trabalho, o cenário brasileiro, que se agrava a partir de 2016, impõe condições perversas para a sobrevivência dos trabalhadores, pois a cada dia há um novo ataque aos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Por outro lado, ao mesmo tempo que se amplia a massa de desempregados, aumenta o valor de produtos básicos, como arroz, carne, ovo, óleo, carne, gás, combustível, entre outros tantos, sem a contrapartida da elevação do salário-mínimo vigente. Desse modo, há uma perda de poder aquisitivo da classe trabalhadora que se espreita no dia a dia, que se expressa na luta contra a fome, imposta pela barbárie capitalista que amplia a desigualdade social, na base da acumulação privada das riquezas socialmente produzidas. Conforme Arregui e Paz (2021, p. 84).

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura o impacto da pandemia ocorreu num momento em que a segurança alimentar na América Latina e o Caribe já estava em claro retrocesso: em 2019, os 47,7 milhões de pessoas que viviam com fome na região representaram o aumento de mais de 13 milhões de pessoas no total da população que passaram a ficar subalimentadas nos últimos cinco anos. Além disso, mais de 190 milhões de pessoas viviam em situação de insegurança alimentar moderada ou grave, o que significa que um em cada três habitantes da América Latina já não tinha acesso a alimentos suficientes e nutritivos antes da pandemia adentrar em território latino-americano e caribenho. Paralelamente, o informe da Comissão Econômica para a América Latina apontava que o aumento da pobreza e da extrema pobreza acumulado entre 2013 e 2019 representava um franco retrocesso na América Latina e o Caribe, recolocando a região no patamar do início da década de 2000.

No governo Bolsonaro, as bandeiras neoliberais e conservadoras fazem parte da agenda governamental e, com o seu acionar ultraliberal, aprofundam o cenário de desregulamentação das políticas públicas, sociais e trabalhistas. O que está em disputa é a ampliação de um capitalismo desenfreado, destrutivo e antidemocrático. Esse ideário ficou nítido na reunião

⁴⁰ O exemplo disso são os trabalhadores da Ifood, ou do Uber, que disponibilizam os meios de prestação de serviços, sem nenhum tipo de proteção formal de trabalho, embora sejam agenciados por uma empresa multinacional que atua por intermédio de aplicativos para celulares.

ministerial, no dia 22 de abril de 2020, quando o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, fala para seus pares para “ir passando a boiada”⁴¹ se referindo às estratégias de mudanças de leis e de conjuntos de reformas infralegais que poderiam ser promovidas sem passar pelo Congresso, enquanto o país estava sendo assolado pela pandemia da Covid-19⁴², demonstrando que não há trégua na disputa do capital.

Os processos de desregulamentação do trabalho e o desmonte das políticas sociais se colocam como “uma ruptura da universalidade dos direitos e da possibilidade de reclamação judicial, a dissolução de continuidade da prestação dos serviços submetidos à decisão privada, tendentes a aprofundar traços históricos assistencialistas e a regressão de direitos sociais” (IAMAMOTO, 2004, p. 3). Nessa quadra, o que está acontecendo, na verdade: é a despolitização da questão social, por meio da naturalização da pobreza e da morte de milhões de trabalhadores, bem como a desresponsabilização do Estado.

O que queremos mostrar é a somatória de diversas expressões da questão social, que se colocam para o Serviço Social na ponta dos serviços, como o aumento de pessoas que demandam cestas básicas e/ou Bolsa Família; a disseminação e propagação do individualismo; a retirada de direitos historicamente conquistados; a elevação do índice de desemprego, da precarização das condições de trabalho, entre outros tantos problemas, que influenciam a realização do trabalho do assistente social e aumentam a tensão sobre os assistentes sociais nos espaços de trabalho.

Diante disso, buscamos analisar os desafios e as estratégias de intervenção e o enfrentamento ético-político diante da agudização da expressão da questão social, que estão colocados para o assistente social. O conservadorismo que está ganhando força na sociedade ameaça o nosso projeto ético-político. Logo, nos interessa captar formas possíveis de resistências e enfrentamento a esse acirramento de forças, sem, contudo, cair no messianismo e no fatalismo, preconizando o horizonte previsto no projeto ético-político do Serviço Social. Por isso, a importância de saber como se processam no cotidiano de trabalho profissional os desafios e retrocessos e as mediações institucionais para assegurar direitos historicamente conquistados e a intencionalidade política de resistência ao capitalismo.

O regime de acumulação e suas crises vêm penalizando ainda mais a classe trabalhadora e impondo rupturas no sistema de proteção social. Tal processo promove o esvaziamento dos

⁴¹ Palavras do próprio Ministro Salles. Retirada do YouTube (Transcrições Própria). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=th6_TgyYEMY. Acesso em: 10 set. 2021.

⁴² Até novembro de 2021, a COVID-19 tinha ceifado 600.000 vidas, dizimando milhares de famílias. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/coronavirus/estados-brasil-mortes-casos-media-movel/>. Acesso em: 02 dez. 2021.

direitos trabalhistas e interdita o acesso às políticas sociais, em nome da racionalidade do mercado e do enfrentamento da crise estrutural do capital.

De acordo com Faleiros (2011, p. 77), reeditam-se nas instituições públicas “uma política de reforço da dominação através de estratégias clientelistas, paternalistas, autoritárias, divisionistas, de isolamento e delimitação de recursos a planos e projetos definidos de cima para baixo”. Sendo assim, não podemos desconsiderar o campo de atuação do Serviço Social, para buscar entender as relações de força nas quais fica submetido o profissional na sua condição de trabalhador assalariado.

O assistente social, inserido na divisão social e técnica do trabalho, dotado de uma força de trabalho especializado⁴³, na sua condição de trabalhador assalariado, experimenta dos mesmos constrangimentos sofridos por grande parte da classe trabalhadora, tensionados pelos seus empregadores, sejam eles o Estado ou as instituições privadas (RAICHELIS, 2011). Segundo Raichelis (2019, p. 30) “embora o Serviço Social tenha sido regulamentado como *‘profissão liberal’* no Brasil, o/a assistente social exerce seu trabalho majoritariamente como assalariado de instituições públicas ou privadas que operacionalizam políticas e serviços sociais” (grifos do autor).

Contudo, mesmo em sua relação de assalariamento, detêm uma autonomia relativa que está ancorada no projeto ético-político da profissão. Nessa perspectiva, Raichelis sinaliza:

A interpretação do Serviço Social na sociedade capitalista remete à relação tensa e contraditória entre o projeto profissional e trabalho assalariado, entre lutas e resistência e imposições do poder institucional, que impõem limites e possibilidades cada vez mais estreitando à relativa autonomia profissional na implementação desse projeto, subordinando assistentes sociais aos constrangimentos da alienação e à reificação nas relações de trabalho (RAICHELIS, 2019, p. 29)

Na condição de trabalhador assalariado, a ação profissional depende das condições objetivas para a realização do trabalho de maneira qualificada, ou seja, o assistente social necessita de meios e instrumentos de trabalho que devem ser colocados à disposição pelos empregadores, como por exemplo:

Infraestrutura humana, material e financeira para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços benefícios e um conjunto de outros requisitos necessários à execução direta de serviços sociais para amplos segmentos da classe trabalhadora ou para o desenvolvimento de funções em nível de gestão e gerenciamento institucional. (RAICHELIS, 2019, p.37)

⁴³ Como aponta Raichelis (2011, p. 425) a profissão é “conquistada por meio de formação universitária que a legitima a exercer um trabalho complexo em termos da divisão social do trabalho, dotado de qualificação específica para o seu desenvolvimento”.

Por outro lado, os assistentes sociais são profissionais formados e amparados em seus saberes teóricos e operativos, que definem maneiras de realização do seu trabalho, formulam propostas e negociam, com autonomia relativa, suas atribuições e prerrogativas profissionais (RAICHELIS, 2019).

Desta forma, entendemos que mesmo na condição de trabalhador assalariado, os assistentes sociais disputam possibilidades concretas para assegurar o direcionamento político que está posto em nosso código de ética profissional, pois nossas ações carregam a teleologia, a intencionalidade, como prerrogativas de uma resistência possível no cotidiano profissional. Lutas e resistências, que embora sejam travadas no dia a dia, por cada profissional, em seu local de trabalho, e aparentemente isoladas, não são individuais, mas sim coletivas da profissão, o que faz com que sejamos sujeitos coletivos.

Partindo do que foi apresentado até agora, ressaltamos que em nossa trajetória histórica rompemos com o senso comum e com aquela falácia de que “na prática a teoria é outra”, e, apoiados no direcionamento político, consolidado historicamente pela profissão, entendemos que no cotidiano materializamos formas de resistência. Como evidencia Boschetti:

Não raro, análises conservadoras reiteram que existiria um fosso entre um projeto de formação baseado na teoria crítica marxista e uma prática profissional que não incorporaria essas referências teóricas e incorreria em trabalhos profissionais conservadores e reiterativos. Em outros termos, essas análises insistem em reafirmar que existe um enorme distanciamento entre uma vanguarda profissional que afirma e defende o Projeto Ético-Político — e aqui se incluem, sobretudo, docentes e direção das entidades — e uma base de assistentes sociais que estaria cada vez mais desconectada profissional e politicamente desse projeto. Esse distanciamento, dizem essas análises, resultaria de um avanço do conservadorismo no âmbito da prática profissional, que afastaria os(as) assistentes sociais da vanguarda profissional e estaria na base de um processo de derruição do Projeto Ético-Político Profissional. (BOSCHETTI, 2015, p. 638)

Recorrer à teoria social, que permite “desvendar o jogo de luzes e sombras e descobrir o fundamento oculto das coisas, de forma a observar e evidenciar os processos que nelas ocorrem” (ARREGUI, 2021), evidencia que pesquisa “longe de ser um luxo intelectual, é uma necessidade de realização consequente da profissão, para intervir na realidade com capacidade crítica e criativa, produzindo conhecimentos sobre essa realidade e sobre o trabalho profissional”. (PEREIRA, 2005 *apud* ARREGUI, 2021). Esse postulado não nega a existência e o avanço do conservadorismo na profissão e na sociedade brasileira, que está ganhando cada vez mais força e está sendo disseminado, conscientemente e inconscientemente, por parte da classe trabalhadora. Tal reflexo se apresentou nas manifestações ditas como patriotas dos movimentos Verde e Amarelo, Movimento Brasil Livre (MBL), entre outros movimentos de

direita e da extrema direita, que defenderam, como também capitanearam, o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, e a candidatura de Jair Messias Bolsonaro.

Candidato que pregou em sua campanha presidencial a defesa do armamentismo - simbolizado com seus gestos de arma feitos com a mão-, disseminou mentiras e notícias falsas, abraçou com unhas e dentes o ultraliberalismo, se declarou favorável à tortura e à violência, e foi apoiado e capturou o apoio de uma parcela dos segmentos evangélicos, endereçando o slogan “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos”. Não esqueçamos dos inúmeros escândalos e denúncias acumulados envolvendo o então candidato Bolsonaro, com apologias ao racismo, ao estupro e à ditadura militar, sinalizando em discursos, muitas vezes, ser contra a própria noção de direitos humanos. Foi esse candidato que o Brasil elegeu, esse símbolo do conservadorismo em todos os campos: político, religioso, cultural e até moral, que agora é a representação máxima da nação e referência para o povo brasileiro.

A eleição de Bolsonaro deu força e impulsionou o discurso de ódio da elite brasileira contra as classes e grupos subalternos, indicando um período de trevas e escuridão para a classe trabalhadora, de arrochos nas leis trabalhista e previdenciária, que foram acelerados desde 2016; de desmonte das políticas sociais, garantido pela Emenda Constitucional 95, votada logo após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. Agudização das expressões da questão social que representam no notório aumento de demandas para as políticas sociais, o que consequentemente deveria derivar no aumento dos investimentos nas políticas sociais e não o seu contingenciamento.

Esse cenário político e ideológico confronta os ideários e os projetos sociais da classe trabalhadora e do Serviço Social, pois alimenta-se do neoconservadorismo que invade todas as esferas da vida social, propagando e ferindo direitos sociais historicamente conquistados, na base de um ideário ultraliberal de liberdade de mercado, sem nenhuma restrição ou regularização, que naturalizam as relações de exploração e dominação de classe e suas consequências na sociedade, agudizando, assim, as expressões da questão social. Nesse contexto apresentado, identificamos o quanto o conservadorismo e a ofensiva neoliberal em curso são regressivos aos direitos historicamente conquistados e, por isso, a importância de pautarmos bandeiras de luta contra a sua ampliação.

Na atual conjuntura, a classe trabalhadora tem se manifestado contra os diversos ataques e desmontes perpetuados pelo governo. Mesmo num contexto histórico de refluxo dos movimentos sociais, lembramos de que a classe trabalhadora, através dos movimentos sociais, trava as suas lutas contra esse capitalismo desenfreado, defendendo a conquista histórica dos direitos sociais.

Um bom exemplo foi vivenciado na cidade de São Paulo, com a manifestação dos entregadores por aplicativo, quando lançaram nas redes sociais a hashtag #BrequeDoAapps⁴⁴, denunciando a ausência de garantias, a precariedade do vínculo empregatício, das condições de trabalho, com jornadas, em média, de 16 horas por dia. Os aplicativos certamente aprofundaram o processo de precarização do trabalho e, na pandemia, muitos trabalhadores estavam a exercer seu trabalho sem terem ganhado equipamentos de proteção individual, além de assumir os custos de seu trabalho.

Se a gente capota cair no meio da rua aí, a gente tem que arcar com o nosso prejuízo, fora a nossa saúde entende? A gente está aí correndo o risco de pegar esse Corona Vírus aí (Entregador de aplicativo: 01)

E mesmo esses dias fui entregar um lanche, para um cliente que tinha a Covid-19. Ai ele reclamou porque e não quis subir, e fiquei bloqueado por dois dias (Entregador de aplicativo:02)

Hoje em dia eles estão colocando essa questão de pontuação. Ou seja, você é obrigado a trabalhar sexta, sábado e domingo, se você não trabalha sexta, sábado e domingo, você não faz a pontuação para trabalhar o resto da semana (Entregador de aplicativo: 02)

Como a gente vai sustentar a nossa família ganhando 2,00 (dois reais) por entrega? Diz ai Rappi! Não tem como Rappi (Entregador por aplicativo: 03)⁴⁵.

Deste modo, a organização coletiva configura-se como principal ferramenta de combate da classe trabalhadora na construção de formas coletivas de enfrentamento ao capitalismo. A aliança com os movimentos sociais é importante para consolidar o compromisso ético-político com a classe trabalhadora, que está cristalizado em nosso Código de Ética Profissional (BOSCHETTI, 2015). Foi através dessa articulação que o Serviço Social brasileiro se conectou com a luta geral dos trabalhadores e conseguiu compreender a profissão em um olhar mais amplo. O acúmulo histórico do Serviço Social, junto aos movimentos sociais, no passado, possibilitou o enfrentamento crítico ao conservadorismo na profissão no país, estimulou a construção de formas coletivas e individuais de resistência e permitiu construir o projeto ético-político profissional.

O que queremos dizer é que a profissão, quando foi interpelada e se fez presente em diálogo com o momento histórico de lutas dos movimentos sociais, consolidou-se como sujeito coletivo com direção social e política em favor dessas lutas sociais, e construiu o direcionamento político do Serviço Social, que constitui a intenção de ruptura com o conservadorismo. No atual cenário de barbárie, a aliança com os movimentos sociais se

⁴⁴ Segundo o Facebook, sua plataforma teve 13 mil publicações dessa hashtag.

⁴⁵ Disponível em: <https://twitter.com/leofilho13/status/1278386874281795584>. Acesso em: 10 nov. 2021.

apresenta como maneira possível de enfrentamento ao que está posto, e nos dá esperança de novos dias de luz em um horizonte mais humano, justo e igualitário, sendo uma aliada dos profissionais em suas lutas cotidianas. Como aponta Raichelis (2019):

A direção social da profissão forjada nessa dinâmica sociopolítica – que convencionamos denominar de *projeto ético-político profissional* - é, nesses termos, a expressão da construção coletiva do Serviço Social brasileiro nas últimas quatro décadas, tecida nas lutas sociais pela emancipação política, tendo como horizonte a construção de outra sociabilidade para além do capital (RAICHELIS, 2019, p. 27, grifos do autor).

Embora o conservadorismo não seja algo novo à profissão, pois as raízes da sua gênese foram forjadas sob esse viés, o atual estágio da sociedade brasileira lança novos desafios ao pensamento crítico. A virada nas bases teóricas metodológicas e técnico-operativas, gestadas a partir da intenção de ruptura com o conservadorismo e a aproximação das bases marxistas no âmbito da pesquisa e da construção do conhecimento, permitiu ao Serviço Social compreender criticamente a dinâmica da sociedade e a sua intervenção profissional “sobre questão social, política social, direitos e emancipação, fundamentos do Serviço Social” (BOSCHETTI, 2015, p. 641). De acordo com Boschetti (2015), com referência a Netto, são quatro processos importantes que orientaram o Serviço Social a quebrar as amarras com o conservadorismo:

Primeiro, pela incorporação da teoria crítica marxista no âmbito da pesquisa e da produção de conhecimento pelo Serviço Social, que alcançou a profissão à estatura das melhores produções críticas existentes sobre a questão social, política social, direitos e emancipação, fundamentos do Serviço Social, ética, e lhe permitiu romper com o pensamento conservador predominante nas ciências sociais. Segundo, pela articulação do Serviço Social com os movimentos sociais e partidos políticos anticapitalistas, o que lhe atribuiu um compromisso ético-político e profissional com as classes trabalhadoras, incrustado em nosso Código de Ética Profissional. Terceiro, pela superação do até então monopólio conservador que orientava a formação e o trabalho profissional, por meio do confronto crítico de ideias, valores, princípios e teorias. E quarto, pela construção de uma organização teórica-política-profissional – Conjunto CFESS/Cress, Abepss e Enesso – comprometida com valores e lutas anticapitalistas (NETTO, 2009, p. 149 *apud* BOSCHETTI, 2015, p. 641)

A conjunção desses processos possibilitou à profissão refundar suas bases teóricas e políticas, colocadas como um grande ganho e amadurecimento do Serviço Social brasileiro. Nossa luta contra o conservadorismo em todas suas formas ainda se faz presente, como sinaliza Boschetti:

Se o enfrentamento ao conservadorismo se hegemonizou e nos permitiu construir o Projeto Ético- Político Profissional, não significa que ele extirpou da profissão, até porque está se constitui, se desenvolve e se materializa em relações sociais permeadas e alimentadas cotidianamente pelas determinações sociais fundadas no pensamento conservador. (BOSCHETTI, 2015, p. 642)

O arcabouço teórico político do Serviço Social permite à profissão fazer o enfrentamento do conservadorismo em várias frentes no interior da profissão, e que o projeto ético-político profissional é parte indispensável para a postura combativa do Serviço Social na superação da ordem social vigente do capitalismo contemporâneo.

O atual acirramento na forma de acumulação do capital em detrimento do trabalho, presente nos projetos de lei sobre flexibilização e terceirização⁴⁶, que precarizam a classe trabalhadora e a inserção do trabalho profissional em diversos níveis, bem como o igualmente desmanche das políticas setoriais, trazem impactos que se desdobrarão para o Serviço Social, embora não sejam exclusivos da profissão.

Como vimos, o trabalho profissional, como afirma Raichelis (2011, p. 423) “não é a ação isolada de um indivíduo, mas é sempre atividade coletiva de caráter eminentemente social”. E como construção social pressupõe que a profissão se transforma ao se transformarem as condições nas quais se dá seu engendramento histórico (MARTINELLI, 2009).

É nesse jogo de forças, que o Serviço Social avança, de forma positiva ou negativa, pois se de um lado tem as balizas, os princípios firmados, pela categoria, no projeto ético-político da profissão, de outro, é tensionado pelas determinações e configurações macroestruturais. Conforme sinaliza Iamamoto (2015, p. 222):

Pensar o projeto profissional supõe uma *dupla dimensão*: de um lado as condições macrossocietárias, que estabelecem o terreno sócio-histórico em que exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas sócio-históricas, ético-políticas e técnicas de agentes profissionais e esse contexto, as quais traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais (*grifos do autor*).

Desse ponto de vista, reafirmamos a dupla dimensão do trabalho profissional. Entendemos que a condição de assalariamento do assistente social exerce o tensionamento posto pelas requisições da instituição empregadora (Estado), todavia, a profissão preconiza por objetivos que podem ou não fazerem parte dessas demandas institucionais e que decorrem dos princípios éticos políticos da profissão.

Os empregadores requerem dos assistentes sociais um conjunto de requisições para atender às suas demandas, porém, estas não podem ser assumidas de forma acrítica pelos assistentes sociais, pois o Serviço Social, como profissão, elabora e constrói uma direção

⁴⁶ O projeto aprovado da terceirização no governo Temer, em 31 de março de 2016, que se transformou na Lei n. 13.429, ainda prevê a perda ou redução de direitos como a licença-maternidade, a licença-paternidade e o abono assiduidade. [...] A previsão com lei de terceirização, aprovada em 2017, é que, em 2022, 75% dos trabalhadores serão terceirizados, em uma situação destrutiva crescente e desoladora de direitos. (ABRAMIDES, 2019, p. 189).

política no trabalho profissional o que implica, segundo Raichelis (2011, p. 426), “ultrapassar a visão liberal que apreende a prática do assistente social a partir de uma relação dual e individual entre o profissional e os sujeitos que prestam serviços”.

O que supõe que devemos ter clareza que o trabalho profissional é permeado por forças e contradições, pois, como coloca Iamamoto:

O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes sociais trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos interesses sociais. Como a sociedade é atravessada por projetos sociais distintos – projetos de classes para sociedade – tem-se um terreno histórico aberto à construção *de projetos sociais também diversos*, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade. É essa a presença de forças sociais e políticas reais que permite à categoria profissional estabelecer estratégias políticos-profissionais no sentido de reforçar os interesses das classes subalternas, alvo das ações profissionais. (IAMAMOTO, 2019, p. 41, grifos do autor)

Desta forma, compreendemos que o trabalho dos assistentes sociais passa a ser permeado por disputas e forças, por isso, cabe aqui reafirmar que nossa atividade laboral é direcionada e revestida de uma intencionalidade ético-política. De acordo com Mota:

O assistente social, quando intervém nas mais variadas expressões das questões sociais, expressa a partir de sua prática um posicionamento ético, político e técnico, supostamente orientado pelos componentes, princípios e valores do projeto, ainda que de forma inconsciente buscando favorecer os interesses dos trabalhadores ou tentar mediar os interesses de ambos - trabalhador e empregador. (MOTA, 2011, p. 59)

Sabendo que cada ação tem uma intencionalidade, o direcionamento político do trabalho dos assistentes sociais, tendo em vista os princípios do projeto ético-político, preconiza a defesa de direitos da classe trabalhadora, exige uma intervenção crítica, posto que o trabalho profissional sem crítica pode apenas ajudar a reforçar as ideologias das classes hegemonicamente dominantes. O que queremos dizer é que o trabalho profissional é permeado por um processo contraditório e político, como nos aponta Yazbek (2014):

É preciso compreender que a prática profissional do Serviço Social é necessariamente polarizada pelos interesses das classes sociais em relação, não podendo pensar fora dessa trama. Relação que, como já afirmamos, é essencialmente contraditória e na qual o mesmo movimento que permite a reprodução e a continuidade da sociedade de classes cria as possibilidades de sua transformação (YAZBEK, 2014, p. 681).

Para o Serviço Social brasileiro, estabelecer essas mediações, entre a luta de classe e os projetos societários e profissionais, possibilitou à profissão dar respostas objetivas ao exercício

profissional. Os diversos posicionamentos contrários ao neoliberalismo e à recusa ao conservadorismo profissional, que foram defendidos pela categoria nos âmbitos das instituições de trabalho e em diversas áreas da sociedade, até hoje, estão presentes no interior da profissão, sendo difundidos no Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro.

As inúmeras mudanças sofridas pela profissão⁴⁷, desde o início do “movimento de reconceitualização” e a apreensão de uma consciência mais crítica por parte dos assistentes sociais, que é referenciada no pensamento marxista, possibilitaram à profissão romper suas amarras com as matrizes conservadoras, passando a vislumbrar um novo horizonte na direção de uma sociedade mais justa, igualitária e livre de exploração. Tal posicionamento está posto em três grandes áreas de acordo com Mota (2011):

A difusão do projeto tem sido executada principalmente pelas instâncias produtoras de conhecimento no Serviço Social (graduação, Pós- Graduação, Centros de Pesquisas, Grupos de discussão, etc.) pelas instâncias político-organizativas da profissão (Conselho Federal e Conselho Regional de Serviço Social, Sindicatos e Associações) e pelo arcabouço jurídico-político (conjunto de leis, resoluções, documentos políticos e normativos aprovados e recomendados à aplicação) sejam estes exclusivos a profissão ou proveniente das legislação gerais que subsidiam a intervenção profissional. (MOTA, 2011, p.56)

O projeto ético-político do Serviço Social se torna uma baliza para a atuação profissional qualificada e peça central para fortalecer a autonomia relativa da atuação do próprio Serviço Social. Esse entendimento nos coloca sempre sob dimensão investigativa do trabalho profissional, pois, se de um lado, temos um projeto ético-político que possibilita uma ação crítica e emancipadora, de outro, temos o capital e o seu fetiche e o próprio Estado, que buscam por meios para alienar o trabalho profissional, segundo os seus moldes -de produção e reprodução das relações sociais-, assegurando, assim, a expansão do capitalismo e diminuindo o acirramento entre as classes sociais.

Partindo disso, pensar a viabilidade do projeto ético-político hegemônico da profissão, mediante as tensões e forças que permeiam o trabalho profissional, resulta em uma análise do Serviço Social e o efeito do seu trabalho cotidiano, pois:

O perfil dos assistentes sociais e as condições de trabalho da categoria profissional, considerando que uma profissão é também aquilo que seus profissionais fazem. O projeto profissional não passa por um desenho teórico ou por uma escolha político-social, passa também pela prática dos seus agentes, pela condição de profissionais assalariados, inscrito na estrutura

⁴⁷ De acordo com Abramides (2019, p. 61), “as profissões são criações humanas geradas nas relações sociais, podendo modificar-se, renovando-se ou conservando-se em direções ideológicas, sócio-históricas e culturais a partir de correlação de forças existentes na sociedade”.

sócio-ocupacional que torna mais próximas da classe trabalhadora, esta mais diretamente submetida às imposições do capital. (BAPTISTA; BATINNI, 2009, p. 10)

Por isso, entendemos que o trabalho profissional dos assistentes sociais é atravessado por disputas, tensões entre os modelos societários, impostos pelo capital, e aquele firmado pela categoria profissional no seu projeto ético-político. Nesse aspecto, Iamamoto aponta:

A tensão entre projetos profissionais e a condição assalariada condensa os clássicos dilemas entre teologia e alienação, liberdade e necessidade, ação do sujeito e constrangimento estruturais, dimensões indissolúveis do exercício profissional na sociedade capitalista, o que se radicaliza na era das finanças. Essa tensão se refrata nos diversos espaços ocupacionais e nas condições e relações em que se realiza esse trabalho; na graduação, na pós-graduação e na pesquisa, cujo perfil atual é traçado em grandes linhas. (IAMAMOTO, 2015, p. 41)

E Netto corrobora:

Há que se observar que esta colisão, este enfrentamento de projetos profissionais com projetos societários hegemônicos tem limites numa sociedade capitalista. Exceto se quiser esterilizar no messianismo (cuja antítese é o fatalismo), até mesmo um projeto profissional crítico e avançado deve ter em conta tais limites, cujas linhas mais evidentes expressam nas condições institucionais do mercado de trabalho. (NETTO, 1999, p. 7)

Assim, pensar o trabalho dos assistentes sociais e como ele se processa nos espaços profissionais, nos aparece, em primeiro plano, como um espaço de disputa na construção de uma hegemonia na direção do trabalho profissional nesses lugares.

No caso dos assistentes sociais inseridos no âmbito do Estado, conforme os princípios ético-políticos da profissão, a atuação profissional visa garantir e assegurar direitos sociais, através de mediações e negociações para afirmar tanto um trabalho profissional qualificado, condições de trabalho adequadas, como um trabalho social baseado na perspectiva dos direitos sociais. É o próprio trabalho do profissional que, a cada dia, entra em jogo, seja na disputa incansável pela direcionalidade e garantia de universalidade dos serviços executados nas políticas sociais, como na defesa de condições em como se processa esse trabalho e a sua própria condição de trabalho.

E torna-se fundamental se consideramos as campanhas de desmoralização da imagem dos servidores públicos, que servem para, no contexto de desmonte das políticas sociais, desestabilizar as relações e fragilizar as condições de trabalho no âmbito do Estado. Como nos explica Raichelis (2011):

A lógica privatista do Estado neoliberal afetou também a imagem do servidor público junto à população e à opinião pública, instalando-se um clima desfavorável à recomposição e expansão da força de trabalho na administração pública. Basta verificar como os jornais de grande circulação e a mídia em geral veiculam a realização de concursos públicos e a contratação de funcionários públicos em qualquer esfera da administração pública; o uso dos termos como inchaço da máquina, cabide de emprego, ampliação do déficit público, aumento da ineficiência etc., são corriqueiros e destaques nas manchetes, que, ao mesmo tempo contraditoriamente, cobram do Estado mais e melhores serviços públicos (RAICHELIS, 2018, p. 55)

Ou seja, essa lógica perversa, entre outras coisas, afeta também as relações de contratação e de realização dos trabalhos dos assistentes sociais inseridos nesses espaços de trabalho do Estado⁴⁸, que afetam igualmente a “*classe que vive do trabalho*”⁴⁹.

No atual cenário, Yazbek (2009, p.107-108) ressalta que além das clássicas questões vinculadas ao desemprego, à insegurança e à eliminação de postos de trabalho, que provocam ainda mais a contradição inerente à relação de trabalhador assalariado, o mundo do trabalho está sendo reconfigurado na base da intensificação e precarização, colocando mais uma vez em xeque o nosso projeto ético-político. Diante disso, interrogamos: como é que esses processos afetam o campo de atuação profissional? Como é que isso se materializa na ponta de um serviço? Como é que essas configurações tensionam o dimensionamento político da profissão?

2.3 Trabalho e trabalho em serviço

Partindo das análises marxistas, recorreremos à afirmativa de que todo homem realiza trabalho, e que o trabalho, em Marx, é a transformação da natureza pelo homem para satisfazer suas necessidades individuais e coletivas. Como aponta Marx, em sua diversidade de produções, não há produção possível sem trabalho acumulado, sem processos de produção, tanto material ou imaterial, que, em certa medida, são apropriadas pelo conjunto da humanidade. O sistema capitalista, em sua lógica central de acumulação das riquezas socialmente produzidas, consolidou as bases para a expropriação do trabalho, através da propriedade privada e do assalariamento.

⁴⁸ Serviço Social tem como grande empregador da mão de obra dos assistentes sociais o Estado, que mediante políticas sociais atua na regulação social.

⁴⁹ Categoria forjada por Antunes (2018), que visa compreender como se constitui a “nova” classe trabalhadora e suas particularidades.

Nas relações capitalistas, o processo de produção ganha outra finalidade, a de servir ao capital, autovalorizando-se através do processo de alienação do trabalho, mudando as determinações do próprio trabalho. Como evidencia Marx:

O processo de produção converteu-se em processo próprio do capital; é um processo que se desenvolve com *fatores do processo de trabalho*, e no qual o dinheiro do capitalista se transforma; é um processo que se efetua sob a direção desde, com o fim de fazer mais dinheiro (MARX, 1978, p. 5, grifos do autor).

O resultado do trabalho não pertence a quem o realizou, mas sim ao comprador da força de trabalho e o trabalho é *produtivo* na medida que valoriza o capital. Isto é, só é produtivo o trabalho que gera um excedente (a mais-valia) através do processo de alienação e exploração da força de trabalho (o assalariamento) que é alheio ao capitalista, mas que é apropriado por ele.

[...] Do ponto de vista do processo capitalista de produção, acrescenta-se a determinação mais precisa: de que é produtivo o trabalho que valoriza diretamente o capital, ou seja, que se realiza – sem equivalente para o operário, para seu executante – em mais-valia (*surplvalue*), representada por um subproduto (*surplusproduce*); ou seja, um *incremento* excedente de mercadoria para o monopolizador dos meios de trabalho (*monopliser mens of labour*), para o capitalista. (MARX. , 1978, p. 70)⁵⁰

Dessa forma, “a produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador não produz para si, mas para o capital e é produtivo o trabalho que serve à autovalorização do capital” (DUARTE, 2017, p. 291).

No entanto, nem todo trabalhador assalariado é um trabalhador produtivo e é o que Marx vai denominar de *trabalho improdutivo*, que é quando o produto⁵¹ do trabalho tem por finalidade o valor de *uso* e não o de *troca*. Para Marx (1969, p. 110), quando se compra o trabalho com a finalidade específica de consumi-lo como serviço, pelo seu valor de uso, “[...] não para colocar como fator vivo no lugar do valor do capital variável e o incorporar no processo capitalista de produção, o trabalho não é produtivo [...]”. Nas relações capitalistas, os produtos e mercadorias tendem a valorizar o valor de troca que sobressai sobre o valor de uso, é a partir da venda e/ou troca que se concretiza o circuito de extração da mais-valia.

⁵⁰ MARX, Karl. Livro 1. Capítulo VI (inédito). Disponível em: <file:///C:/Users/fabio/Downloads/O%20Capital%20-%20Capitulo%20VI%20-Inedito.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

⁵¹ Produto ou mercadoria aqui são colocados como resultado do trabalho objetivado independente de sua característica material ou imaterial.

A classe trabalhadora engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o privado, envolvendo um amplo e cada vez mais complexo leque nos universos do trabalho que, embora se constituam como trabalho não produtivo, são necessários para a sobrevivência do sistema (ANTUNES, 2018). Nesses termos, conforme Duarte (2017, p. 230) “tanto o trabalho produtivo como o improdutivo correspondem à relação de trabalho assentada sobre princípios capitalistas”.

Conforme Antunes (2008, p. 50), o processo de reestruturação produtiva, sob a hegemonia da financeirização do capital, exige uma noção contemporânea de classe trabalhadora, pensada de modo amplo e capaz de agregar os diversos universos do trabalho e de todos aqueles e aquelas que vendem a sua força de trabalho em troca de salário. Noção que Antunes vai denominar a classe-que-vive-do-trabalho, agregando o clássico proletariado industrial, os assalariados do setor de serviços, os trabalhadores rurais, mas também “os trabalhadores precarizados, trabalhadores informais, os trabalhadores terceirizados, os trabalhadores uberizados, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital, e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural”.

Como já apontamos, a partir das crises de 2007/2008, devido à quebra da Bolsa de Valores americana⁵², por causa da especulação imobiliária, passamos a assistir a uma nova ofensiva (neo)ultraliberal (uma roupagem nova pra antigos interesses do liberalismo), dada a capacidade do capitalismo e da burguesia de se reajustar⁵³, segundo os interesses pela acumulação de capital.

A forma de acumulação se tornou mais feroz e competitiva, a busca pela mão de obra barata, em diversos lugares do mundo, pelas grandes potências econômicas, afeta especialmente aos países da periferia do capitalismo, que já possuem como traços estruturais, formações sócio-históricas na base do desemprego e do trabalho precário e que sofrem novos embates contra as

⁵² Chamada crise das hipotecas subprime (entre 2007 e 2009), que ocorreu após uma “bolha” que valorizou de forma desproporcional os imóveis, pela reduzida taxa de juros e pela facilidade do acesso ao crédito com pouco controle.

⁵³ Sobre a capacidade de se readequar da burguesia e de seu projeto, Netto ilustra com esta passagem: “na sociedade brasileira, as incidências dessa crise operam fortemente nos anos noventa. Especialmente a partir de 1995, quando os representantes do grande capital passaram a ocupar mais diretamente as instâncias de decisão política, as práticas político-econômicas inspiradas no neoliberalismo e a sua cultura viram-se amplamente disseminadas no conjunto da sociedade. No curso daquela década, a grande burguesia brasileira (que cresceu à sombra da proteção estatal da ditadura) reciclou rapidamente seu projeto societário, tornando-se, então, defensora do neoliberalismo” (NETTO J. P, 1999, p. 18).

suas leis trabalhistas, para atrair investimentos internacionais, precarizando ainda mais as relações e as condições de trabalho.

A expansão das tecnologias e da robótica, entre outros artifícios para se reduzirem os custos com o trabalhador e ampliar os lucros, se traduz em homens e mulheres expulsos do mercado de trabalho, que vão ter de aceitar a redução salarial, uma vez que o exército reserva aumenta exponencialmente. O surgimento de empresas por aplicativos, que se vendem como “mediadoras”, como no caso da Uber, Ifood, 99, Rapp, entre outras tantas, com forte influência do capital internacional, são exemplos de como está se configurando uma *nova morfologia do trabalho*⁵⁴, afetando não somente os trabalhadores do setor privado, mas também àqueles que estão inseridos nos espaços do Estado, ou seja, todos aqueles que vivem da venda da força de trabalho. Como pontua Antunes:

Em pleno século XXI, mais do que nunca, milhões de homens e mulheres dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontra, cada vez mais, situações instáveis, precárias, o vivenciam diretamente o flagelo do desemprego. Isto é, ao mesmo tempo em que se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras em escala global, há uma redução imensa dos empregos; ***aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos seus direitos sociais e a corrosão de suas conquistas históricas***, consequência da lógica destrutiva do capital que, conforme expulsa centenas de milhares de homens e mulheres do mundo produtivo (em sentido mais amplo), recria, nos mais nos mais distantes e longínquos espaços, novas modalidades de trabalho informal, intermitentes, ***precarizados***, “flexível”, depauperando ainda mais os níveis de remuneração daqueles que se mantêm trabalhando. (ANTUNES, 2018, p. 25, grifos nosso).

Nessa perspectiva, a precarização do trabalho não é elemento novo e sim um processo crescente dentro da lógica capitalista. Com o objetivo de redução dos custos, a terceirização se torna centro da reestruturação do trabalho pelo capital e essa lógica também acaba sendo incorporada pelo Estado, especialmente no serviço público. No Brasil, a terceirização ganhou especial força a partir da década 1990, com a reforma do Estado, que passou a promover as privatizações de estatais e a realização de parcerias público-privadas, terceirizando atividades que eram estritamente executadas pelo Estado, que passaram a ser executadas pelas prestadoras de serviços.

Essas alterações impactam as relações de trabalho e as condições de trabalho no Estado, com formas de contratação das mais variadas, mas que têm como denominador comum, no caso da política de assistência social, um processo de ampliação do quadro de trabalhadores/as, mas

⁵⁴Categoria cunhada por Antunes.

que se deu, segundo Silveira (2011, p.17), num contexto de aprofundamento de vínculos precarizados:

A exemplo de contratos temporários e dos pregões eletrônicos; ausência ou insuficiência de concursos públicos; definição de equipes sem perfil adequado, baixos e imorais salários; ampliação de demandas inerentes às equipes técnicas do sistema de justiça, segurança pública, saúde e educação; demandas territoriais ampliadas pela ausência de planejamento, gerando superexploração, desgaste emocional e mesmo danos de saúde mental; práticas gerenciais burocráticas e produtivistas, descaracterizando os objetivos dos serviços; ausência de registros, avaliações participativas; instalação de equipamentos sem acessibilidade e condições materiais de funcionamento; entre outros aspectos (SILVEIRA, 2011 p. 17).

A pesquisa que subsidiou a elaboração do II Plano Decenal de Assistência Social em âmbito nacional (BRASIL, 2015) evidenciava que, a despeito da notória ampliação de serviços de proteção social básica e especial no território nacional, 53,9% dos(as) trabalhadores(as) do SUAS não possuíam estabilidade de vínculo empregatício, configurados pelo regime estatutário e celetista. E ainda, ao considerar o porte populacional dos municípios, a incidência de trabalhadores sem estabilidade aumentava para 57,5% nos municípios de pequeno porte I, evidenciando a particularidade da gestão do trabalho no Vale do Ribeira.

Antunes (2018, p.52) pontua que a terceirização:

Além de [...] ampliar espetacularmente a extração de mais-valor nos espaços privados, dentro e fora das empresas, ela também inseriu a geração de mais-valor no interior dos serviços públicos, por meio de enorme processo que introduziu práticas privadas (as empresas terceirizadas e seus assalariados terceirizados) no interior das atividades cuja finalidade original era produzir *valores socialmente úteis*, como saúde, educação, previdência etc. (grifos do autor).

Na sociedade contemporânea, estamos assistindo a uma expansão da mercantilização dos serviços públicos, tanto pelas reconfigurações produzidas nas formas de contratação que produzem distinções entre trabalhadores de um mesmo serviço, mas operados pela prestação direta do aparelho estatal ou pela terceirização, via organizações da sociedade civil, denominadas como parceiras, como pela introdução da racionalidade da esfera mercantil (da empresa privada) na dinâmica e no processamento da finalidade do serviço público.

Embora seja um tema complexo e não consensual entre os autores⁵⁵, partimos do conceito de serviço apontado por Meirelles (2006), posto que a autora realiza uma ampla

⁵⁵ Adam Smith (1776), Marx (1867), Say (1803), Mill (1848) e Walras (1874); Gershuny e Miles (1983), Nusbaumer (1984), Walker (1985), Marshall e Wood (1995), e Hill (1976, 1999).

revisão de literatura e busca avançar na compreensão contemporânea sobre o tema, afirmando que os serviços têm suas características predominantes como processos de trabalho.

A questão fundamental na análise conceitual dos serviços consiste em compreender que serviço é fundamentalmente diferente de um bem ou de um produto. Serviço é trabalho em processo, e não o resultado da ação do trabalho; por esta razão elementar, não se produz um serviço, e sim se presta um serviço. Esta perspectiva de abordagem conceitual incita mudanças significativas no tratamento até agora dado a estas atividades, tanto em termos de classificação e quantificação nas contas nacionais, quanto do ponto de vista do seu papel na dinâmica econômica e social (MEIRELLES, 2006, p. 134).

O debate dessa autora busca contemplar novos elementos que não estão presentes, necessariamente, na análise de trabalho produtivo e improdutivo, destacando que:

Serviço é trabalho na sua acepção ampla e fundamental, podendo ser realizado não só através dos recursos humanos (trabalho humano) como também através das máquinas e equipamentos (trabalho mecânico). Serviço é trabalho em processo, ou seja, serviço é trabalho na concepção dinâmica do termo, trabalho em ação. Todo serviço é realização de trabalho, mas nem toda realização de trabalho é serviço, ou seja, não existe uma relação biunívoca entre serviço e trabalho. (MEIRELLES, 2006, p. 130).

Para compreendermos o primeiro postulado, vamos descrever o mesmo serviço sendo realizado tanto por ações mecânicas quanto por um humano e, para elucidar essa distinção, trataremos o exemplo do cotidiano de um serviço de teleatendimento. Ao ligarmos para uma determinada empresa, podemos ser atendidos por uma pessoa ou por uma inteligência artificial, como é caso da “Bia” do Banco Bradesco ou das diversas operadoras telefônicas que antes de repassar para um “chamado” atendente, buscam de forma mecânica a solução do problema. Mas, a mecanização também está evidenciada pelo preenchimento virtual de passagens aéreas que substituem o trabalhador da venda face a face, a cobrança de pedágio através do sistema Sem-Parar, que dispensa a atividade do(a) trabalhador(a) em espécie nas cabines, e/ou em todos os serviços prestados por máquinas, e que antes da revolução tecnológica eram realizados por trabalho humano.

Embora não anule totalmente a força de trabalho ⁵⁶, a automatização tende à sua redução. Por isso, Meirelles (2006) explica:

De acordo com o primeiro postulado é possível classificar como atividades de serviço não só aquelas intensivas em recursos humanos como também as capital-intensivas, como é o caso de algumas atividades de infraestrutura econômica [...] É fundamental para a compreensão da configuração dos serviços na economia moderna, tendo em vista que o conteúdo de trabalho

⁵⁶ Mesmo os trabalhos realizados por ferramentas tecnológicas necessitam em seu átomo de trabalho humano porque as ferramentas não se reproduzem e nem se mantêm autônoma ao trabalho humano.

mecânico presente nos processos econômicos tende a se acentuar cada vez mais [...] novos dispositivos de realização de trabalho que se combinam ao trabalho humano ou o substituem. (MEIRELLES, 2006, p.130-131)

Desse modo, nos exemplos anteriores observamos uma clara substituição do trabalhador por uma ferramenta tecnológica, mas, há também uma lógica instrumental e de mecanização quando da introdução de uma perspectiva ferramental/instrumental/mercantil que substitui a escuta qualificada numa entrevista de Cadastro Único e/ou do Censo do IBGE, orientada pela relação mercantil de custo/benefício. A quem serve o menor custo, quando a mecanização impede a melhor compreensão das demandas que poderiam ser evidenciadas para a políticas sociais?

É em função dessa pergunta que o segundo postulado (MEIRELLES, 2006) evidencia um elemento fundamental para o serviço social e para a política de assistência social, pois serviço é trabalho em processo, é trabalho em ação, ou seja, não pode ficar restrito às métricas mercantis de mercadorias, bens e produtos e/ou resultados a serem alcançados sob essa perspectiva. Por isso, “Serviço não só do produto [...] serviço só se caracteriza enquanto tal na medida em que há realização de trabalho, independente dos insumos utilizados, se tangíveis ou intangíveis” (MEIRELLES, 2006, p. 131).

O trabalho em processo diz respeito a uma dimensão sociopolítica que, na política de assistência social, se dá num campo no qual se disputam as novas exigências para o trabalho, oriundas da ampliação da dimensão normativa do SUAS, bem como das requisições dos serviços para reafirmá-las enquanto direito social.

Já no terceiro postulado, Meirelles (2006) aborda o serviço, naquilo que está mais próximo do debate do trabalho produtivo-improdutivo, mas que na forma contemporânea é debatido por essa autora buscando associar que o que caracteriza a prestação de serviços é o processo econômico no qual o serviço se insere: “os processos de trabalho puro, nos processos de transformação e produção ou nos processos de troca e circulação” (MEIRELLES, 2006, p.131-132).

Conforme Dal Rosso (2014), para uma parcela do trabalho em serviço, no setor público, o critério de assalariamento vinculado à questão de produtividade- improdutividade de valor é insuficiente, pois:

O assalariamento prevalece também em setores que não produzem mercadorias. Assim é o caso das atividades públicas, feitas para prestação de serviços pelo Estado. O Estado não assalaria indivíduos para produzir ganhos com o labor desses servidores. Contrata-os para responder por meio de prestação de serviços públicos, gratuitos em sua maior parte, às demandas populares. Tais atividades públicas não produzem mercadorias que, vendidas

no mercado, geram ganhos econômicos. Se não há mercadoria, não há valor, nem mais-valor, não cabendo, portanto, a questão do labor produtivo ou não produtivo. Obviamente, esse argumento não se aplica a situações em que o Estado reveste-se da *persona* de empresário, quando possui empreendimentos de exploração mineradora e empresas estratégicas, fábrica aviões e mísseis, circunstâncias em que produção de mercadorias, valores e mais valores encontra-se totalmente imbricada. O critério da produção ou não de mercadorias rasga transversalmente as atividades de serviços entre produtivos e não produtivos de valor e mais-valia. Os serviços de propriedade pública prestados pelo Estado necessitam ser distinguidos pela relação que contêm. Se os serviços prestados pelo Estado são organizados empresarialmente, de forma a gerar a relação específica de trabalho e capital que produz mais valia, como tende a ocorrer na prestação de serviços de telefonia, comunicação e correio, eles são serviços produtivos. Muitos serviços estatais não preenchem essa condição. São prestações aos cidadãos, pois o trabalho dos servidores públicos é pago por meio de um salário, e a relação extingue-se aí. Apenas prestam-se serviços de educação, de saúde pública e outros mais que dependem do grau de civilidade ou barbárie de cada nação. (DAL ROSSO, 2014, p. 86-87)

Nos serviços ofertados pelo Estado, como no caso da saúde, educação, assistência social, áreas nas quais o serviço social se insere na divisão social e técnica do trabalho, conforme aponta Iamamoto (2008, p. 421 *apud* CARVALHO, s. d., p. 07), o/a assistente social:

Sendo um trabalhador assalariado, vende sua força de trabalho especializada aos empregadores, em troca de um equivalente expresso em forma monetária [...]. Em decorrência o caráter social desse trabalho assume uma dupla dimensão: a) enquanto trabalho útil assume as necessidades sociais e efetiva-se através de relações com outros homens, incorporando o legado material e intelectual de gerações passadas [...]; b), mas só pode atender às necessidades sociais se seu trabalho puder ser igualado a qualquer outro, enquanto trabalho abstrato.

Por causa da sua relação de assalariamento, a profissão tem seu trabalho alienado, inserido nas relações de trabalho, tanto como servidor público, como prestador de serviços, e sofre as determinações e “constrangimentos semelhantes àqueles que subordinam o conjunto dos trabalhadores” (RAICHELIS, 2011, p. 425-426). Compreender a nossa inserção como classe trabalhadora “supõe ultrapassar a visão que reduz a prática de assistentes sociais a uma relação dual e face a face entre profissionais e sujeito a quem presta serviços” (RAICHELIS, 2011, p. 425-426). Cabe a nós evidenciar que tal análise não está dissociada da sociedade e do sistema de acumulação capitalista em seus diversos estágios, por isso, nos apoiamos na concepção socio-histórica da profissão.

O espaço sócio-ocupacional de qualquer profissão, neste caso do Serviço Social, é criado pela existência das necessidades sociais (que se traduzem em demandas) e que historicamente a profissão adquire este espaço quando o

Estado passa a intervir sistematicamente na questão social (de conteúdo fundamentalmente econômico e político), através de uma modalidade de atendimento, qual seja, as políticas sociais (GUERRA, 2000, p. 17 *apud* CARVALHO, p. 5).

Segundo Iamamoto, a inserção da profissão se dá porque:

O Serviço Social contribui para a produção e reprodução desta sociedade, ele participa deste processo enquanto trabalhador coletivo que, por meio de seu trabalho, garante a sobrevivência e a reprodução da força de trabalho. É desta forma, uma profissão socialmente necessária "[...] por que ela atua sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora" (IAMAMOTO, 2000, p. 67 *apud* CARVALHO, s.d, p. 3)

Por isso, de acordo com Abramides:

O debate da profissão requer percebê-la interna e externamente, para a análise das determinações que a influenciam e a conformam, no contexto dos diferenciados processos sociais de luta e conquista da hegemonia do projeto de *ruptura profissional* como o conservadorismo e de sua direção política. (ABRAMIDES, 2006, p. 32, grifos do autor)

Nesse contexto e na atual conjuntura, os/as trabalhaore/as do SUAS não estão apartados dos mecanismos de precarização do trabalho, expressos em novas e antigas estratégias de controle e gerenciamento que, combinadas, resultam em “novas e/ou renovadas formas de exploração: trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado, terceirizado e informal, com consequente exacerbação dos processos de flexibilização, rotinização e intensificação do trabalho” (ANTUNES, 2018, p. 64).

O atual estágio do capitalismo impõe uma perversidade sobre o conjunto das relações sociais, coloca os trabalhadores em condições cada vez mais desumanas, tanto no trabalho quanto nas condições de vida. Com a globalização e a revolução tecnológica, sob o predomínio do capital financeiro, a precarização rompe as fronteiras dos países e se consolida como traço estrutural dos universos do trabalho, impondo uma nova sociabilidade, sem negar ou superar a anterior, mas coexistindo e recombinao-as em uma metamorfose em andamento. Segundo Druck (2011, p. 42):

A hegemonia do setor financeiro ultrapassa o terreno estritamente econômico do mercado e impregna todos os âmbitos da vida social, dando conteúdo a um novo modo de trabalho e de vida. Trata-se de uma rapidez inédita do tempo social, sustentado na volatilidade, efemeridade e descartabilidade sem limites de tudo o que se produz e, principalmente, dos que produzem – os homens e mulheres que vivem do trabalho. É isso que dá novo conteúdo à flexibilização e à precarização do trabalho, que se metamorfoseiam, assumindo novas dimensões e configurações. O curto prazo – como elemento central dos

investimentos financeiros – impõe processos ágeis de produção e de trabalho, e, para tal, é indispensável contar com trabalhadores que se submetam a quaisquer condições para atender ao novo ritmo e às rápidas mudanças.

Sendo assim, a precarização das formas de trabalho, as profundas alterações nos ritmos do trabalho, no caráter cada vez mais difuso entre os horários de trabalho e não trabalho, -com trabalhadores sempre à disposição -, os processos de gestão do trabalho, na base de metas, da multiplicidade de tarefas e funções, impactam as condições de trabalho e podem causar ao trabalhador estresse, adoecimentos físicos e psicológicos (CARDOSO, 2015).

Ao analisarmos o trabalho na atualidade, verificamos que este está cada vez mais permeado pela tecnologia da informação e comunicação, sendo mediado por: computadores, celulares e aplicativos. Desta forma, observa-se que, assim como a Revolução Industrial imprimiu ao trabalhador novos ritmos e processos de trabalho, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) também impõem novos ritmos que trazem como novidade a capacidade de mover-se livremente entre o tempo de trabalho pago e não pago, entre o local de trabalho e o espaço doméstico do trabalhador e, assim, intensificam a alienação do trabalhador e precarizam o trabalho. Como nos aponta Cantor:

Ainda que a pessoa que trabalha seja juridicamente livre, o controle de seu tempo por um poder estranho, o do capital, torna-se escrava; simplesmente, “seu tempo não lhe pertence, porque está à disposição do ciberespaço produtivo recombinate. Essa nova forma pode ser chamada de escravidão do celular, a qual se evidencia de maneira contundente no BlackBerry, um aparelho que tem nome de um instrumento usado na época da escravidão nos Estados Unidos: ele era atado aos tornozelos dos escravos para que eles não fugissem, para que seu tempo continuasse, pela força bruta, aos escravocratas. Algo similar acontece hoje, já que o BlackBerry mantém os trabalhadores escravos de outros, principalmente dos patrões e dos empresários, com as mãos e o cérebro atados a esse aparelho insuportável. (CANTOR, 2019, p. 51)

As TICs, como o telefone celular, notebooks e similares (smartphones, BlackBerry, entre outros), são ferramentas que se diferenciam das demais, por causa da sua mobilidade, da sua facilidade de ser carregadas de um lugar a outro, estando junto ao trabalhador, permitindo a multifuncionalidade, agilidade, além disso, vêm sendo difundidas entre as classes sociais (o que não ocorreu com outras tecnologias, como por exemplo, relembramos as experiências do BIP⁵⁷). Tecnologias que, apropriadas pelo capital, ampliam a disposição do tempo de vida do

⁵⁷ Lembro-me de que quando criança este aparelho era usado pelos meus tios que tinham altos cargos nas empresas onde trabalhavam. Sempre relacionávamos esse aparelho a pessoas com altos cargos em empresas, por causa do seu valor e funcionalidade (fato empírico). Sobre a funcionalidade lembramos que esse aparelho era

sujeito ao trabalho⁵⁸ porque pelo “telefone celular mantém-se uma conectividade perpétua, que obriga os trabalhadores precarizados a estar disponíveis, como escravos pós-modernos, sempre que o capital necessite deles” (CANTOR, 2019, p. 51).

Outro ponto relevante é como o trabalho se torna estranhado da sua condição de trabalhador, obscurecendo a origem do trabalho, uma vez que, “o tempo de trabalhadores cognitivos foi “celularizado” porque se divide em fragmentos, em células, que o capital faz circular pela rede de maneira *despersonalizada*” (CANTOR, 2019, p. 51). À vista disso, em certa medida, acaba por ocultar os processos de trabalho e as próprias relações humanas, pois “o trabalhador converte-se assim num código de barras, que não tem importância como ser humano, por sua objetividade, mas somente porque é uma peça a mais de uma engrenagem que se conecta em rede por meio do computador, da internet e, de forma mais íntima, do telefone celular” (CANTOR, 2019, p. 51-52).

No Serviço Social, e no campo de atuação nas políticas sociais, a introdução das TICs e desses novos ritmos assume particularidades associadas às formas de controle e à racionalidade gerencial, sob a pressuposta lógica empresarial. Conforme Dardot e Laval (2016), a gestão por desempenho da nova razão neoliberal imprime vários sentidos de privatização da ação pública: não só porque mercantiliza serviços, mas também porque altera profundamente a lógica de gestão e avaliação dos serviços, sob “o entendimento maciçamente contável da atividade judiciária, médica, social, cultural, educacional ou policial”. Os novos princípios gerenciais (apoiados por indicadores de desempenho, pela cultura de resultados, pela circulação de informação) colocam em tensão a lógica contável e o significado das profissões e os conteúdos e a natureza dos serviços.

Conforme Raichelis e Arregui (2021), a situação de pandemia expôs com muita crueza as dimensões contraditórias desse processo, deixando em evidência as pressões e angústias reais de assistentes sociais, os sofrimentos e adoecimentos desencadeados, tanto no trabalho presencial quanto no trabalho remoto, em meio à impotência para fazer frente às necessidades urgentes demandadas na atenção pública, no contexto de desmanche das políticas sociais.

Pressões e adoecimentos que decorrem de uma racionalidade gerencial, que precariza condições de trabalho, fere a autonomia relativa dos profissionais e reduz a natureza e finalidade dos serviços a uma simples conta de custo/benefício.

disponibilizado para que a empresa pudesse entrar em contato com o funcionário assim que necessitasse, invadindo o tempo de não trabalho (aquele que o funcionário não está vendendo sua força de trabalho).

⁵⁸A exemplo, muito próximo ao modelo de contratação zero hora, ou pela ampliação da jornada visando sempre conseguir que o trabalho seja feito fora do período de trabalho contratado e, com isso, obtendo mais lucro em um processo de superexploração.

Nesse tipo de gestão por pressão ocorre a intensificação do trabalho, com impactos na materialidade e na subjetividade dos(as) trabalhadores(as): ampliação da jornada de trabalho para dez, doze horas, fadiga pelo tempo excessivo de permanência em frente à tela do computador, multiplicação do número de reuniões até a exaustão, simbiose entre tempo de trabalho e de não trabalho. Contexto favorável ao crescimento do assédio moral, desgaste mental, adoecimentos provocados pelas novas formas de gerenciamento e controle dos processos de trabalho (RAICHELIS; VICENTE, 2019 *apud* RAICHELIS; ARREGUI, 2021 p. 146)

Desta maneira, entendemos que através dessas novas configurações, uma nova forma de produção de bens e prestação de serviços, ainda mais perversa e predatória, está se colocando como realidade para a classe trabalhadora e para o Serviço Social.

CAPÍTULO 3 - O SUAS E O TRABALHO PROFISSIONAL EM DISPUTA: O VALE DO RIBEIRA-SP E OS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE I

Conforme apontado na Introdução, a pesquisa foi realizada em dois municípios de pequeno porte I, considerando entre as subclassificações no interior do porte, um município de 20.000 a 15.001 habitantes (**PP1f**) e um município 15.000 habitantes e de 10.001 (**PP1e**).

No entanto, cabe fazer uma análise sobre todos os municípios de pequeno porte I levando em consideração a sua subclassificação

Tabela 3 - Dados sociodemográficos e de beneficiários do Programa Bolsa Família dos municípios do Vale do Ribeira-SP.

Município	Total de Habitantes	Porte Populacional Subclassificação SUAS 10	Densidade demográfica	Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo	Total de Famílias no CadÚnico	Total de Famílias beneficiárias no PBF	Percentual de famílias no CadÚnico contempladas no PBF
	Ano 2020		Ano 2010	Ano 2010	Ano 2021*	Ano 2021**	Ano 2021
	n/a		hab/km2	%	n/a	n/a	%
Miracatu	19.934	Pequeno Porte 1 F	20,56	41,0	4.467	2.063	46,2
Pariquera-Açu	19.251	Pequeno Porte 1 F	51,34	37,0	2.848	937	32,9
Juquiá	18.828	Pequeno Porte 1 F	23,68	41,1	2.893	1.164	40,2
Ribeirão Branco	17.685	Pequeno Porte 1 F	26,19	44,5	3.625	1.803	49,7
Itiariri	17.274	Pequeno Porte 1 F	56,53	41,3	2.386	1.105	46,3
Jacupiranga	17.222	Pequeno Porte 1 F	24,44	37,1	3.168	1.172	37,0
São Lourenço da Serra	15.579	Pequeno Porte 1 F	74,99	36,1	2.952	1.148	38,9
Eldorado	15.236	Pequeno Porte 1 F	8,85	41,6	2.621	1.144	43,6
Sete Barras	12.628	Pequeno Porte 1 E	12,24	42,2	2.975	1.131	38,0
Cananéia	12.341	Pequeno Porte 1 E	9,86	38,7	1.906	689	36,1
Pedro de Toledo	10.977	Pequeno Porte 1 E	15,22	38,0	2.079	927	44,6
Ilha Comprida	10.296	Pequeno Porte 1 E	47,01	38,0	3.377	824	24,4
Tapiraí	7.699	Pequeno Porte 1 D	10,61	37,3	1.386	516	37,2
Barra do Turvo	7.687	Pequeno Porte 1 D	7,67	42,4	2.098	843	40,2
Barra do Chapéu	5.530	Pequeno Porte 1 C	12,93	47,0	1.560	768	49,2
Iporanga	4.407	Pequeno Porte 1 B	3,73	45,3	918	455	49,6
Itapirapuã Paulista	4.180	Pequeno Porte 1 B	9,55	45,1	970	560	57,7
Ribeira	3.242	Pequeno Porte 1 B	10,00	39,7	838	393	46,9
Itaóca	3.186	Pequeno Porte 1 B	17,64	47,4	711	414	58,2

Fonte: Fundação Seade, IBGE, SAGI, MDS (2021).

* dados referentes ao mês de setembro de 2021; ** dados referentes ao mês de outubro de 2021.

Em relação à densidade demográfica dos municípios de pequeno porte 1 do Vale do Ribeira-SP, o município de São Lourenço (considerado como PP1F) se destaca com a maior incidência, beirando os 75 habitantes por km², seguido de Itariri com 56 habitantes por km², Pariquera-Açu com 51 habitantes por km² e Ilha Comprida com 47 habitantes por km², assumindo o topo da maior densidade entre os municípios com subclassificação de PP1e. No outro extremo, os municípios com menor densidade demográfica apresentam uma incidência abaixo dos 10 habitantes por km², sendo eles, Iporanga, Barra do Turvo, Eldorado, Itapirapuã Paulista e Cananéia.

Ainda analisando a densidade demográfica podemos verificar a maior e menor incidência em cada subclassificação. No interior do PP1 F, a maior densidade é detectada no município de São Lourenço da Serra (75 habitantes por km²) e a menor densidade no município de Eldorado pouco acima dos 8 habitantes por km². Deste modo, podemos perceber que mesmo nos municípios de maior porte populacional entre as cidades de pequeno porte I é possível detectar as maiores e menores incidências do ponto de vista da densidade demográfica. Já nos municípios de subclassificação E, a maior densidade demográfica é identificada em Ilha Comprida (47 habitantes por km²) e a menor em Cananéia (9 habitantes por km²). Os municípios de subclassificação D apresentam baixa densidade demográfica, em Tapirai 10 habitantes por km² e Barra do Turvo com 7 habitante por km². Barra do Chapéu Mais é o único município de subclassificação C. Já nos municípios de subclassificação B, a maior incidência ocorre em Itaoca (17 habitantes por km²) e a menor em Iporanga (3,7 habitantes por km²).

Ainda analisando a tabela 3 podemos observar que, nos municípios de pequeno porte I do Vale do Ribeira, o rendimento nominal mensal per capita de até ½ salário-mínimo varia entre 36,1% em São Lourenço com a menor incidência e 47,4% em Itaoca com a maior incidência.

Na tabela, observa-se ainda a incidência de famílias no CadÚnico, sendo que os maiores valores são identificados nos municípios de subclassificação E e F, bem como os maiores percentuais de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, tendo como referência o total de famílias cadastradas.

Partindo dessa análise, decidimos eleger duas subclassificações que encabeçam as maiores densidades demográficas e maiores número de famílias contempladas, deste modo, trabalhamos na pesquisa de campo com um município de subclassificação F e outro de subclassificação E. No entanto, por se tratar de municípios nos quais há apenas um CRAS, como podemos observar na tabela próxima tabela, por questões de sigilo, diante da preocupação

das entrevistadas, fizemos a opção de não tornar público o nome do município, mas a sua subclassificação do porte populacional.

Tabela 4 - Dados sociodemográficos e de beneficiários dos municípios de pequeno porte 1 F e E do Vale do Ribeira-SP.

Município	Total de Habitantes	Porte Populacional Subclassificação SUAS 10	Percentual População Rural	Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo	Total de Famílias no CadÚnico	Total de Famílias beneficiárias no PBF	Percentual de famílias no CadÚnico contempladas no PBF	Total de Beneficiários BPC	Total de Pessoas elegíveis Auxílio emergencial	CRAS	Resp PBF+BPC
	Ano 2020		Ano 2021	Ano 2010	Ano 2021*	Ano 2021**	Ano 2021	Ano 2021**	Ano 2020***	Ano 2021	Ano 2021
	n/a		%	%	n/a	n/a	%	n/a	n/a	n/a	
Miracatu	19.934	Pequeno Porte 1 F	49,0	41,0	4.467	2.063	46,2	986	7.774	1	3.049
Parquera-Açu	19.251	Pequeno Porte 1 F	31,0	37,0	2.848	937	32,9	665	6354	1	1.602
Juquiá	18.828	Pequeno Porte 1 F	37,0	41,1	2.893	1.164	40,2	911	6637	1	2.075
Ribeirão Branco	17.685	Pequeno Porte 1 F	49,0	44,5	3.625	1.803	49,7	356	7165	1	2.159
Itianiri	17.274	Pequeno Porte 1 F	36,0	41,3	2.386	1.105	46,3	527	4.284	2	1.632
Jacupiranga	17.222	Pequeno Porte 1 F	46,0	37,1	3.168	1.172	37,0	627	5.305	1	1.799
São Lourenço da Serra	15.579	Pequeno Porte 1 F	9,0	36,1	2.952	1.148	38,9	552	5.600	1	1.700
Eldorado	15.236	Pequeno Porte 1 F	51,0	41,6	2.621	1.144	43,6	489	5.299	1	1.633
Sete Barras	12.628	Pequeno Porte 1 E	45,0	42,2	2.975	1.131	38,0	690	5.024	1	1.821
Cananéia	12.341	Pequeno Porte 1 E	15,0	38,7	1.906	689	36,1	374	4.871	1	1.063
Pedro de Toledo	10.977	Pequeno Porte 1 E	31,0	38,0	2.079	927	44,6	343	3.541	1	1.270
Ilha Comprida	10.296	Pequeno Porte 1 E	0,0	38,0	3.377	824	24,4	295	5.777	1	1.119

Fonte: Fundação Seade, IBGE, SAGI, MDS (2021).

* dados referentes ao mês de setembro de 2021; ** dados referentes ao mês de outubro de 2021; *** dados referentes ao mês de abril de 2020.

Entre os municípios de subclassificação F e E, notamos que Eldorado possui um pouco mais de 50% de sua população residindo em área rural, enquanto o município de Ilha Comprida 100% da população reside em área urbana, o que não apaga os traços de ruralidades de um município que é uma ilha. Como pesquisador e morador do município, já evidenciei em outro trabalho, que apresenta, ao longo dos balneários, famílias isoladas, com baixo acesso aos serviços urbanos, com um transporte público que é escasso e acontece com intervalos de 3 em 3 horas, isso quando não quebram ou atolam deixando de passar no horário (ROCHA, 2017)⁵⁹.

⁵⁹ ROCHA; Fabio de Carvalho, Lopez; Fernanda. **A prática profissional dos assistentes sociais nos municípios de pequeno porte 1**. 2017.TCC- União das Instituições de Serviços, Ensino e Pesquisa-UNISEPE.

3.1. A política de assistência social e os tensionamentos vivenciados nos CRAS

Compreender os tensionamentos enfrentados pelo Serviço Social, na ponta de um serviço, exige analisar a política social na perspectiva da totalidade e “como resultado e processo que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo” (BEHRING, BOSCHETTI, 2008, p. 36). Nessa perspectiva, nem o Estado, nem a política social são esferas pacíficas, desprovidas de disputas de interesses e luta de classes sociais.

A consolidação de direitos sociais e a implementação destes pelo Estado têm relação direta com a luta da classe trabalhadora, com o processo histórico configurado na relação capital-trabalho (YAZBEK, 2018). Conforme Boschetti (2016), a regulamentação estatal das relações econômicas e sociais no capitalismo tem nas políticas sociais uma determinação central, mas ela não se esgota, nem resolve a principal contradição do sistema capitalista.

Segundo Boschetti (2016):

O reconhecimento dos direitos sociais e, sobretudo, sua universalização nos sistemas de proteção social capitalista, seja em formas de bens e serviços, seja em forma de prestações sociais monetárias, possibilitou a melhoria das condições de vida, certa redução das desigualdades sociais e certa distribuição do fundo público. Mas, certamente, *não desmercantilizou as relações sociais, que continuam regidas pelas relações capitalistas fundadas na produção e apropriação privada de seus resultados*. grifos nossos (BOSCHETTI, 2016, p. 28)

Para a autora, a regulamentação econômica e social efetivada pelo Estado no capitalismo tardio não lhe atribui uma natureza anticapitalista, nem uma intencionalidade de socializar a riqueza por meio das políticas sociais e tampouco faz dele uma instância neutra de produção de bem-estar (BOSCHETTI, 2016). Conforme o intelectual Netto (2011) não há capitalismo sem miséria, sem pauperismo, uma vez que a produção é social e coletiva, mas, no entanto, a apropriação dessas riquezas é alienada por um grupo ou classe social dominante, sendo uma característica do modo capitalista.

Não se trata de negar os avanços significativos que as políticas sociais representam para a classe trabalhadora, mas de compreender que seu o processamento impõe limites dentro do sistema capitalista. Como salienta Boschetti (2016):

[...] a natureza contraditória do Estado social capitalista está em sua função de atuar na garantia de condições necessárias à reprodução do capital e à exploração inerente da força de trabalho, o que significa ter que assegurar a acumulação contínua do capital. Mas, ao mesmo tempo, o Estado social deve

responder às demandas e necessidades sociais sob pressão da classe trabalhadora em sua luta contra a exploração e a dominação capitalista. Ao entender e reconhecer os direitos sociais mais amplos, o Estado social contradiz as requisições diretas do sistema de acumulação, daí sua natureza contraditória (BOSCHETTI, 2016, p. 63)

Mas, ao mesmo tempo, é preciso compreender que essa disputa se processa numa dinâmica complexa e contraditória nem sempre aparente à primeira vista. A esse respeito, Netto (2011) nos alerta:

[...] A dinâmica das políticas sociais está longe de esgotar-se numa tensão bipolar [...]. De fato elas são resultantes extremamente complexas de um jogo em que os protagonistas e demandas estão atravessados por contradições, confrontos e conflitos. A diferença no seio da burguesia, os cortes no conjunto dos trabalhadores e as próprias fissuras no aparelho do Estado (que, com a autonomização da atividade política, levam alguns de seus atores profissionais a uma relação mediatizada com as classes sociais) tornam a formulação das políticas sociais processos que estão muito distanciados de uma pura conexão casual entre seus protagonistas, os seus interesses e suas estratégias. É possível verificar, de uma parte, alianças políticos-sociais as mais insólitas para a formulação de uma determinada política social; de outra, a ponderação dessas alianças pode introduzir fricções entre as políticas sociais formuladas simultaneamente e, enfim, é de registrar que as lutas e as confluências dos protagonistas não se encerram na formulação – *a implementação das políticas sociais é outro campo de tensões e alianças*, no qual frequentemente jogam papel não desprezível categorias técnicos-profissionais especializadas. (NETTO, 2011, p. 33-34)

É nesse jogo que a assistência social precisa ser compreendida, explicitando a conquista de direitos sociais consolidados na Política Nacional de Assistência Social. Ao buscar romper com as marcas históricas do assistencialismo, cria condições de uma política de direito reclamável pela classe trabalhadora. O status de direito traz para a assistência social o entendimento e a necessidade de um sistema de proteção social que garanta condições mínimas de sobrevivência e reprodução da classe trabalhadora. No entanto, os retrocessos das políticas sociais, como aponta Couto (2015, p. 667), “constitui-se campo de luta e de disputa, no qual os capitalistas vêm intervindo para retirar aquilo que foi duramente conquistado pelos trabalhadores”.

A direcionalidade das políticas sociais está sempre em disputa e, nesse sentido, a existência, por exemplo, de condicionalidade para o acesso a direitos e a benefícios sociais por parte da classe trabalhadora cria um sistema perverso de negação, uma forma de não efetivação das políticas sociais que se tornam cada vez mais focalizadas.

A Constituição de 1988 estabelece a assistência social como *política não contributiva* que integra o Sistema de Seguridade Social destinado a assegurar os direitos relativos à saúde,

à previdência e à assistência social. Enquanto tal é colocada como dever do Estado e um direito do cidadão, sendo que o artigo 203 da Constituição de 1988 estabelece que a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, daí decorre o seu caráter de política não contributiva.

Configura-se como uma política de enfrentamento das desigualdades sociais, visando a garantia dos mínimos sociais, provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais (PNAS, 2004), por meio de serviços, benefícios, programas e projetos. O SUAS afirma essa direção quando explicita que a “proteção social de assistência social consiste num conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das contingências sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional” (PNAS/SUAS, 2004, p. 90).

Conforme Sposati (BRASIL, 2013, p. 22), o caráter público da política supõe o reconhecimento da proteção social não contributiva como direito alcançável a todos os cidadãos.

A política de assistência social torna-se pública, não porque é realizada por um órgão público ou estatal, mas por reconhecer que superar uma dada necessidade é do âmbito do dever do Estado e não uma concessão de mérito eventual face a uma fragilidade de um indivíduo. Ao entender que uma política pública trata de necessidades sociais, individuais e coletivas, ainda que essas se manifestem concretamente em situações e pessoas, é preciso que a gestão ganhe competência e conhecimento na atenção, superação e até mesmo prevenção dessas necessidades.

Nesse sentido, a proteção social é “um componente do conjunto de direitos de civilização de uma sociedade ou o elenco das manifestações de solidariedade de uma sociedade para com todos os seus membros” (SPOSATI, 2006, p. 31, *apud* MENDOZA, 2006, p. 107).

Embora em sua atuação a assistência social se insira na articulação intersetorial com outras políticas sociais (Saúde, Cultura, Esporte, Emprego, Habitação, entre outras), compõe campo específico de direção, sentidos, objetivos, preceitos organizativos e responsabilidades como política setorial; materializa direitos pela oferta de serviços e benefícios que garantem e tensionam o alcance das seguranças socioassistenciais aos cidadãos, diante de desproteções e violações; e, assegura prestações sociais públicas em padrões de cobertura na atenção e prevenção de desproteções e riscos sociais. Nessa perspectiva, o reconhecimento da assistência social como política pública expande a responsabilidade social e coletiva do Estado nas condições de proteção social, garante seguranças sociais aos cidadãos e materializa nos

territórios a provisão de atenções, tendo como horizonte a ampliação e defesa de direitos em função das desproteções que ali se configuram (BRASIL, 2013).

Segundo o PNAS, a assistência social se destinada a:

Cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (BRASIL, 2004, p. 31)

A assistência social atua com as *vulnerabilidades* e os *riscos sociais*, eminentes à vida em sociedade, os quais são ainda mais acentuados em sociedades capitalista e periférica como é o caso da brasileira, porém, tal política não pode ser compreendida como benemerência, subsidiária de outras políticas ou descaracterizada por ações pontuais, provisórias e/ou reféns de interesses político-partidários dos gestores dos diversos entes da federação. Muito menos fundada numa visão individualista⁶⁰, que nega o campo do direito social. Conforme a NOB/SUAS (BRASIL, 2005, p.12):

A regulamentação do regime próprio de gestão da política de assistência social constitucionalmente atribuído, exigiu a revisão das normas operacionais por meio das quais tem se efetuado as vinculações entre os entes federativos, organizações de assistência social e demais políticas sociais e econômicas no processo de gestão, de financiamento, de repasse de recursos e de controle social. A gestão da assistência social é estabelecida de acordo com a PNAS/2004, em níveis diferenciados, entre inicial, básica e plena, e entre elas, o respeito à diferenciação do porte dos municípios brasileiros, das condições de vida de sua população rural e urbana e da densidade das forças sociais que os compõem.

A proteção de assistência social é organizada em básica ou especial, estabelecendo níveis de complexidade do processo de proteção, por decorrência do impacto das desproteções, riscos e violação de direitos. A proteção social básica objetiva prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento

⁶⁰ Onde o indivíduo é o único culpado por sua “sorte”, excluída uma visão mais ampla da sociedade capitalista que, coloca parcelas da sociedade em situação de exclusão dos bens socialmente produzidos.

social. Por sua vez, a proteção social especial tem por objetivos prover atenções socioassistenciais a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (BRASIL, 2005, p.18).

A Resolução nº 109, de 2009, dispõe e aprova a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, que organiza os serviços ofertados pela assistência social de Proteção Social Básica e Proteção Especial de Média e de Alta Complexidade.

Os serviços ofertados na Proteção Social Básica são: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e; Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

Os serviços de proteção social básica são referenciados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), unidades públicas estatais de Assistência Social, podendo ser ofertados de forma direta ou indireta nas entidades e organizações de Assistência Social da área de abrangência dos CRAS, sendo que o “PAIF deve ser prestado **exclusivamente** pela equipe de referência do CRAS”.

O Centro de Referência de Assistência Social, em conformidade com a PNAS, está alocado de maneira estratégica no território, uma vez que, o “CRAS é uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social” (BRASIL, 2004, p. 19). Essa unidade deve assegurar a composição de equipes de referências, definida na NOB-RH/SUAS como:

Equipes de referência são aquelas constituídas por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e especial, levando-se em consideração o número de famílias e indivíduos referenciados, o tipo de atendimento e as aquisições que devem ser garantidas aos usuários. (BRASIL. NOB-RH/SUAS, 2009)

A consolidação de equipes de referência nos CRAS varia segundo o porte do município, como podemos visualizar na tabela abaixo:

Tabela 5 - Equipe de referência segundo o porte municipal

Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metrópole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos nível médio	4 técnicos de nível médio

Fonte: (NOB-RH/SUAS, 2009, p. 19)

A NOB-RH e o Caderno técnico do CRAS estabelecem referências sobre as condições de trabalho necessárias para o cumprimento das funções específicas da proteção social básica que garantam ao trabalho dos assistentes sociais e a prestação dos serviços a “qualidade” e que não se restringe apenas a questões de infraestrutura. Como aponta Eira (2017, p. 136); “o CRAS necessita de recursos humanos e materiais, de espaço físico adequado, de um corpo de profissionais, para que possa cumprir atribuições que lhe são delegadas. Também precisa contar com uma rede de serviços socioassistenciais capaz de responder às demandas existentes”.

Apesar dos avanços conquistados do ponto de vista normativo, a falta do reconhecimento da assistência social como direito; o clientelismo, o apadrinhamento e o mando foram e ainda são traços que persistem na assistência social, assim como persistem noções subjacentes relacionadas com as matrizes conversadoras com as quais a profissão buscou consolidar a intenção de ruptura. Questões que permeiam a realidade dos profissionais que realizam o trabalho frente as demandas sociais, conforme fica explícito no depoimento da entrevistada:

Infelizmente a Assistência Social no Brasil continua com esse paternalismo lá do topo, do Federal com essa distribuição de renda que nunca é correta, que não atinge aqueles que realmente precisam. É uma coisa prolongada e que não deveria ser, deveria ser temporária e com prazo determinado, como se fosse um socorro a família que está passando por necessidade e que depois ela passasse por algum processo que fosse viabilizado a ela continuar a caminhar sozinha né, e não fica nesse paternalismo que é o Brasil, entre aspas querendo sustentar uma família quando esses benefícios não sustentam, só vai tornar as pessoas mais pobres mais dependentes ainda, porque elas ficam naquela dependência e não sabe até quando vai essa dependência e a hora que elas forem soltas disso elas não tem pra onde ir né, então vão pra de baixo da ponte vão passar fome, vão praticar atos que não são lícitos para conseguir, porque de repente o governo corta, então eu acho assim, tem que criar condições dessas famílias sobreviverem sabe? por elas próprias para que elas consigam sustentar seus filhos, consigam empregos, consigam ter condições de sobrevivência né! Porque no preço que está a moradia a alimentação fica muito difícil....
(Assistente Social:01, grifos nossos).

Nessa direção argumenta Couto:

Tradicionalmente, o debate sobre a assistência social tem sido referido como contraponto ao trabalho, o qual, mesmo em condições adversas, tem sido considerado campo do reconhecimento social em contraponto com a política social e o benefício assistencial que materializa uma relação de indignidade, de um suporte transitório que deve ser logo superado (COUTO, 2015, p. 668)

Ainda com base na afirmação da profissional assistente social, entendemos a necessidade de pautar um caminho possível para a política de assistência, que rompa com o paternalismo e com a perpetuação de relações de subalternização dos atendidos, tendo como centralidade um trabalho social com as famílias, no sentido de emancipação e autonomia dos atendidos, permitindo “que a política social torne-se um instrumento de transformação social que mobiliza e organiza as massas a partir de seus interesses mais fortes. Insistir na densidade político-emancipatória das políticas sociais” (PAIVA, 2006, p. 6-7 *apud* COUTO, 2015, p. 669).

A desconstrução da transferência de renda como direito serve para o uso eleitoral, tornando-se estratégia para os políticos, uma vez que a população atendida, com medo da perda ou exclusão dos benefícios, tende a votar no candidato que sinalize manter ou ampliar esses benefícios. Cabe destacar que a transferência de renda como direito se concretiza como ganho para a classe trabalhadora, sendo um acesso viável à parte da riqueza social produzida.

A contradição não é exclusiva da transferência, mas algo que está intrínseco à própria política de assistência social, como nos aponta Couto:

O quanto esse campo da política social está eivado de condições para realizar o desafio de proteger o trabalhador das condições adversas impostas pelo tempo presente ou reafirmar a face conservadora da política social, que, destituída de contradição, realiza o simples e complexo trabalho de manter na íntegra as condições para a exploração do trabalho e dos trabalhadores (COUTO, 2015, p. 666).

Na atualidade, e em função do conjunto de retrocessos e da crise estrutural em curso, a política de assistência social é cada vez mais tensionada na perspectiva residual e focalizada, abrindo espaço para o assistencialismo, que volta a ganhar força, na contramão da conquista da assistência social como direito à proteção social não contributiva. A pandemia agravou e deixou em evidência o grau de desproteção social e das demandas por segurança de sobrevivência. As profissionais entrevistadas foram unânimes sobre o aumento significativo de famílias e indivíduos que recorreram ao CRAS em função da insegurança alimentar.

Olha na pandemia hoje, a demanda que mais chega é desemprego e alimentação. Por incrível que pareça, já era um tanto assim antes, mas com a pandemia eu acho que agravou, houve muito pedido por alimentação e falta de emprego (Assistente Social: 01)

Agora durante a pandemia cesta básica, segurança alimentar, benefício, auxílio emergencial vale gás é a maior demanda nossa (Assistente Social: 03)

O cotidiano ampliou com a pandemia tem muito mais demanda a gente percebe que tem mais crianças sem as vacinas básicas, as creches pararam os pais perderam os empregos, então a demanda automaticamente aumentou demais nesse último ano. (Assistente Social: 04)

Contudo, a resposta e a insuficiência, do ponto de vista da proteção, centrada na cesta básica, e o papel de proteção social do CRAS, nesse contexto, se expressam de formas diversas na fala das entrevistadas:

[...] eu pessoalmente eu sou contra essa função de distribuição de alimentos no CRAS, eu acho que esse não é o papel do CRAS, esse é um papel de instituições filantrópicas como o Fundo Social de Solidariedade, deveria partir de lá, ele deveria ter o profissional lá atendendo, o profissional que deveria fazer a análise dessas famílias, não deveria nunca passar pelo CRAS não é competência do CRAS distribuição de alimentos né?[...] eu não sou muito a favor do assistencialismo sem ter uma avaliação mais assim estudada sobre o caso, não sou a favor dessas benemerências assim de uma forma solta sem um motivo mais para benefícios eventuais que vai suprir aquele instante da família, mas não cria um vínculo de entendeu? (Assistente Social: 01)

Olha agora nossa maior, sei lá, a minha maior dificuldade agora é com a cesta de alimentos, sabe? Porque é muito pedido e as pessoas acostumaram pedir todos os meses e a gente fica de mãos atadas porque não tem pra todo mundo e você não pode falar que não tem, e você tem os outros serviços do CRAS e você fica pressa ali sabe? Quem sou eu para medir a fome e alguém entendeu? Eu queria que não existisse cesta básica no CRAS, que ficasse lá no fundo social sabe? (Assistente Social: 03)

A entrega de alimentos destituída de conteúdo do caráter protetivo da assistência social e desvinculada de um trabalho com as famílias que reafirmem os direitos sociais esvazia a atuação do CRAS. Conforme Sposati (2021), a pandemia desvendou as fortes manifestações de exploração, de subalternização, de fragilidade face a adversidades, mostrando não só o limite individual de capacidade reativa dos cidadãos, mas, sobretudo, a responsabilidade do Estado em garantir a dignidade e a sobrevivência de todos. E nos provoca:

A pauta de desproteções sociais foi iluminada pela pandemia, que exigiu caracterizar as vulnerabilidades, ainda invisíveis, que tornavam brasileiros(as) mais sujeitos à contaminação pelo novo coronavírus. De imediato, cabe a pergunta: por qual motivo o Suas, que lida com desproteções sociais, materialidades cotidianas de vulnerabilidades, não as compartilha? (SPOSATI, 2021, p. 6)

Partindo dessa perspectiva, pensamos sob a ótica de Couto (2015), e compreendemos a relação de forças em disputa na política de assistência social e o desafio contínuo para romper com os traços do conservadorismo através do pensamento crítico, de forma a romper com a subalternidade e com o trato moral de enquadramento e ajustamento dos atendidos. Por isso, Iamamoto destaca que:

Para trabalhar como assistente social é necessário um repertório teórico crítico, consistente, pois os enormes desafios que estão colocados ao Serviço Social no campo das políticas sociais nesses tempos de barbárie encobrem a realidade e são um fecundo território para o moralismo e o trabalho baseados no senso comum (IAMAMOTO *apud* COUTO, 2015, p. 672)

Deste modo, como profissionais, temos de buscar as condições para disputar a direcionalidade da própria política, na base do senso crítico e do direcionamento ético-político, que dão norte ao Serviço Social, pois, nessa correlação de forças, as categorias profissionais têm papel atuante para reafirmar condições fecundas frente a barbárie imposta pelo capital. Nessa perspectiva, afirma Couto:

É preciso escapar do pragmatismo, da empiria que tem alimentado as análises apressadas que são realizadas no campo da assistência social. Fugir das armadilhas que apontam esse campo como do adestramento da população usuária, construindo modelos ideais de famílias, de serviços, de territórios, sem considerar as condições de vida, de luta e de resistência dessa população. É preciso garantir um serviço de qualidade, conectado com as necessidades sociais da população. E ao realizá-lo reafirmar a condição de classe, que se expressa também na pobreza imposta à classe trabalhadora, com a destituição do direito de usufruir da riqueza socialmente produzida (COUTO, 2015, p. 672)

A recusa ao imediatismo e a atuação acrítica é condição necessária para decifrar a realidade, para o trabalho junto à população atendida, conectando-se ao projeto ético-político do Serviço Social e problematizando as demandas que chegam à profissão. É por essa via que mantemos a intenção/ação de ruptura com o campo do moralismo ou com a perspectiva fiscalizatória, trabalhando por outra direção, que reafirme a condição de classe e de defesa dos direitos. Deste modo, apoiamo-nos em Couto (2015, p. 673) para reafirmar que: “O caráter transformador da política social pode ser identificado na consciência de classe adquirida, na possibilidade de reconhecer-se como sujeito de direitos sociais coletivos, o que é um grande avanço no campo da proteção social”.

O CRAS, como porta de entrada da proteção social, tem importante papel na gestão da proteção básica, no território e na oferta do Programa de Atenção Integral à Família - PAIF.

Na perspectiva da garantia da proteção e prevenção contra riscos e vulnerabilidades sociais, é de fundamental importância que a atuação no território envolva a:

Procura intencional, realizada pela equipe de referência do CRAS, das ocorrências que influenciam o modo de vida da população em determinado território. Tem como objetivo identificar as situações de vulnerabilidade e risco social, ampliar o conhecimento e a compreensão da realidade social, para além dos estudos e estatísticas. Contribui para o conhecimento da dinâmica do cotidiano das populações (a realidade vivida pela família, sua cultura e valores, as relações que estabelece no território e fora dele); os apoios e recursos existentes e, seus vínculos sociais (BRASIL, 2009, p. 29).

Desta maneira, buscamos nas entrevistas com as assistentes sociais entender quais são as demandas e de que forma o CRAS reconhece as demandas de proteção nos municípios.

As demandas chegam de maneira espontânea e nas visitas domiciliares. Aqui tem muita zona rural, então a ênfase está em duas visitas por semana, sendo os dias de terça e quarta feira, visitamos uma vez por família e contamos com o CRAS Volante. Por conta de morarem na área rural, no meu caso eu vou até o sítio para acompanhar e fazemos tudo para que eles não tenham o trabalho de virem ao CRAS (Assistente social: 05).

A demanda é espontânea. A gente começo agora com a busca ativa escolar, também é uma demanda que está vindo, e os programas né! O Próspera e próprio serviço de convivência (Assistente Social: 03)

Notamos algumas distinções na forma em que a demanda é reconhecida pelos CRAS, se levamos em consideração a subclassificação no interior do porte de município: enquanto o município **PP1f** (de 20.000 a 15.001 habitantes), que tem CRAS Volante, a demanda se dá tanto de forma espontânea (quando os atendidos se deslocam ao equipamento) como por meio da busca ativa e atendimento das visitas domiciliares, que são planejadas e ocorrem de forma sistemática, tendo em vista a incidência de moradores que moram em zonas rurais afastadas da unidade. No município **PP1e** (de 15.000 a 10.001 habitantes, ou seja, de menor porte que o anterior), as demandas ocorrem de forma espontânea, sendo que a Busca Ativa ocorre no contexto do Programa Feliz e do Programa Próspera, mas não do PAIF.

Perguntadas como os atendimentos se desenvolvem, as respostas foram as seguintes:

Então no CRAS aqui tem sempre um profissional para fazer esse encaminhamento para alimentos. Normalmente eu já encaminhando as pessoas para que fale com o profissional responsável, porque como isso se concretiza através do fundo social, e politicamente funciona mais quando o profissional que eles destinam para fazer isso, porém normalmente deveria ser qualquer um que vise a necessidade né... e aqui funciona quando aquele profissional que já tem contato direto, ele consegue, deu pra entender? principalmente quando o profissional participa da mesma “cartilha” (Assistente Social:01)

A gente faz as visitas a gente faz os encaminhamentos, cobra os outros equipamentos, a gente tem um equipamento da prefeitura que é um doc, e aí a gente encaminha tudo por lá para ficar registrado (Assistente Social:03)

Visita as famílias que são acompanhadas pelo CRAS, sabendo que por exemplo um idoso não recebe benefício da assistência social eu encaminho do CRAS para uma lista no Fundo Social. Dentro do programa PAIF a gente tenta atender a demanda do programa aquelas elegíveis. mesmo quando não é uma demanda que é competência do programa passamos para o CREAS. (Assistente Social: 06)

O município **PP1f** faz referência ao trabalho com as famílias por meio de acompanhamento no âmbito do PAIF (Programa de Acompanhamento Integral às Famílias) e ao encaminhamento no contexto da rede socioassistencial, tendo como referência o trabalho social no CRAS. No município **PP1e**, tende a prevalecer a ação de encaminhamento, sem evidenciar o conteúdo da demanda na perspectiva do trabalho social. Percebe-se, ao mesmo tempo, as demandas recorrentes por cestas básicas e a questão da forte presença do Fundo Social dentro da realidade do CRAS e a interferência político-partidária interditando o acesso aos benefícios eventuais.

Em relação às ofertas de serviços, programas e benefícios evidencia-se uma superposição, como podemos analisar nas falas das entrevistadas:

Bolsa Família, Bolsa trabalho é igual ao Frente de Trabalho o Dória só mudou o nome, tem o Prospera que é em parceria com a educação, tem o Criança Feliz que está dentro do CRAS que trabalha com crianças de 0 a 2. (Assistente Social: 01)

PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Programa Criança Feliz, a Frente de Trabalho, Programa Bolsa Família, o Renda Cidadã, não sei se posso citar porque ele já está no fim, mas tem umas pessoas que recebem, Programa Prospera Jovem, BPC idoso e deficiente (Assistente Social: 02)

Os serviços que o CRAS oferta né? Serviço de informação de informações de INSS e por sinal a gente faz muito bem-feito, muitas pessoas recorrem aqui ao CRAS, quando precisam serem auxiliadas e a gente tem feito bastante não só da questão do BPC, mas também do auxílio, e a rede tem ficado com essa função, o que mais a gente oferece aqui? Encaminhamentos né? A gente tem uma ferramenta interna, que adquirimos agora na pandemia chamada Prop, e através dessa plataforma a gente utiliza para todos os encaminhamentos na área da saúde, na área da habitação, entre os outros departamentos da prefeitura que a gente precisa, a gente usou muito na pandemia. A gente também tem a plataforma do Busca Ativa Escolar que é mais um serviço que a gente realiza, com as famílias garantido que essas crianças estejam matriculadas... É uma parceria com a UNICEF e chama-se Busca Ativa Escolar e Trajetórias de Sucesso, então a gente tem, então a gente tem recebido muitas capacitações por seminários Webnários, live. E a gente tem usado

bastante... O que mais a gente oferece? A gente oferece Programa de Segurança Alimentar, prioridade nos encaminhamentos das famílias que a gente identifica...a gente tem uma parceria com o CEBRAE, o que mais? Aqui também tem uma coisa muito boa que é a saúde do adolescente né! a gente faz os encaminhamentos, aqui todos os adolescentes são atendidos em um único espaço, hammmm o que mais a gente tem? Parceria, o município oferece a castração [de animais], mas tem que comprovar a renda no CRAS, e eu acho o que mais a gente?...E as parcerias que a gente vai criando, muitas ações são feitas junto com Fundo Social, mas é tudo parceria (Assistente Social: 02)

Programa agora a gente tem o Prospera, Bolsa Família e o Renda Cidadã tem algumas pessoas, Criança Feliz...Serviços temos o de Convivência, PAIF, [...] ong que é parceira nossa...benefícios tem o Auxílio Emergencial, tem o Bolsa Família, tem, o Auxílio Funeral, tem o segurança alimentar que é a cesta básica. (Assistente Social: 03)

[...] Viva Leite (Assistente Social: 04)

Programa PAIF, BPC idoso/deficiente, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, serviços de carteirinha para idoso, Passe Livre, Certidões de Casamento e segunda via, encaminhamentos, relatórios para foça séptica, auxílio funeral, taxas de sepultamento via relatório social, castração de animais via relatório para zoonose, encaminhamentos para o Poupa Tempo. (Assistente Social: 06)

Tendo como referência a Tipificação Nacional, as entrevistas fazem menção ao PAIF e ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Mas, percebe o desmanche do caráter dos serviços quando o PAIF é metamorfoseado em Próspera Família, quando os SCFV, segundo faixas etárias, são superpostos ao atendimento dos Programas Criança Feliz, Prospera Jovem, Prospera. Do ponto de vista de benefícios de caráter continuado, constam o Programa Bolsa Família e o BPC, e de benefícios de caráter eventual, foram citados o Auxílio Emergencial e o Auxílio Funeral, além de sem fim de ações que não dizem respeito à política de assistência social, como o Serviço de informação de informações de INSS, serviços de carteirinha para idoso, Passe Livre, Certidões de Casamento e segunda via, encaminhamentos, relatórios para foça séptica, auxílio funeral, castração de animais via relatório para zoonose, encaminhamentos para o Poupa Tempo.

A pandemia não só agravou e explicitou o aumento de demandas, como também alterou a dinâmica dos serviços e do atendimento. Conforme as entrevistadas, os espaços de trabalho grupal e coletivos foram drasticamente suspensos em função do distanciamento social.

Antes da pandemia a gente conseguiu fazer um trabalho muito bom, que foi a inserção nos territórios, era um evento mensal que levava todos os responsáveis pelas políticas públicas dentro do território e aí a população conseguia sanar suas dúvidas, fazer consultas... tudo que eles poderiam sanar a população sanava naquele evento. Agora com a proibição dos grupos por

causa da pandemia e pela assistência, isso não está ocorrendo (Assistente Social: 04).

A gente tem grupos de mulheres, tem grupos de criança, tem o grupo dos jovens, idosos, pessoas com deficiência, que não é separado é tudo junto eu falo assim, o público... posso citar o 18 de maio que a gente trabalhou com ações nas escolas e a gente fez uma ação muito legal que reuniu todos os grupos de todas as faixas etárias e tivemos uma diversidade de eventos culturais. A gente teve teatro, dança, teve música, o jogral com as crianças, então todas as idades participaram e foi muito legal, e a gente também tem a experiência do setembro Amarelo que a gente fez vídeos... (Assistente Social: 03)

Nesse momento os trabalhos coletivos estão suspensos por causa da pandemia, mas estamos voltando ao normal gradativamente, mês que vem parece que já vão suspender o uso obrigatório de máscaras. Então voltaremos com os grupos. (Assistentes Social: 05)

Ao relatar as situações que foram mais difíceis de atender, a violência doméstica e institucional contra crianças, adolescentes e idosos permeiam os relatos das entrevistadas, independentemente da subclassificação no interior do porte do município.

Eu acho que as que eu me deparei profissionalmente com situações de violência doméstica envolvendo casos de saúde mental, e é um caso que vem crescendo é a depressão na adolescência, não são coisas fáceis de se tratar, mas é fácil de detectar em um adolescente, que falta uma capacitação cognitiva do professor, da própria educação que falta um assistente social e um psicólogo na educação que poderia detectar isso nos alunos, se evitaria tantos casos de depressão na adolescência e isso vai se agravando para saúde mental e isso poderia ser evitado. E se você tem um bom trabalho dentro das escolas a gente poderia diminuir esses casos... (Assistente Social: 01)

Violência contra idosos, mas tratos, esse sempre marcar mais... (Assistente Social:02)

Pra mim o mais difícil foi uma menininha de 4 anos que foi abusada pra mim foi o mais difícil, foi o tio. A denúncia de violência aumentou[...]Sim, sem dúvida (Assistente Social: 03)

Eu tenho, eu tenho uma criança que tem uma síndrome rara que precisava fazer um exame, e a gente não conseguiu viabilizar pelo município nem pela DRS a DRS simplesmente informou que não tinha referência e parou por aí...só que eu fui atrás de uma parceria com a fundação NEMO e aí por incrível que pareça mesmo eles sendo internacional eles me responderam e aí começou a nossa “novela”, aí fomos informados que aqui no Brasil a USP estava fazendo esse trabalho junto com a fundação NEPI que está financiando esse trabalho, aí conversei com a diretora do projeto aqui no Brasil, e ela providenciou essa consulta do menino lá no instituto da Criança na USP em São Paulo e por intermédio da assistente social, não do SUS...(Assistente Social: 04)

Olha não teve um específico que me marcou, não que eu me lembre, por enquanto eu não tive isso, pra mim até agora foi tudo muito normal, tive uma longa experiência como orientadora social, e estou a um tempo relativamente curto como assistente social, se comparando os dois. (Assistente Social: 05)

Perguntados se existem espaços/momentos em que os profissionais da assistência social debatem e discutem as demandas da população e as ofertas da política, identificamos que os dois os municípios possuem momentos específicos como pontuado nas falas a seguir:

Sim, aqui temos reuniões semanais nas sextas feiras e nesse período a gente está realmente discutindo os casos, a gente tem também uma equipe multidisciplinar que a gente se reúne para discutir o trabalho em rede. Mas aqui no CRAS tem tido reuniões só da parte técnica de todos os profissionais até um período e no segundo tempo é só com os técnicos, assistentes sociais, psicólogos, coordenador, a gente está fazendo essas reuniões. Esse ano a gente decidiu que existe essa necessidade de discutir tecnicamente os casos, até a parte administrativa e os atendimentos das demandas, estamos nesse momento que sentimos a necessidade de fazer as reuniões mais específicas do CRAS da parte técnica...na verdade sempre foi necessário... aqui a gente tem uma boa janela de profissionais, temos os mais jovens que se formaram agora... (Assistente Social: 01)

Sim, aqui tempo a sexta feira, onde nos reunimos e debatemos, mas sempre que surge uma demanda que deve ser debatida e busco conversar com outras profissionais para achar a melhor solução (Assistente Social:02)

Sim, temos, a gente se reúne, não toda semana, as vezes não dá tempo, mas a gente se conversa, principalmente eu a outra profissional, a gente conversa o dia inteiro, semana passada teve um caso que eu queria mandar para a promotoria, e aí um outro assistente social amigo nosso quis que mandasse para o próprio lugar e daí, manda para promotoria ou manda a pessoa ir na OAB, aí a gente ficou naquela, e mandei para promotoria, porque achei que processo ia ser mais rápido do que a OAB, que era uma pessoa com deficiência, violação do benefício, então a gente se conversa bastante[...]Toda sexta feira de manhã, só que nem sempre tá todo mundo entendeu? Mas nosso dia de reunião é sexta de manhã porque o CRAS abre as dez, então a gente senta das 8h às 10, pra discutir, as vezes passa um pouco... (Assistente Social:03)

Isso ocorre aqui no CRAS, nas sextas feiras ocorrem algumas reuniões, tem algumas pautas né que são da assistência e temos a reunião de rede nas quintas feiras e aí na rede é um trabalho multiprofissional e aí debatem mais as políticas públicas, questão de saúde, conselho tutelar, obras... a demanda que vier (Assistente Social: 04)

Sim temos, uma vez por semana a gente se reúne para debater os casos que chegam para a assistência social, e se for o caso repassamos para a rede, ou se for emergencial tentaremos atender o mais breve possível. Assistente Social: 06)

Há uma unanimidade nessa resposta e ambos os municípios contemplam momentos de espaço e de discussão para debaterem as demandas, sendo destacados como espaços

importantes. Os profissionais ainda participam dos grupos do WhatsApp, formados por assistentes sociais do Vale do Ribeira, o que possibilita um olhar mais ampliado levando-se em consideração as demandas da região, participam também de fóruns e espaços de discussão via Web (devido à pandemia muitas atividades ficaram remotas).

De acordo com NOB-RH SUAS, a gestão do trabalho no SUAS deve garantir a educação permanente dos trabalhadores “de forma sistemática, continuada, sustentável, participativa, nacionalizada e descentralizada, com a possibilidade de supervisão integrada, visando o aperfeiçoamento da prestação dos serviços socioassistenciais” (BRASIL, NOB-RH/SUAS, 2011, p.17). E ainda:

Os Gestores Municipais deverão liberar os técnicos para participarem da capacitação sem prejuízo dos recebimentos e com as despesas correspondentes de participação de acordo com o Plano de Capacitação. A capacitação dos trabalhadores da área da Assistência Social deve ser promovida com a finalidade de produzir e difundir conhecimentos que devem ser direcionados ao desenvolvimento de habilidades e capacidades técnicas e gerenciais, ao efetivo exercício do controle social e ao empoderamento dos usuários para o aprimoramento da política pública. (NOB-RH/SUAS, 2011, pp. 39-40)

Conforme discutimos no Capítulo 1, a profissão se afirma, ao responder às demandas postas pelos diferentes segmentos da sociedade. Desde a intenção de ruptura com o legado conservador da sua origem, as expressões da questão social são compreendidas como resultado do modo de produção capitalista, o que significa compreender que seus efeitos não podem ser enfrentados de forma moralizante e de responsabilidade individual. Nessa perspectiva, buscamos refletir, nas entrevistas, se elas identificavam, no atendimento da população e das demandas, julgamento de valor por parte da equipe, sendo que as participantes responderam:

Dependendo o caso assim, as vezes as pessoas acham meio estranho o atendimento, não entendem ou não sabem o porquê da atitude profissional e principalmente quando a pessoa é novata, aí a pessoa pensa que você não quer atender direito, mas é assim quando você já conhece o caso você já sabe como agir, aquele profissional que está entrando ele não sabe, então quando o usuário ele vê que ali ele tem chance de explorar ele vai cutucar, então ele busca. Então isso é uma coisa que estamos discutindo isso em reunião para saber o porquê daquilo, logico que não vamos interferir no atendimento do outro, cada um atua de um jeito, tem seu perfil profissional e as vezes houve críticas sim, um critica o outro por atitudes, mas tem que ver o porquê daquela atitude... (Assistente Social: 01)

Não, na equipe que está aqui agora não, mas a gente já teve profissionais assim... um caso? Tinha uma assistente social que colocava saco de lixo no carro quando o usuário ia junto com ela no carro, para pessoa sentar em cima porquê... Também já teve caso de a gente de ela pedir para gente atender porque a pessoa estava com cheiro ruim... (Assistente Social: 03)

Acho que não, nunca presenciei pelo menos... (Assistente Social: 04)

Aqui a gente não tem tido esse tipo de coisa, eu pelo menos nunca presenciei. (Assistente social: 05)

A afirmação de que não existe julgamento de valor por parte da equipe foi resposta dominante no grupo de entrevistadas, o que nos faz pensar: embora tenhamos introjetado os princípios ético-políticos do projeto profissional, será que realmente internalizamos seus valores?

De outro lado, uma profissional relatou ter presenciado atitudes preconceituosas contra os usuários, questão não só amplamente debatida no âmbito do Serviço Social, como também combatida na política de assistência social, lembrando que é direito da população a:

Garantia do acesso da população a política de assistência social sem discriminação de qualquer natureza (gênero, raça/etnia, credo, orientação sexual, classe social, ou outras), resguardados os critérios de elegibilidade dos diferentes programas, projetos, serviços e benefícios (NOB-RH/SUAS, 2011, p. 23)⁶¹.

Ainda nas falas das Assistentes Sociais, podemos perceber uma clara preocupação em relação ao direcionamento da Política de Assistência Social diante do desmanche.

Algo que precisa melhorar é o financiamento das políticas públicas né! A gente está retrocedendo na verdade, fica cada vez mais difícil garantir o direito dessas famílias ao longo do tempo (Assistente Social: 04)

O sentimento de retrocesso em curso, da Política Nacional de Assistência Social e do próprio Serviço Social, expresso na “dificuldade e desafio” em garantir o direito dos atendidos, foi reposta muito presente ao longo da pesquisa. Retrocesso de garantias de direitos face ao avanço de um assistencialismo que desconstrói as conquistas implementadas pela LOAS de 1993 e, sobretudo, a partir da sua materialização por meio da Política Nacional de Assistência Social, em 2004.

Contudo, o que se apresenta como desafio é, ao mesmo tempo, horizonte de disputa, pois como afirma Couto:

É necessário ter projeto para intervir nessa dura realidade imposta a uma parcela significativa da classe trabalhadora e incorporar que a existência legal do direito à assistência social não revela a face boa de um governo, mas é resposta à luta dos trabalhadores de verem reconhecidos seus direitos a ser protegidos. Só com essa perspectiva de grande política poderemos criar o

⁶¹ Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf. Acesso em: 05 fev. 2021.

antídoto ao pensamento conservador, que tem insidiosamente invadido o campo da assistência social. (COUTO, 2015, p. 676)

3.2. Condições de trabalho e desafios para o trabalho do(a) Assistente Social

A pesquisa de campo contou com a participação de 06 (seis) Assistentes Sociais, que desempenham as suas funções como Técnicos⁶². Do total de participantes, 03(três) obtiveram a titulação na profissão via ensino presencial, 02 (dois) na modalidade de Ensino a Distância (EAD) e 01 (um) na modalidade semipresencial, conforme consta na tabela abaixo.

Quadro 2 - A modalidade de ensino a qual obtiveram o título de graduação e nome da instituição.

Modalidade de Ensino	Presencial	Semipresencial	Ensino a Distância
Instituição de Ensino Superior	UNISEPE		
	UNISEPE		
			UNIP
			UNISA
		UNISA	
	UNIFAC		

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Como podemos notar, há uma diversidade de instituições formadoras. A UNISEPE, atual Centro Universitário do Vale do Ribeira- UNIVR, foi referência na formação de 2 dos 6 assistentes sociais. A UNISEPE é a única faculdade localizada no Vale do Ribeira a ofertar o curso de Serviço Social, na modalidade presencial, constituindo-se como polo de referência para os diversos municípios da região, e, especialmente para aqueles localizados no entorno da cidade de Registro, tendo em vista as ações de parceria entre essa Instituição de Ensino e as prefeituras para a disponibilização de transportes, cedendo, fretando ou ajudando no custeio de ônibus para levarem e buscarem os alunos da faculdade. A Associação de Ensino de Botucatu- UNIFAC também foi identificada pelo ensino presencial de uma das entrevistadas. A UNIFAC está alocada em outra região não pertencente ao Vale do Ribeira-SP, o que pode explicar a baixa inserção de profissionais formados nessa instituição. A Universidade Santo Amaro- UNISA, que foi referência na formação de duas das entrevistas, também está sediada, em Registro, no Vale do Ribeira, mas, no entanto, ela se diferencia pela sua modalidade de ensino, ofertando cursos em Serviço Social de caráter semipresencial (sistema híbrido que contempla aulas on-

⁶² Como já foi mencionado anteriormente, não contemplamos, na pesquisa, assistentes sociais que ocupam cargos de chefia.

line e aulas presenciais no polo) e, de ensino a distância (EAD). A Universidade Paulista- UNIP é uma faculdade que, no Vale do Ribeira, desenvolve cursos a distância, contando com tutores presenciais em alguns municípios, mas não possui polo físico nos municípios.

Do grupo de seis entrevistadas, três possuem Graduação, dois especialização Lato Sensu e uma realiza pós-graduação com sua formação em andamento.

Referente ao modo de contratação e à carga horária, podemos perceber que a metade das participantes é de servidores estatutários e celetistas com vínculos empregatícios estáveis⁶³ e possuem uma carga horária de 30 horas. Já a outra metade não possui estabilidade nos CRAS, tendo em vista que são cargos comissionados e/ou contratos temporários, e, coincidentemente, é o grupo que apresenta maior incidência de carga horária fora do parâmetro de 30 horas, estabelecido pela Lei 12.317 de 2010⁶⁴, como veremos no quadro a seguir.

Quadro 3 - Vínculo empregatício e Carga horária de trabalho.

Tipo de Vínculo Empregatício	Servidor Concursado	Celetista	Contrato Temporário	Comissionado
Carga horária semanal	30h			
			20h ⁶⁵	
			40h	
				40h
		30h		
	30h			

Fonte: Pesquisa de Campo (2021).

Na ida ao campo, percebemos que há uma diferença na forma de contratação dessas trabalhadoras, se levamos em consideração a subclassificação no interior do porte de município: enquanto o município **PP1f** (de 20.000 a 15.001 habitantes) concentra nos participantes da pesquisa servidores com regime CLT e concursadas, no município **PP1e** (de 15.000 a 10.001 a habitantes, ou seja de menor porte que o anterior), o grupo de assistentes sociais que participou da pesquisa está formado por apenas uma servidora concursada, uma em cargo comissionado e dois profissionais com contratos temporários, mesmo considerando que essas trabalhadoras estão inseridas na unidade do CRAS há três anos.

Ao mesmo tempo, do ponto de vista da carga horária contratual, novamente o município **PP1f** (de 20.000 a 15.001 a habitantes, ou seja, o de maior porte no interior da

⁶³ Adotamos o mesmo parâmetro da pesquisa SUAS 10 (BRASIL, 2015) considerando vínculos empregatícios estáveis como estatutários e celetistas e não estáveis como comissionados e contratos temporários.

⁶⁴ No dia 26 de agosto de 2010 foi sancionada a **Lei 12.317**, que estabelece a jornada de trabalho para assistentes **sociais** em **30 horas** semanais sem redução salarial.

⁶⁵ Profissional foi contratada como meio período, ou seja, na prática, se fosse trabalhar em período integral sua carga horária seria também de 40h semanais.

classificação dos municípios de pequeno porte I) concentra assistentes sociais com uma jornada de trabalho de 30 horas em conformidade com a Lei 12.317, de 2010, enquanto no município **PP1e**, das quatro participantes, apenas uma possuía contrato de 30 horas.

A precariedade dos vínculos empregatícios e a insegurança, que decorrem dos contratos temporários, emerge como traço também pelos depoimentos.

É um desafio você fica entre o serviço público, a política pública e a política [referindo-se novamente a política partidária]... Não sei se é uma característica do Vale do Ribeira, mas a gente tem muitos profissionais terceirados aqui, ou seja, a cobrança é igual lá no atendimento dos usuários e em contrapartida você é terceirizado e não tem segurança de nada, você não tem segurança, então você tem cobrança, mas não tem segurança [se referindo ao modo de contrato] acho que isso é uma característica do Vale [se referindo ao vale do Ribeira] (Assistente Social : 02)

O depoimento explicita os significados da terceirização no cotidiano de trabalho e na condição do(a) trabalhador(a). Para Raichelis (2009), as consequências dessa forma de conduzir e desenhar a política de assistência social trazem profundos impactos para o trabalho social, pois a terceirização desconfigura o trabalho técnico, subordina as ações a prazos contratuais e disponibilidade de recursos financeiros pontuais, e provoca rotatividade, deslocando a continuidade de vínculos e relação com os usuários. E acrescenta:

O que é mais grave nessa dinâmica de terceirização dos serviços públicos é que se trata de um mecanismo que opera a cisão entre serviço e direito, pois o que preside o trabalho não é a lógica pública, obscurecendo-se a responsabilidade do Estado perante seus cidadãos, comprimindo ainda mais as possibilidades de inscrever as ações públicas no campo do direito. (RAICHELIS, 2009, p. 08).

A pontuação da entrevista sinaliza, também, que a instabilidade do vínculo contratual torna o trabalho profissional vulnerável às expressões da política partidária, pressionando para a participação em atividades não condizentes ao fazer profissional, em uma correlação de força que, muitas vezes, pode ser associada ao assédio moral, o que pode ser observado também no depoimento de outra profissional:

A gente queria a Assistência Social como política pública, como política de direito, não como política, politicagem como o dar e receber a troco de voto, a troco de qualquer coisa, isso daí é muito triste... e você tem a perseguição política para funcionários e teve muito e eu sofri muito esses últimos anos né, tira a autonomia do profissional né?! [...] Eles tentam interferir até no atendimento A política, eu acho que termina atrapalhando a política de assistência ela tinha que ser uma coisa mais autônoma... (assistente social:01)

Em vários momentos dos depoimentos verificam-se relatos que evidenciam o modo em que a política partidária vem se apropriando da dinâmica de trabalho do CRAS, afetando não só o agir profissional, mas a garantia de acesso à assistência social como direito, como podemos observar nas passagens das entrevistadas:

[...]Agora tão querendo colocar hora marcada para falar. Tentaram colocar hora marcada para mim lá, “não, ela não tá” [se referindo a fala da recepção direcionada os sujeitos que procuravam a assistente social] eu disse: “olha eu não quero mais que fale que eu não estou, que eu estou ocupada ou em reunião. Chegou, eu vou atender todo mundo, e o pessoal começou a ir na minha janela e eu mandava entrar pelo fundo, eu falava, ué não pode entrar pela frente eu mando entrar pelo fundo, mas eu vou atender... eu não sei a pessoa vai vir com hora marcada discutir aquele problema que é emergencial.... ô eu vou falar para você: muitas e muitas vezes comprei gás, comida leite, nossa eu não aguentava ver essa pobreza ... aí falavam: “ele não é eleitor, é eleitor de fulano”, não a gente se virava, a gente sabe que dentro daquele contexto[...]

(Assistente social:01)

A política partidária ela é muito forte no município e ela muitas vezes tende a conduzir a política de assistência social, principalmente nas épocas de eleições. A forma de contratação está muito precarizada hoje em dia, um médico não precisa implorar por emprego, o médico hoje escolhe onde ele vai trabalhar! porque ele manda, e tem poucos profissionais. Já o assistente social não, o assistente social para onde você olha brota um [risos] e não é?

(Assistente social: 04)

Claramente podemos observar uma apropriação do que é público para interesses privados. Esse achado nos deixa em aberto o seguinte questionamento: de que forma o CRAS, como porta de entrada da assistência social, pode atingir os objetivos para o qual foi criado, quando está sendo utilizado como forma de dominação daqueles que precisam da assistência social?

Embora tenha sido explicitado no município de **PP1e**, evidenciando as singularidades dos entraves para a política de assistência social e para os profissionais do Vale do Ribeira, a apropriação do público pelo privado e a relação clientelística e de mando, expressas nas narrativas do grupo de assistentes sociais, precisam ser compreendidas na sua relação com os traços de formação sócio-histórica do estado e da sociedade brasileira. Como nos ensina Chauí (2001, p. 90-91).

A partilha do poder torna-se, no Brasil, não uma ausência do Estado (ou uma falta de Estado), nem, como imaginou a ideologia da “identidade nacional”, um excesso de Estado para preencher o vazio deixado por uma classe dominante inepta e classes populares atrasadas ou alienadas, mas é a forma mesma de realização da política e de organização do aparelho do Estado em que os governantes e parlamentares “reinam” ou, para usar a expressão e Faoro, “são donos do poder”, mantendo com os cidadãos relações pessoais de

favor, clientela e tutela, e praticam a corrupção sobre os fundos públicos. Do ponto de vista dos direitos, há um encolhimento do espaço público; do ponto de vista dos interesses econômicos, um alargamento do espaço privado. [...] Essa concepção aparece na política brasileira, na qual os representantes, embora eleitos, não são percebidos pelos representados como *seus* representantes e sim como representantes do *Estado* em face do povo, o qual se dirige aos representantes para solicitar favores ou obter privilégios. Justamente porque a prática democrática da representação não se realiza, a relação entre o representante e a população é de favor, clientela e tutela.

Conforme a pesquisa que analisou a implementação e consolidação do SUAS em nível nacional, a gestão da Política de Assistência Social, no estado de São Paulo, evidencia claramente a convivência e ambiguidade entre as “perspectivas e práticas pretéritas no campo da Política de Assistência Social vinculadas ao primeiro damismo, ao voluntariado, ao uso do órgão gestor enquanto espaço de domínio político partidário com as normativas e diretrizes voltadas ao exercício da gestão compartilhada” (RAICHELIS *et al.*, 2019, p. 190). Para a equipe de pesquisadoras de São Paulo, analisar a incidência dessas questões nas gestões municipais contribui para identificar a tensão entre o fortalecimento da concepção de assistência social como direito e a persistência da lógica do assistencialismo e do fisiologismo que vigorou na história da política de assistência social, e que se acentua em contextos marcados pelas contrarreformas. Desse ponto de vista, afirmam que no atual contexto “o que está em risco são as conquistas sociais engendradas nas lutas por dignidade, bem como as possibilidades institucionais e políticas de defesa dos direitos na via institucional” (RAICHELIS *et al.*, 2019, p. 188).

Ao mesmo tempo, e do ponto de vista da gestão do trabalho, outro questionamento aparece em função dos depoimentos, nos fazendo refletir: o quanto a contratação precária impõe como desafio, aos profissionais, o dilema de “manda quem pode e obedece quem tem juízo”. Deste modo, assegurar o fazer profissional, pautado nos princípios ético-políticos da profissão, na perspectiva de defesa de direitos dos usuários, exige, ao mesmo tempo, o fortalecimento do(a) trabalhador(a) do SUAS. De acordo com os princípios e diretrizes nacionais para a gestão do trabalho no âmbito do SUAS:

Nos serviços públicos, o preenchimento de cargos, que devem ser criados por lei, para suprir as necessidades dos serviços deve ocorrer por meio de nomeação dos aprovados em concursos públicos, conforme as atribuições e competências de cada esfera de governo, compatibilizadas com seus respectivos Planos de Assistência Social (Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais), a partir de parâmetros que garantam a qualidade da execução dos serviços (PNAS, 2011, p. 16)

A estabilidade do vínculo do trabalho fortalece a assistência social como política pública, assegura a continuidade dos serviços e cria condições objetivas para que o profissional possa construir a direcionalidade do serviço prestado a favor da população, em consonância com os princípios ético-políticos da profissão, com os parâmetros normativos e com a direção coletiva expressa nos planos da Política de Assistência Social.

Quando perguntado sobre o papel do Código de Ética no cotidiano do trabalho, os depoimentos referenciam o seu caráter norteador.

Ele nos dá segurança para atuar é o nosso respaldo (Assistente Social 0:1)

Ele é o direcionador, ele que garante o nosso agir profissional, é nosso respaldo, nosso pai, nossa mãe, nosso companheiro eterno nessa vida. (Assistente Social 0:3)

Eu acredito que o Código de Ética ele tenha peso, mas por conta...como eu posso falar... mas por conta da situação de contratação muitas vezes você não consegue, assim....vou falar o português claro colocar na cabeça que existe um Código de Ética como existe o do enfermeiro, do médico, do advogado, existe também o do assistente social, o código de ética nosso também, o que eu quero dizer é que a forma de contratação influi na forma e na maneira do fazer profissional muitas vezes, o que se remete é que a gente segue o código de ética né! O nosso fazer profissional é pautado pelo código de ética, mas as vezes a gente esbarra. (Assistente Social: 04)

A ética ajuda a preservar o direito do usuário, nos dá suporte para reavaliar o atendimento, para ver se não foi antiético e, quando vamos discutir um caso temos o cuidado de fechar a porta. (Assistente Social: 05)

O Código de Ética emerge como baliza, como respaldo que orienta o trabalho no cotidiano, embora não tenham sido evidenciados sob quais valores ético-políticos. A defesa do caráter público da política e dos direitos dos usuários são traços que se evidenciam como o horizonte de defesa do grupo de entrevistadas(os).

Conforme a PNAS (BRASIL, 2004), os serviços de proteção social básica devem ser organizados de forma a garantir aos usuários o acesso ao conhecimento dos direitos socioassistenciais e sua defesa, e devem conter normas que disponham sobre o seu funcionamento e o acesso aos benefícios sob garantia de concretização desses direitos socioassistenciais. O direito de cidadania não é só uma declaração de intenção, precisa ter processualidade, tanto do ponto de vista da gestão, quanto do trabalho social no âmbito dos serviços. Nesse sentido, além de respaldo, os princípios ético-políticos da profissão se materializam na construção da direcionalidade da atuação profissional.

Nessa perspectiva, a NOB SUAS (2012) evidencia princípios importantes que subsidiam a direção ético-política do trabalho nos CRAS, pautados em seu artigo sexto como

princípios éticos da oferta da proteção socioassistencial, levantando bandeiras de luta e defesa da dignidade da pessoa humana e do protagonismo e autonomia dos atendidos pelos serviços.

Art. 6º São princípios éticos para a oferta da proteção socioassistencial no SUAS:

I - defesa incondicional da liberdade, da dignidade da pessoa humana, da privacidade, da cidadania, da integridade física, moral e psicológica e dos direitos socioassistenciais;

II – defesa do protagonismo e da autonomia dos usuários e a recusa de práticas de caráter clientelista, vexatório ou com intuito de benesse ou ajuda;

III - oferta de serviços, programas, projetos e benefícios públicos gratuitos com qualidade e continuidade, que garantam a oportunidade de convívio para o fortalecimento de laços familiares e sociais;

IV - garantia da laicidade na relação entre o cidadão e o Estado na prestação e divulgação das ações do SUAS;

V - respeito à pluralidade e diversidade cultural, socioeconômica, política e religiosa;

VI - combate às discriminações etárias, étnicas, de classe social, de gênero, por orientação sexual ou por deficiência, dentre outras;

VII – garantia do direito a receber dos órgãos públicos e prestadores de serviços o acesso às informações e documentos da assistência social [...];

VIII - proteção à privacidade dos usuários, observando o sigilo profissional, preservando sua intimidade e opção e resgatando sua história de vida;

IX - garantia de atenção profissional direcionada para a construção de projetos pessoais e sociais para autonomia e sustentabilidade do usuário;

X - reconhecimento do direito dos usuários de ter acesso a benefícios e à renda;

XI – garantia incondicional do exercício do direito à participação democrática dos usuários, com incentivo e apoio à organização de fóruns, conselhos, movimentos sociais e cooperativas populares, potencializando práticas participativas;

XII - acesso à assistência social a quem dela necessitar, sem discriminação social de qualquer natureza, resguardando os critérios de elegibilidade dos diferentes benefícios e as especificidades dos serviços, programas e projetos;

XIII - garantia aos profissionais das condições necessárias para a oferta de serviços em local adequado e acessível aos usuários, com a preservação do sigilo sobre as informações prestadas no atendimento socioassistencial, de forma a assegurar o compromisso ético e profissional estabelecidos na Norma Operacional Básica de Recurso Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS;

XIV - disseminação do conhecimento produzido no âmbito do SUAS, por meio da publicização e divulgação das informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários e trabalhadores, no sentido de que estes possam usá-las na defesa da assistência social, de seus direitos e na melhoria da qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios;

XV – simplificação dos processos e procedimentos na relação com os usuários no acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios, agilizando e melhorando sua oferta;

XVI – garantia de acolhida digna, atenciosa, equitativa, com qualidade, agilidade e continuidade;

XVII – prevalência, no âmbito do SUAS, de ações articuladas e integradas, para garantir a integralidade da proteção socioassistencial aos usuários dos serviços, programas, projetos e benefícios;

XVIII – garantia aos usuários do direito às informações do respectivo histórico de atendimentos, devidamente registrados nos prontuários do SUAS (BRASIL, 2012).

A sensação de impotência e os desafios no cotidiano dos CRAS são favorecidos pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, mas, também, como nos instiga Barroco (2011), pela falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política, pela busca de respostas imediatistas e fragmentadas.

A categoria não está imune aos processos de alienação, à influência do medo social, à violência, em suas formas subjetivas e objetivas. Isso coloca um imenso desafio ao projeto ético-político, na medida em que a sua viabilização não depende apenas da intencionalidade dos profissionais, tendo em vista as suas determinações objetivas, nem se resolve individualmente. Além disso, não podemos ignorar que o conservadorismo tem raízes históricas na profissão: para parcela da categoria, trata-se de uma opção política conscientemente adotada. Nesse sentido, a conjuntura pode favorecer a sua reatualização, sob novas roupagens e demandas (BARROCO, 2011, p. 212)

Conforme Behring (2003), as condições objetivas de estruturação do espaço institucional devem assegurar aos/às profissionais o direito de realizar escolhas técnicas, garantir a sua liberdade para pesquisar, planejar, executar e avaliar o processo de trabalho, permitir a realização de suas competências técnicas e primar pelo respeito aos direitos, princípios e valores ético-políticos profissionais estabelecidos nas regulamentações profissionais. São esses traços que fortalecem o espaço de consolidação da autonomia profissional no cotidiano dos serviços.

Os depoimentos permitem identificar a concepção e os desafios do ponto de vista da autonomia profissional dos(as) assistentes sociais que atuam nos CRAS, nos municípios de pequeno porte I. A partir da pergunta: O que você entende por autonomia profissional? As participantes destacaram:

Autonomia profissional eu entendo como aquela liberdade que você tem em atuar naquilo que você pode aplicar teoria e prática dentro da sua profissão, é isso que eu chamo de autonomia. Porque se você não tiver a liberdade de decisão, autonomia de decisão você não consegue exercer uma profissão, não é verdade? Então eu acho que a autonomia é você ter a liberdade de agir corretamente dentro da sua profissão, eu sempre falava... eu discuti até em conferência, que o coordenador, o assistente social, o psicólogo, o gestor, o diretor estão todos no mesmo patamar, cada um dentro da sua competência, podendo decidir como assistente social, o psicólogo como psicólogo, o diretor como diretor, o gestor como gestor, cada um dentro do seu patamar... Na conferência a gente fez até um organograma ...o que adianta ter o diretor, o gestor na mesma linha e o assistente social lá embaixo e o psicólogo mais acima, Porque? Não, mas é isso que eu vejo por que na cabeça do brasileiro o psicólogo é um “doutor”, o advogado é um doutor, quando não é! Ele só é

doutor quando ele faz doutorado, você sabe disso, isso em qualquer profissão, nem o médico é doutor... não é? Eu posso ser um assistente social doutor! Então essa “hierarquia” pode existir sim, mas a autonomia sendo cruzada... eu fazendo a minha parte ele a dele, e tudo funcionando legal... Quando a gente faz reunião de equipe a gente senta na mesma mesa e conversa, o que você tem a falar, o que fulano tem a falar, e aí se a gente vê que tinha algo errado a gente tenta aparar as arestas.... igual a rede, por que eu não gosto de participar das reuniões de rede? Porque a rede parece que quem manda ali é a educação... Para com isso, ninguém é melhor que ninguém aqui! Temos que andar juntos, unidos, paralelo e não ninguém mandar mais que o outro... (Assistente Social: 01)

O que eu entendo por autonomia profissional? é a gente poder atender as nossas demandas dentro do que a gente acha que é certo, dentro do que a gente acha que vai transformar a vida de uma pessoa, dentro do que está no nosso Código de Ética respeitando também o nosso limite, acho que dentro desse sentido, acho que é isso que é ter autonomia... é a gente não ter medo do que podem fazer pra você ou com você, a nossa autonomia é relativa.... (Assistente Social: 02)

O que eu entendo como autonomia profissional é o nosso agir profissional, é estar pautado no nosso código de ética, no nosso projeto ético político, é isso (Assistente Social: 03)

Como autonomia profissional eu entendo que temos que ter nosso ponto de vista respeitado ou mais respeitado, o nosso fazer profissional ter o entendimento de outras profissões, para eles entender o que a gente faz de fato... acho que o trabalho o fazer profissional ele ainda é muito desafiador na atualidade, porque tem outras profissões e outras políticas que não entendem ao certo o que o assistente social faz... (Assistente Social: 04)

Nós passamos um momento meio complicado aqui, não tínhamos essa autonomia, a gente fazia um parecer técnico e fazíamos o relatório e mandar e a coordenadoria mudar, mas não mudávamos nosso relatório, a gente é meio briguenta, nem a sala poderia ser decorada de forma agradável para nós e para os usuários, não tínhamos nem essa autonomia. (Assistente Social: 05)

Os depoimentos acima evidenciam, de um lado, a percepção de autonomia profissional, associada ao direito de realizar escolhas técnicas, e, de outro, expressam os tensionamentos do trabalho profissional no âmbito da gestão (gestores, diretores e técnicos), entre áreas de conhecimento (assistentes sociais e psicólogos) e entre as políticas setoriais (assistência social, educação e a rede nos territórios), tanto do ponto de vista de compreensão do que é a assistência social, como da especificidade do trabalho do assistente social.

As(os) assistentes sociais sofrem constrangimentos devido à condição de trabalhador, lutam para ter assegurado o seu parecer técnico, seus relatórios, mas essa batalha cotidiana parece ser travada de forma individual. Quando questionadas: **alguma vez alguém da equipe**

foi pressionada/o para realizar algum trabalho que não faz parte das atribuições do Serviço Social? Se sim, você poderia citar um exemplo? Destacaram:

Olha comigo não, mas acho que já deve ter acontecido sim, mas eu procuro sempre levar para o lado do serviço social, por exemplo a questão da moradia social, a gente sabia que tinha muita coisa que era política né (Assistente Social: 01)

Sim, eu não posso falar, mas... tem entrega de cesta básica só para com o eleitor, o Assistente social tem que ir nos comícios... é isso que eu falei no começo que a parte política é bem difícil pra gente lidar, ainda que você esteja do lado da gestão é difícil também porque tem o outro lado te enchendo a paciência sabe? E você fica no meio fio se você não é concursado... (Assistente Social: 02)

Não, pelo menos eu nunca presenciei (Assistente Social: 03)

Olha eu sou relativamente nova aqui, então eu nunca presenciei, acho que já pode ter havido sim, mas eu não sei (Assistente Social: 04)

Até agora não tivemos isso por aqui, ao menos eu nunca presenciei (Assistente Social: 05)

E aqui somente uma profissional relatou que já foi pressionada a fazer atividades que não são condizentes com as atribuições do serviço social, no entanto, outros relatos referentes à mudança de pareceres, para beneficiar eleitores de políticos, apareceram ao longo das entrevistas, bem como o relato já citado, quando ao discutir a autonomia profissional o(a) participante comenta “Nós passamos um momento meio complicado aqui [...] a gente fazia um parecer técnico, [...] fazíamos o relatório e mandavam a coordenadoria mudar, mas não mudávamos nosso relatório”. Ou seja, o(a) profissional não tem sequer o seu parecer técnico assegurado, o que acende um alerta sobre a violação de direitos profissionais que estão assegurados no Código de Ética Profissional. No entanto, as (os) profissionais buscam assegurar o seu agir profissional como ficou lúcido na frase “a gente é meio briguento” se referindo ao conjunto de assistentes sociais que está responsável pelo atendimento técnico.

A questão da política partidária volta a aparecer nos depoimentos, associada à pressão exercida aos assistentes sociais para realizar atividades que não fazem parte das atribuições do Serviço Social (como os comícios) e para legitimar o uso político partidário do acesso a benefícios, como a cesta básica ou auxílio à moradia social, conforme depoimento a seguir.

Olha comigo não, mas acho que já deve ter acontecido sim, mas eu procuro sempre levar para o lado do serviço social, por exemplo a questão da moradia social, a gente sabia que tinha muita coisa que era política né! E quando eu me deparava com algum caso que eu via que realmente não era uma pessoa que necessitava da moradia social o que a gente via que ali tinha alguma coisa de

cunho político colocada no meio... eu procurava fazer o relatório de uma forma imparcial, e mesmo que isso não fosse pra frente...lá na frente, eles segurassem, porque o relatório era muito honesto eu procurava ser imparcial nos meus relatórios que eu fiz, mas eu notei sim que na moradia social eu notei algumas coisas que não estavam muito correta... (Assistente Social:01)

Dessa forma, novamente a questão político-partidária toma a frente das políticas públicas, mas o que queremos evidenciar nessa fala é o quanto o parecer técnico é importante e o seu resguardo perante o Código de Ética profissional dá força aos profissionais no seu cotidiano de trabalho, que seguem lutando, travando a batalha no cotidiano para assegurar a autonomia profissional, mesmo esta sendo relativa. Cabe aqui destacar que essa exposição dos profissionais sobre a interferência de gestores, os relatórios, pareceres técnicos e afins, foi uma fala encontrada nos dois municípios da pesquisa, independentemente da subclassificação do porte.

Conforme apontado nos Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social pelo CFESS (2011, p. 30), e considerando que a atuação profissional não está desvinculada das condições e processos em que o trabalho se realiza, as competências e atribuições profissionais devem se inserir na perspectiva ampliada da gestão do trabalho, considerando três dimensões indissociáveis: as atividades exercidas pelos/as trabalhadores/as, as condições materiais, institucionais, físicas e financeiras, e os meios e instrumentos necessários ao seu exercício.

Nessa perspectiva, a pesquisa buscou identificar as condições materiais físicas e os meios e instrumentos necessários ao atendimento no CRAS. Nesse aspecto, indagamos aos profissionais: Como você avalia os recursos e espaços de trabalho para o atendimento e o trabalho social com as/os usuárias/os do CRAS? (formas de acesso, equipe, espaço físico/sigilo, materiais), e as respostas foram:

Eu posso dizer pra você que eu avalio negativamente em todos os aspectos, a gente procura fazer da melhor forma possível, lógico! mas tem um problema com sigilo, com ergonomia, é não tem espaço adequado, não tem espaço suficiente. [...] a gente está com a equipe básica completa, pela primeira vez temos psicólogas, porque uma coisa é você ter uma coordenadora psicóloga, outra é você ter uma psicóloga como técnica...então hoje eu posso dizer que os recursos humanos estão satisfatórios. As formas de acesso eu ainda acho insatisfatória tanto no acesso a rede por não ter equipamentos para todos, deixa bastante a desejar isso, era para estar melhor pelo recurso que vem, pois o recurso que vem era suficiente para manter o CRAS com reunião e tudo, então... Mas nós precisamos de melhoria no espaço físico e das condições de trabalho isso a gente precisa... a gente procura encontrar algum lugar mais reservado pra atender, mas é difícil assegurar o sigilo. (Assistente Social:01)

Não tem espaço nem para os próprios profissionais ficarem...teve reuniões no ano passado, do deficiente, do idoso, mas nem comodidade para eles sentarem a gente tinha direito, entendeu? Para tirar uma foto do grupo... você não tem ergonomia nenhuma, espaço físico condizente com as necessidades (Assistente Social:01)

E acho que é **muito pequeno para a demanda que a gente** tem, mas isso é uma visão de todo mundo, até da própria gestão. A nossa sala é muito pequena para os grupos tanto é que a gente vai nos lugares, não trazemos para o CRAS entendeu? Mas de equipe a gente está muito bem, e a gente tem recursos para atender as demandas, lógico que não é nada extraordinário, mas o básico a gente tem, a gente tem lanche a gente tem computador, monitor. **Agora na pandemia a gente teve uma empresa contratada para fazer as lives, então quando a gente quer fazer live a gente pode.** Agente tem uma pessoa que faz o designer pra gente as artes, não é só pra gente é pra prefeitura toda, mas também está disponível para a gente, a gente tem um grupo de filmagem para os nosso vídeos, e a gente desenvolveu uma penca de vídeos...**O Sigilo garante sim...Aqui é mais por causa do espaço, eu acho que é por causa do Criança Feliz, existem 8 estagiários agora...quando eu entrei era 4...então agora aumentou a demanda e não aumentou o espaço, mas acho que é coisa que já deve estar sendo tratada...** (assistente social:02)

Olhe a estrutura do CRAS nesse período, tem o material, e EPI, todos vieram, tem o álcool em gel...A gente tem um bom espaço diante de outros CRAS, **o nosso estruturado, é bastante em relação a outros lugares, acho aqui bem legalzinho até...a gente tem mudado, e quando não dá certo a gente muda de novo, sempre para atender melhor o usuário nesse sentido....** (assistente Social:03) grifos nossos

Nosso espaço já está bem comprometido **só a equipe do Criança Feliz, já somos em 09 pessoas ...** a forma de acesso é uma crítica, mas por conta da geografia do município, onde você colocar o CRAS, ele vai ficar longe sempre para alguém, e hoje eu acho que aqui ele está até que bem instalado, aqui não tem equipe de CRAS volante. Hoje eu acho que a gente contempla o melhor momento em se tratando da composição da equipe do CRAS. **Mas o espaço físico está condenado, e como você não tem espaço físico automaticamente o sigilo profissional fica um pouco mais comprometido também, não tem mais espaço tem que ampliar esse CRAS urgente.** O material de escritório está perfeito. (assistente Social:04) grifos nossos

Bem o sigilo é garantido, temos salas arquivos que só as técnicas têm acesso, em relação a equipe no momento creio que está faltando, somos duas assistentes e uma psicóloga, mas tem uma psicóloga que está para entra vai ser efetivada via concurso, o que a gente soube é que ela está para entrar. Sobre o espaço físico do **CRAS a gente veio de outro prédio, mas tudo indica que estão preparando outro espaço. Aqui temos uma sala própria para a escuta não fazemos as entrevistas/atendimento nas salas dos técnicos. Aqui até que o espaço é organizado e limpo. aqui temos um celular para os atendimentos do CRAS, temos os grupos, isso é interessante.** (Assistente Social:05)

Em parte dos depoimentos, evidencia-se a precariedade e/ou falta de adequação da infraestrutura física do CRAS, sendo que no município de subclassificação **PP1e**, os

depoimentos sobre a questão do espaço físico incondizente com a realidade são unânimes, por outro lado, sobre o município e subclassificação **PP1f**, as entrevistadas ressaltam a qualidade dos espaços físicos que garantem o sigilo profissional, a existência de uma sala própria para a escuta foi um diferencial apresentado por esse município.

Conforme as Orientações Técnicas para os Centros de Referência de Assistência Social, elaboradas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o espaço físico é um dos componentes essenciais para que o CRAS possa desempenhar suas funções e garantir a oferta com qualidade dos serviços. A preocupação com o espaço físico tem como pressuposto “superar a prática da assistência social como uma política pobre, destinada aos mais pobres, por meio de ações pobres, ofertadas em unidades pobres”. O CRAS não é simplesmente uma edificação, “a disposição dos espaços e sua organização refletem a concepção sobre trabalho social com famílias adotada pelo município” (BRASIL, 2009, p. 47-48).

A infraestrutura e os ambientes do CRAS devem resguardar requisitos mínimos para a adequada oferta dos serviços socioassistenciais de proteção social básica nele ofertados, conforme pode ser observado no quadro a seguir.

Quadro 4 - Espaços que devem ser garantidos nos CRAS.

Espaço	Especificação
<i>Recepção</i>	Espaço destinado à espera, transição, encaminhamentos e, principalmente, ao acolhimento e atendimento inicial de famílias e indivíduos. Assim, não deve ser apenas um ambiente de espera, mas também de acolhimento e informação. Sua organização deve facilitar o contato inicial da família com profissionais do CRAS, a qual deve se sentir acolhida, em espaço de garantia de direitos.
<i>Sala de Atendimento</i>	Espaço destinado ao atendimento individualizado de famílias e indivíduos. Deve ser um ambiente que garanta a privacidade do atendimento prestado. As famílias e ou indivíduos devem sentir-se seguros para relatar as situações vivenciadas e para a construção de vínculo com os profissionais do CRAS. Como na recepção, a sala de atendimento deve conter material informativo e que possibilite a identificação com a população do seu território de abrangência.
<i>Sala de Uso Coletivo</i>	Espaço que deve permitir uso múltiplo e otimizado, destinado à realização de atividades coletivas, com prioridade absoluta para a realização de atividades com grupos de famílias, do PAIF.
<i>Sala Administrativa</i>	Espaço destinado às atividades administrativas, tais como o registro de informações, produção de dados, arquivo de documentos, alimentação de sistemas de informação. Este espaço, para uso da coordenação e dos profissionais do CRAS, é muito importante para o desenvolvimento da função do CRAS de gestão territorial da rede de Proteção Social Básica e para a organização das informações relativas aos serviços prestados no CRAS e no território de abrangência, bem como informações sobre as famílias e as situações de vulnerabilidade e risco.

<i>Banheiros</i>	Os CRAS devem possuir banheiros para uso feminino e masculino, bem como banheiros que garantam a acessibilidade para pessoas com deficiência.
<i>Copa</i>	A copa ou cozinha é um espaço importante nos CRAS para o preparo de lanches oferecidos aos usuários, em especial no decorrer do desenvolvimento de grupos de famílias ou serviços de convivência, bem como para o uso da equipe de referência do CRAS.

Fonte: (BRASIL, 2009). Elaborado pelo pesquisador.

A dimensão do espaço físico vai incidir diretamente no direito dos usuários ao sigilo, conforme consta no artigo 6 da NOB/SUAS, de 2012. A falta de sigilo apontada nos depoimentos é, portanto, uma violação dos direitos socioassistenciais dos usuários da política de Assistência Social. Conceber a infraestrutura a partir da disponibilidade existente, desconsiderando essa questão, opera um acesso perverso para o usuário da política que os profissionais precisam desnaturalizar. A proteção social básica, como porta de entrada da política com a finalidade da proteção, viola os direitos dos usuários já no início do atendimento e cria constrangimentos na atuação profissional expressos na falta de privacidade no momento e processo de escuta qualificada.

Constrangimento vivenciado na pesquisa de campo, no CRAS do município **PP1e**, durante a realização das entrevistas expressas na dificuldade e interferências de ruídos externos (conseguia nitidamente ouvir o que as pessoas falavam na recepção) ao ponto de os(as) profissionais, muitas vezes, pedirem para repetir a pergunta, pois o barulho de fora não as (os) deixava concentrar ou ouvir as perguntas.

Assim, nos depoimentos emerge, também, o espaço físico inadequado e insuficiente, tendo em vista a predominância do atendimento do Programa Criança Feliz em detrimento do atendimento de um serviço que é central ao CRAS, como o PAIF.

Outro ponto que cabe destacar é que o município de pequeno porte **I f** (com fortes traços de ruralidades) possui CRAS Volante e trabalha bastante com a Busca Ativa, indo diretamente nas casas dos atendidos. No município **PP1e**, não existente CRAS Volante, inclusive porque do ponto de vista demográfico a população caracterizada como habitantes de área rural é pouco significativa. Contudo, a geografia do município, que faz com que o “CRAS, vai ficar longe sempre para alguém” exigiria pensar a necessidade de equipes volantes e romper com a lógica de que a equipe mínima tenha se consolidado nos municípios de pequeno porte como a “máxima possível”, desconsiderando os traços e tessituras do Vale do Ribeira.

Do ponto de vista das atividades exercidas, a carga burocrática do trabalho e a incidência do cadastramento do CadÚnico destacaram-se como um diferencial entre os

municípios estudados: no município **PP1f** (ou seja, o de maior porte no interior do pequeno porte I), o sistema de cadastramento é desvinculado do CRAS, enquanto no município **PP1e** (ou seja, uma faixa abaixo, em termos de incidência populacional entre os municípios de pequeno porte I), o Cadúnico está alocado no CRAS e as profissionais realizam o cadastramento.

Nesse quesito, umas das profissionais da unidade destacou:

O que mais tem mais hoje no CRAS é papelada, é computador, é digitar é jogar no sistema, é atendimento de cadastro, pergunta pra ela, pra ela, o que elas fazem, é cadastro! É um centro cadastral, não precisa de ter formação acadêmica pra fazer cadastro, você está jogando recursos humanos fora. Poderia estar fazendo reuniões com famílias, trabalhando com famílias entendeu? Utilizar recursos humanos para fazer cadastro, não tem necessidade de usar os técnicos para isso, porque você senta a pessoa ali, joga tudo no sistema, e o que a pessoa está falando são dados, eles transformam a pessoa em dados e acabou é isso que o governo quer, tá lá! Precisa ter um assistente social? Precisa fazer uma mudança, porque quando o CRAS foi criado foi para fazer uma mudança, mas o tempo passou e ele se tornou um centro de cadastro... a assistência virou um centro de cadastro... Tem que ter um outro espaço, não digo que não poderia funcionar junto com a parte cadastral, ter uma ala de cadastro, profissionais lá cadastrando... quando a gente precisasse saber de uma família a gente ia lá, é isso que deveria fazer... Depressão, ansiedade socioeconômico, violência doméstica isso é com a gente, entendeu? O centro cadastral não tinha nada que saber disso, poderiam ter depois uma tabulação mensal ou semanal para jogar no sistema quantas violência doméstica a gente atendeu, quantos de moradia, então eu acho que até você tabular, ter um diagnóstico mais preciso, eu acho válido. Mas essa parte cadastral da parte técnica deveria ser totalmente separado, você não precisa de técnico... eu penso assim não sei se estou pensando muito atrasado ou na frente ... (Assistente Social:01)

Esse depoimento é interessante, mas evidencia várias questões e contradições. De um lado, problematiza a sobrecarga burocrática em detrimento do atendimento, mas, de outro, aligeira a importância da escuta qualificada no momento do cadastro, que é a porta de entrada de informações para o acesso de programas e benefícios. Também, de um lado, evidencia que tem questões delicadas e complexas que exigem um processo qualificado de escuta (violências, violações e as vivências da desproteção), mas de outro, não pondera a importância de compreender a integralidade ou o usuário na sua totalidade que também está expressa no conjunto das informações do cadastro.

Ainda nas condições de trabalho, indagamos aos participantes: (no seu cotidiano de trabalho você consegue realizar as tarefas dentro do horário de trabalho, ou há necessidade de realização de **trabalho fora do expediente?**), ao que responderam:

Eu consigo, hoje eu consigo, antes não antes eu virava a noite, fazendo projetos, planos plurianuais, relatórios... (Assistente Social 0:1)

A gente faz de sábado agora. A gente trabalha para caramba principalmente no WhatsApp. Coloca aí o nosso WhatsApp nunca mais foi particular... meu Deus do céu, a nossa internet não é mais nossa, nosso celular já não é mais nosso e minha rede social não é mais minha, eu não posso postar mais nada na minha rede social porque eu tenho todos usuários no Facebook...Nem em bar mais eu posso ir, porque aparecer Assistente Social estava no bar bebendo...agora tenho que beber em casa. Então a questão de trabalho remoto atendendo os usuários pelo WhatsApp, Facebook, Ligação, Ligação pelo WhatsApp... triste menino, triste, triste essa questão do WhatsApp... (Assistente Social 0:2)

O estar pensando, criando né, estudando é fora...Relatório não, isso a gente faz aqui, os relatórios tudo a gente faz aqui, é sempre criação, planejamento de ação, a gente cria, tá sempre trocando ideia, todas as outras coisas a gente faz dá tempo, é fazer e fazer aqui, é algo pessoal meu, até por causa das ferramentas, prontuários, é isso... (Assistente social: 03)

Há necessidade de trabalho extra expediente, para fazer relatório, acompanhamento familiar, audiências, são os principais... (Assistente Social 0:4)

Trabalho extra expediente a gente não faz, mas também não vamos dizer que damos conta de todo o trabalho no mesmo dia... (assistente social 0:6)

Esses depoimentos permitem fazer alguns destaques. De um lado, novamente o município de menor porte entre os dois municípios de pequeno porte (**PP1e**) é aquele que concentra os depoimentos sobre o trabalho extra fora do expediente (especialmente vinculado à elaboração de relatórios) e o depoimento sobre uso de redes pessoais no trabalho remoto no contexto da pandemia. Já o município **PP1f** não faz menção a trabalho burocrático fora do expediente, apresenta um escalonamento de funções e tarefas dos profissionais, embora o processo de estudo e criação acontece fora o horário de trabalho, evidenciando que há parte do trabalho fora da jornada contratual, que não é garantido no espaço e dinâmica do serviço.

De outro, fica explícito que pandemia afetou diretamente o cotidiano das profissionais do CRAS que tiveram que se readaptar ao trabalho remoto, fazendo com que muitas atividades fossem executadas através *lives*, grupos via WhatsApp, ou por redes sociais (Facebook), além de telefone.

Sobre a execução dos trabalhos remotos novamente a subclassificação no interior dos municípios de pequeno porte 1 evidencia diferenças no cotidiano das trabalhadoras: no município **PP1e** (ou seja, o de menor porte entre os dois) o trabalho remoto se deu na base do uso e divulgação do número pessoal das profissionais, bem como das suas redes sociais para execução das atividades. Nesse aspecto, o município **PP1f** não divulgou os números e redes

sociais de seus funcionários, pois desenvolveu uma política interna de uso de celulares e redes disponibilizadas pela Secretaria e de uso institucional, evidenciando que, mesmo no contexto emergencial, há escolhas e as definições políticas da gestão municipal que podem tender para a precarização ou preservação dos direitos das(os) trabalhadoras do SUAS.

Ainda nas entrevistas apareceram questões como o tipo de veículo utilizado pelas equipes do CRAS, lembrando que o Vale do Ribeira-SP tem uma predominância áreas rurais e uma geografia específica pela forma de ocupação predatória da cidade no contexto de uma bacia hidrográfica. No entanto, o carro disponibilizado é um Renault Kwid, que tem baixa aderência e desempenho em estrada de barro ou terra, o que afeta substancialmente o acesso às famílias, em função das épocas de chuva e as enchentes que caracterizam a região, como podemos observar na fala a seguir:

As vezes temos problemas por causa das chuvas no Vale, aí quando vamos fazer as visitas no meio do caminho o carro atola, a maioria da frota dos carros do Vale do Ribeira é um Kwid, então já viu... (Assistente Social: 05)

Ainda na questão do carro e da disponibilidade as assistentes comemoram por terem um exclusivo para as atividades do CRAS, tendo em vista que esse quesito foi pauta de luta por condições adequadas ao trabalho, conforme o seguinte relato:

Não é porque trabalhamos com pobre que temos que ter as piores coisas, nunca ninguém se importou em dar uma sala decente, nunca ninguém se importou em dar um carro decente pra assistência, dar condições de trabalho para a assistência, o porquê? Porque a gente trabalha com pobre! Eu já ouvi de um prefeito que falou assim: você não vai na casa de pobre, então tem que andar a pé mesmo... Olha eu preciso fazer uma visita e não tem carro, e ouvir vai a pé! Eu falei o porquê eu tenho que ir a pé? Ué é porque você vai trabalhar com pobre tem que chegar a pé tem que andar a pé... eu falei não nada disso, eu sou um profissional como qualquer um outro... eu exijo respeito comigo me respeite como um profissional, eu não sou tapete eu sou um profissional, como qualquer um outro que está aqui dentro, e essa pessoa nunca mais “tirou farinha comigo”, ela dava risada depois... (Assistente Social: 01)

E nessa fala podemos observar que além da questão da disponibilidade do carro, há questões de fundo que dizem respeito a relações de trabalho, que podem ser associadas ao assédio moral e a própria concepção da assistência social na gestão e a persistência de “política pobre para pobre”, que nega a noção de direito à qualidade dos serviços garantidos pela PNAS e o conjunto dos normativos do SUAS.

Um dos profissionais chegou a pautar fiscalização mais atuante do conjunto CFESS/CRESS.

Eu acho que nosso órgão representante deveria ser mais atuante também, poderiam fiscalizar, dar algumas capacitações ou treinamentos. (Assistente Social: 04)

Essa fala é um tanto emblemática, porque nós, na condição de assistentes sociais podemos fiscalizar, mas também denunciar questões de assédio moral ou qualquer outra violação do Código de Ética profissional, o que nos coloca outro dilema: sabendo que podemos denunciar essas questões aos órgãos competentes, seja o CFESS/CRESS ou os Conselhos Municipais de Direitos, o porquê não o fazemos?

Perguntadas no seu ponto de vista é necessária a contratação de algum trabalhador ou profissional para exercer alguma função nesta unidade? Se sim qual? As respostas variam, no entanto, apontam a possibilidades de outros profissionais para além da equipe básica:

Sim, um terapeuta ocupacional para ajuda no trabalho com as famílias (Assistente Social: 01)

Não sei, acho que eu aumentaria, o programa criança feliz tem ampliado, tem ganhado destaque (Assistente Social: 02)

Aqui no CRAS eu acho que um de terapia ocupacional e um psicólogo para a gente seria maravilhoso (Assistente Social:03)

Bom, acho que um advogado era bem-vindo, porque tem algumas demandas quem vem para o CRAS que o setor jurídico da prefeitura não é um setor para essas demandas né! Ele é um setor jurídico da prefeitura pra tratar das questões da prefeitura, não do usuário em si, então acho que ele poderia sanar muitas dúvidas, já que o município, miscigenado né! nós não temos uma cultura só, você tem muitas pessoas de muitos lugares e acaba que a gente não conhece os usuários é uma troca muito repentina (Assistente Social: 04)

O que está faltando é completar a equipe com mais um psicólogo que já está vindo pra cá (Assistente Social: 05)

Perguntadas no seu ponto de vista é necessária a contratação de algum trabalhador ou profissional para exercer alguma função nesta unidade? Se sim qual? As respostas variam, no entanto, apontam a possibilidades de outros profissionais para além da equipe básica:

Sim, um terapeuta ocupacional para ajuda no trabalho com as famílias (Assistente Social: 01)

Não sei, acho que eu aumentaria, o programa criança feliz tem ampliado, tem ganhado destaque (Assistente Social: 02)

Aqui no CRAS eu acho que um de terapia ocupacional e um psicólogo para a gente seria maravilhoso (Assistente Social:03)

Bom, acho que um advogado era bem-vindo, porque tem algumas demandas quem vem para o CRAS que o setor jurídico da prefeitura não é um setor para essas demandas né! Ele é um setor jurídico da prefeitura pra tratar das questões da prefeitura, não do usuário em si, então acho que ele poderia sanar muitas dúvidas, já que o município, miscigenado né! nós não temos uma cultura só, você tem muitas pessoas de muitos lugares e acaba que a gente não conhece os usuários é uma troca muito repentina (Assistente Social: 04)

O que está faltando é completar a equipe com mais um psicólogo que já está vindo pra cá (Assistente Social: 05)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na trajetória realizada durante este estudo e os caminhos percorridos, agora cabe considerar alguns aspectos conclusivos que possibilitam compreender o trabalho profissional dos assistentes sociais atuantes no Vale do Ribeira-SP.

Ao evidenciar o Vale do Ribeira-SP, buscamos romper com uma leitura reducionista e/ou superficial dos “dados secos”, trazendo à tona as riquezas de uma região que carrega consigo traços de preservação do seu povo e de sua história. Ao contextualizar a historicidade da região podemos apreender a diversidade dos municípios, as marcas das populações tradicionais indígenas, quilombolas, ribeirinhas, caiçaras, entre outras tantas. Apontamos, também, que o Vale do Ribeira-SP foi e é alvo de um modo de desenvolvimento econômico no qual predomina a extração de suas riquezas naturais, desde a época do Brasil Colônia. Um padrão que gera o crescimento do capital e de outras regiões ao mesmo tempo que acentua as diversas expressões da questão social.

Trata-se ao mesmo tempo de uma região composta por municípios majoritariamente de pequeno porte, localizados em dois Estados da Federação, o que impacta significativamente na capacidade de gestão, desenvolvimento e implementação de políticas públicas, que nem sempre estão conectadas com a realidade vivenciada pelos moradores da região.

Ao trilhar os caminhos das políticas sociais, nosso norte foi a Política Nacional de Assistência Social, e os dados empíricos demonstraram que esta não é espaço neutro e desnuda a realidade enfrentada pelos(as) Assistentes Sociais na disputa da direcionalidade da própria política nos Centros de Referência de Assistência Social, localizados nos municípios de Pequeno Porte I. A pesquisa evidenciou, ao mesmo tempo, diferenças no interior dos municípios de pequeno porte, sendo que no município de subclassificação **PP1e** (ou seja, menor entre a subclassificação dos municípios escolhidos) a disputa por uma política universal se torna mais aguda e as condições de trabalho e contratação são mais precarizadas.

As marcas deixadas pela falta de condições de contratação estável, não por acaso, desaguam sobre as profissionais -quase- como imposição para se realizar tarefas não condizentes com o fazer profissional do Serviço Social, além disso, essa subordinação fragiliza as relações institucionais, possibilitando a apropriação político-partidária da dinâmica de trabalho dos CRAS e no acesso às atenções e benefícios socioassistenciais. Questão que se agrava no contexto do desmonte e do desfinanciamento promovido a partir da Emenda Constitucional 95/2016. Conforme o Fórum Nacional de Secretários do Estado de São Paulo (FONSEAS), o desfinanciamento da política de assistência social é observado na:

Retirada progressiva de recursos que seguiam uma série histórica de ampliação para manter a rede instalada. As análises comparadas dos orçamentos aprovados na Lei Orçamentária Anual – LOA, na esfera federal, relativos à destinação de recursos ordinários, visando o cofinanciamento de serviços, programas, projetos e benefícios, revelam uma **queda progressiva**, tanto na sua elaboração quanto nas transferências intergovernamentais, o que **compromete a provisão de seguranças socioassistenciais continuadas**, e contraria a previsão constitucional (FONSEAS, 2021)⁶⁶

Decorrente disso, ressaltamos a importância de concursos públicos, pois conforme a percepção das entrevistadas, a forma de contratação estável é nódulo central para uma atuação mais autônoma, que é tensionada no cotidiano pelas determinações econômicas e políticas e materiais que interferem no trabalho profissional.

A esse respeito, o Conselho Federal de Serviço Social aponta:

O estabelecimento de relações de trabalho estáveis, a garantia institucional e condições e meios necessários à realização das atividades são indispensáveis para o exercício profissional. Nessa perspectiva, o trabalho precarizado que se manifesta na ausência das dimensões anteriormente citadas, nos baixos salários, na elevada carga de trabalho, na alta rotatividade, na inexistência de possibilidades institucionais para atender às demandas dos/as usuários/as, entre outros, é um obstáculo para a atuação profissional, para a universalização das políticas sociais, para as relações entre trabalhadores/as e usuários/as e para a qualidade e continuidade dos programas, projetos e serviços. A implantação de uma política de reconhecimento e valorização do/a trabalhador/a e a concretização da NOB/RH/SUAS, com implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), aprovada em 2007, são imprescindíveis para assegurar as condições de materialização do trabalho dos/as profissionais que atuam no SUAS. (BRASIL. CFESS, 2011, p.31-32)

Além de contratos estáveis, o trabalho nos CRAS exige condições adequadas para a realização e efetivação das atenções, e a falta dessas condições materiais e de infraestrutura não só afetam a qualidade dos serviços, como também incorrem na violação dos direitos socioassistenciais dos usuários de política de assistência, diante da falta e/ou dificuldade de garantia do sigilo profissional, preconizado no código de ética profissional e nos normativos da política. Conforme analisamos na dissertação, as condições materiais e de infraestrutura em que se processa o trabalho profissional, essenciais para o desenvolvimento e atendimento das demandas com qualidade nos serviços prestados, possuem parâmetros claramente estabelecidos nos normativos e nas orientações técnicas dos serviços.

Cabe aqui destacar que a precarização e flexibilização do trabalho é resultando do avanço do projeto societário neoliberal, que ganha força após o golpe de 2016, com a implementação de uma série de propostas de contrarreformas trabalhistas que desmontam direitos sociais historicamente

⁶⁶Entenda os impactos do desfinanciamento no SUAS. **FONSEAS**. 10/05/2021. Disponível em: <http://fonseas.org.br/impactos-do-desfinanciamento/>. Acesso em: 7 dez. 2021.

conquistados, além da pauta regressiva em decorrência dos congelamentos de gastos públicos, especialmente nas políticas sociais, que agudizam o campo das desproteções sociais.

Os retrocessos impõem para os assistentes sociais atender mais com menos, sendo essa uma lógica muito aplicada ao comércio, que agora podemos visualizar tão claramente no âmbito do estado na sua perspectiva neoliberal e gerencial. O processo de ampliação, no estado de São Paulo, das organizações sociais por meio de parcerias-público privadas, além de significar a terceirização das atenções, tem derivado na terceirização e fragmentação do trabalho profissional, bem como a focalização das próprias políticas públicas e sociais. Nessa perspectiva aponta Raichelis (2018):

Nas instituições do aparelho do Estado ampliam-se as parcerias público-privado em diferentes modalidades e áreas das políticas sociais. Ao mesmo tempo assiste-se a importantes deslocamentos nos modos de gestão e contratação de trabalhadores/as através da terceirização de serviços públicos por meio de subcontratações de empresas ou instituições intermediadoras, que após aprovação da Lei que regulamenta a terceirização das atividades meio e das atividades fim no Brasil (Lei n. 13.429/2017) tende a se ampliar e se diversificar enormemente para todas as atividades laborais (RAICHELIS, 2018, p. 51)

Frente a isso, as repercussões para o trabalho profissional é a ampliação da subcontratação “configurando-se o exercício profissional privado autônomo, temporário, por projeto, por tarefa, decorrentes das novas formas de organização e operacionalização das políticas sociais” (RAICHELIS, 2018, p. 51).

Ao longo da pesquisa, contemplamos a importância do código de ética e do projeto ético-político do Serviço Social, simbolizando um farol iluminador sobre a direção profissional dos assistentes sociais, tão necessário nesses tempos sombrios de avanço do conservadorismo.

Dentre outros aspectos, entendemos que os dilemas ético-políticos do trabalho profissional em tempos de intensificação das condições de precarização do trabalho e agudização das desproteções sociais expostos nesse trabalho são importantes para se construir formas de resistência no trabalho cotidiano, na perspectiva da defesa da política pública de qualidade e dos direitos da classe que vive do trabalho.

Na virada da década de 1980 para a 1990, as lutas sociais deram seus frutos e desaguaram na Constituição de 1988, que é referência essencial para a ampliação das políticas sociais e a consolidação de diversos direitos para a classe trabalhadora. Nesse processo, as categorias profissionais também tiveram protagonismo e, entre elas, o Serviço Social teve importante papel nos avanços da Política Nacional de Assistência Social.

A aproximação da profissão com os movimentos sociais e com a luta da classe trabalhadora permitiram avançar na intenção de ruptura com o doutrinário, o paternalismo e o ideário moralizante característicos da gênese da profissão. A refundação das bases teóricas do Serviço Social nacional e a

aproximação com o marxismo possibilitaram a consolidação de bandeiras de lutas no sentido de uma direção coletiva profissional que preza por uma sociedade mais justa e igualitária livre de exploração.

REFERÊNCIAS

- ABRAMIDES, Maria Beatriz. **O projeto ético político do serviço social brasileiro**: ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. A crise, o desemprego e alguns desafios atuais. **Serviço Social & Sociedade [online]**. 2010, n. 104, p. 632-636. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000400003>>. Epub 21 Jan 2011. ISSN 2317-6318. <https://doi.org/10.1590/S0101-66282010000400003>. Acesso em: 4 nov. 2021.
- ANTUNES, Ricardo. O trabalho e seus sentidos. **Confluências. Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 10, n. 1, p. 43 a 61, 2008.
- ANTUNES, Ricardo (Org.). **O Privilégio da Servidão**: o novo Precariádo na era digital. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ARREGUI, Carola Carbajal. Pesquisa como princípio e condição para a construção de conhecimento e para o trabalho profissional. In: ARREGUI, Carola C.; KOGA, Dirce (Org.). **Construção de conhecimentos em serviço social**: entre periferias, territorialidades, narrativas, experiências e cartografias. São Paulo: EDUC, 2021.
- ARREGUI, Carola Carbajal; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. Política social no Brasil: impasses e entraves para efetivar direitos de cidadania. In: MARTINS, Valter; DUTRA, Adriana Soares. (Org.). **Estado, política social e serviço social**: um balanço crítico. Rio de Janeiro, RJ: Autografia, 2021.
- ARREGUI, Carola C.; WANDERLEY, Mariangela B. “A vulnerabilidade social é atributo da pobreza?”. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 97, 2009.
- BAPTISTA, Myrian Veras. Pesquisa social, prática e interdisciplinaridade. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 10, 1, n. 395-410, 2010.
- BAPTISTTA, Maria Veras; BATTINI, Odária (Org.). **A prática profissional do Assistente Social**: teoria, ação, construção de conhecimento. São Paulo: Veras Editora, 2009.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: **CFESS. Serviço Social**: Direitos sociais e competências profissionais. Unidade III. Brasília: CFESS, v. 1, 2009.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011.
- BEHRING, Elaine. **Notas sobre Organização Política e Sindical dos Assistentes Sociais**. Rio de Janeiro, 2003.
- BEHRING, Eliane Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BICHIR, Renata; SIMONI JUNIOR, Sérgio; PEREIRA, Guilherme. Sistemas nacionais de políticas públicas e seus efeitos na implementação: o caso do Sistema Único de Saúde (SUAS). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, RBCS, v. 35, n. 102, s.d.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Ser. Soc. São Paulo**, n. 124, p. 637-651, out/dez. 2015. Disponível em : <https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n124/0101-6628-ssoc-124-0637.pdf>. Acesso em : 23 mar. 2021.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no Capitalismo**. São Paulo: Corte Editora, 2016.

BRASIL. CFESS. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social. Série: **Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais**. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, CFESS, 2011.

BRASIL. Capacita SUAS Caderno 1. **Assistência Social: Política de Direitos à Seguridade Social**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Centro de Estudos e Desenvolvimento de Projetos Especiais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013a.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Assistência Social, Brasília, Reimpressão, 2013b.

Disponível em: http://www.assistenciasocial.al.gov.br/acervo/protecao-social-especial-media-complexidade/creas-paefi/PNAS_2004.pdf

Acesso em: 16 maio 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. (11 de novembro de 2009, reimpressão 2014). Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 10 maio 2021.

BRASIL. SUAS 10. **Diversidade no Suas: realidade, respostas, perspectivas**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Norma Operacional Básica do SUAS anotada e comentada** (NOB-RH/SUAS) anotada e comentada. Brasília, 2011. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf. Acesso em: 05 fev. 2021.

BRASIL. **Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB/SUAS**. Brasília: Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**, 2004. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 15 maio 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (maio de 2009). **NOB-RH/SUAS**. Disponível em: <file:///C:/Users/elias/Downloads/Norma%20Operacional%20Basica%20de%20Recursos%20Humanos%20do%20SUAS%20NOB-RH%20SUAS.PDF>. Acesso em: 21 jun. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_Cras.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

CANTOR, Renán Venga. A exploração do tempo do tempo no capitalismo atual. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV**. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 45-62.

CARDOSO, Priscila Fernanda Gonçalves. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade** [online]. 2016, n. 127, p. 430-455. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0101-6628.079>>. ISSN 2317-6318. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.079>. Acesso em: 4 nov. 2021.

CARVALHO, Márcia Helena. (s.d.). **O serviço social como trabalho**: afirmação que ainda provoca debates no interior da profissão. 1-16. 4 Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais. Disponível em: <http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/45/45362b02-bd65-405d-95d4-d8a37de5c2f1.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2021.

CFESS. **Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Política de Assistência Social**. Série: Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Conselho Federal de Serviço Social. Brasília, CFESS, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. 4. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, outubro de 2001.

COUTO, Berenice Rojas. Assistência social: direito social ou benesse? *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 124, p. 665-677, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/wMXBqGcc6RRfyvLXFpC6hRm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 dez. 2021.

DAL ROSSO, Sadi. Teoria do valor e trabalho produtivo no setor de serviços. **Caderno CRH**, v. 27, n. 70, abr., 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20608>. Acesso em: 20 maio 2021.

DARDOT, PIERRE; LAVAL, CHRISTIAN. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. especial 01, p. 37-57, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/qvTGPNcmnSfHYJjH4RXLN3r/?lang=pt>. Acesso em: 15 fev. 2020.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. Trabalho produtivo e improdutivo na atualidade: particularidade do trabalho docente nas federais. **Revista Katálysis** [online], v. 20, n. 02, p. 291-299, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02592017v20n2p291>>. ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/1982-02592017v20n2p291>. Acesso em: 22 out. 2021.

EIRAS, Alexrandra Aparecida Leite Toffanetto Seabra. Análise das demandas e possibilidades para o trabalho socioeducativo realizado grupalmente. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Ed.). **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

ESTEVÃO, Ana Maria.. **O que é serviço social**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em serviço social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo**, 2004. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/89392364/as-dimensoes-etico-politicas-e-teorico-metodologicas-no-servico-social-contempor>. Acesso em: 15 jan. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço socioal em tempos de capital e fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O Serviço social brasileiro em tempo de mundialização do capital. In: IAMAMO, Marilda Villela; YAZBEK, Maria Carmelita (Org.). **Serviço social na história: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: [file:///C:/Users/fabio/Downloads/LAKATOS%20-%20MARCONI%20-%20FUNDAMENTOS%20DE%20METODOLOGIA%20CIENTIFICA%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/fabio/Downloads/LAKATOS%20-%20MARCONI%20-%20FUNDAMENTOS%20DE%20METODOLOGIA%20CIENTIFICA%20(1).pdf). Acesso em: 10 jan. 2021.

LOBO, Ana Léa martins. **O trabalho do(a) assistente social na política de Assistência Social no Vale do Ribeira-SP: uma análise sob a ótica da formação profissional**. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2018.

MARCONI, Mariana de Andrae; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003. v. 5.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Sentido e direcionalidade da ação profissional: projeto ético-político em serviço social. In: BAPTISTTA, Maria Veras; BATTINI, Odária (Org). **A prática profissional do Assistente Social: teoria, ação, construção de conhecimento**. São Paulo: Veras Editora, 2009

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: indetidade e alienação**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. Capítulo VI Inédito. São Paulo: Moraes, 1969.

MEIRELLES, Dimária Silva e. O conceito de serviço. **Revista de Economia Política**, v. 26, n. 1 (101), p. 119-136 jan./mar., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/VMnhc7zXJ8QHKGbKGhZrNwr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* **Teoria, método e criatividade**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. Disponível em: https://cursosextenso.usp.br/pluginfile.php/300166/mod_resource/content/1/MC2019%20Minayo%20Pesquisa%20Social%20.pdf. Acesso em: 20 maio 2021.

MIYAHARA, Heloísa Sayume. **Perspectivado meio fio: entre direitos sociais e as histórias de vida da população em situação de rua na região do Vale do Ribeira-SP**. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2017.

MOTA, Alessivânia Márcia Assunção. M. A. Projeto ético político do serviço social: limites e possibilidades. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 56 - 68, jan./jul., 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/8031>. Acesso em: 20 abr. 2021.

NETTO, José Paulo Netto. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. Brasília: CFESS/ABEPSS/CEAD/UnB, 1999.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço Social**. São Paulo: Cortez. 2011.

PEREIRA, Mariene dos Santos. **Trajetórias Socioterritoriais: entre necessidades habitacionais a intervenção do estado na produção da segregação socioespacial**. 2017. Mestrado. (Dissertação em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2017.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: CFESS/ABEPSS (Org.). **Direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/Abepss, 2009.

RAICHELIS, Raquel. **O assistente social como trabalhador assalariado : desafios frente a violação de direitos**. Ser. Soc. Soc..São Paulo, n.107, p. 420-437, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n107/03.pdf> . Aceso em : 23 mar. 2021.

RAICHELIS, Raquel. Serviço Social: trabalho e profissão na trama do capitalismo contemporaneo. In: RAICHELIS, Raquel; DAMARES. Vincente; ALBUQUERQUE, Valéria (Org.). **A nova morfologia do Trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

RAICHELIS, Raquel. O Serviço Social no Brasil. Trabalho, formação profissional e projeto ético político. *In*: YAZBEK, Maria Carmelita; IAMAMOTO, Marilda Villela (Org.). **Serviço Social na história: América Latina, África e Europa**. São Paulo: Cortez. 2019.

RAICHELIS, Raquel *et al.* Implementação do SUAS nos Estado de São Paulo e Minas Gerais: heterogeneidade da política de Assistência Social na Região Sudeste. *In*: RAIHELIS, Raquel; SILVA, Maria Ozanira da Silva; COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita (Org.). **O Sistema único de Assistência Social no Brasil: disputas e resistências em movimento**. São Paulo: Cortez, 2019.

RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola Carbajal. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MVGcWc6sHCP9wFM5GHrpwQR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 jul. 2021.

RAICHELIS, Raquel. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 116, p. 609-635, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/nWD4BRgixy4H54tJtXyxVst/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 abr. 2021.

ROCHA; Fabio de Carvalho, Lopez; Fernanda. **A prática profissional dos assistentes sociais nos municípios de pequeno porte 1**. 2017. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). União das Instituições de Serviços, Ensino e Pesquisa-UNISEPE.

SILVEIRA, Jucimeri Isolda. Gestão do trabalho: concepção e significado para o SUAS. *In*: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do trabalho no âmbito do SUAS: Uma contribuição Necessária**. Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011.

SIMIONATTO, Ivete. Intelectualidade, política e produção do conhecimento: desafios do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 117, p. 7-21, jan./mar. 2014

SPOSATI, Aldaíza. Território e gestão de políticas sociais. **Serv. Soc. Rev.**, v. 16, n. 1, p. 5, jul./dez., 2013.

SPOSATI, Aldaíza. O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 87, 2006.

SPOSATI, Aldaíza. Suas e trabalho profissional: frágeis gritos e muitos sussurros. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 1-13, jan./dez. 2021.

YAZBECK, Maria Carmelita. **O serviço social e a construção dos direitos sociais**. Em Maria Veras Baptista ; Odália Battini. São Paulo: Veras. 2009.

YAZBECK, Maria Carmelita. Dimensão política do trabalho do assistente social. **Ser. Soc. Soc.** São Paulo, n. 120, p. 667-693, out./dez., 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/05.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2021.

YAZBECK, Maria Carmelita. Serviço social, questão social e políticas sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro. **Serviço Social em Revista**, v. 21, n. 1, 2018. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/35215>. Acesso em: 10 maio 2021.

APÊNDICES

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Prezado(a) Senhor(a):

Este é um convite para participar da pesquisa: **Centro de Referência de Assistência do Vale do Ribeira: a tensão entre projeto ético-político do Serviço Social e projeto societário capitalista**, que está sendo desenvolvida por **Fabio de Carvalho Rocha**, aluno do curso de mestrado acadêmico da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -PUC/SP, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Carola Carbajal Arregui.

O objetivo geral deste estudo é analisar a dimensão política do trabalho do/a assistente social na política de Assistência Social na Região do Vale do Ribeira-SP sob a ótica de como se dá o trabalho profissional nos Centros de Referência da Assistência Social. O objetivo específico é conhecer o cotidiano de trabalho profissional dos/ assistentes sociais técnicos que atuam nessas unidades, buscando desvelar os limites e potencialidades do trabalho profissional na região.

Considerando que sua participação é muito importante, salientamos que a pesquisa ocorrerá em uma etapa. Nesse sentido, solicitamos a sua colaboração para a participação em entrevista semiestruturada realizada a distância através de aplicativo de plataformas, seguindo os protocolos de distanciamento previstos no Ministério da Saúde e, deste modo, garantida a segurança de todos os envolvidos. Estipulamos que a entrevista terá como tempo médio de duração 1 (uma) hora e poderá ser gravada com autorização prévia do participante.

Cabe esclarecer que a adesão à pesquisa é voluntária e o(a) Sr.(a) tem garantido o direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou problema. Esclareço que as informações colhidas pela pesquisa serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, sem a identidade do seu nome e respeitando os protocolos oficiais da ética em pesquisa. O acesso aos resultados da pesquisa será garantido aos sujeitos participantes da pesquisa.

Informamos que a(o) Sr.(a) não pagará nem será remunerado(a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação nessa.

Este termo será preenchido e firmado em duas vias de igual teor e conteúdo, sendo uma delas, devidamente preenchida, assinada e entregue a(o) senhor(a).

Caso o(a) Sr.(a) tenha qualquer dúvida, informamos que durante todo o período da pesquisa poderá solicitar esclarecimento, bastando, para isso, entrar em contato diretamente com o pesquisador por meio de endereço eletrônico fabio-carvalho50@hotmail.com ou pelo telefone (13) 98220-4984.

Considerando que fui informado(a) dos objetivos e da relevância do estudo proposto, de como será a minha participação, dos procedimentos e ausência de riscos decorrentes deste estudo, declaro meu livre consentimento em participar da pesquisa, como também concordo que os dados obtidos na investigação sejam utilizados para fins científicos (divulgação em eventos e publicações) preservando a minha identificação

_____, ____ de _____ de 2021.

(local)

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

QUESTIONÁRIO DAS ENTREVISTAS

Qual o nome da Instituição de Ensino Superior que você se graduou em serviço Social?

-A modalidade de ensino a qual obtiveram o título de graduação:

A) Presencial, B) Semipresencial, C) E.A.D.);

-Possui continuidade nos estudos acadêmicos

A) Especialização Lato Senso:_____

B) Especialização Stricto Senso

a) Mestrado, b)Doutorado, c) Pós-Doutorado);

-Tipo de vínculo empregatício:

A) Concursado, B) CLT, C) Temporário, D) Por hora, E) Outros);

-O tempo em que esses assistentes sociais estão inseridos nos espaços dos Centros de Referência de Assistência Social na condição de técnico.

A) 0 a 4 anos, B) de 5 a 9 anos, C) de 10 a 14 anos, D) de 15 a 19 anos, E) mais de 20 anos);

-Carga horaria de trabalho na instituição:_____

1. No seu cotidiano de trabalho, de que maneira e quais são as principais demandas que chegam ao CRAS?

2. Na maioria das vezes, como esse atendimento se desenvolve?

3. Como é que o Serviço Social avalia as demandas?

4. Na sua experiência, quais situações foram mais difíceis de atender? Você poderia contar um exemplo?

5. Existem espaços/momentos em que os profissionais da assistência social debatem e discutem as demandas da população e as ofertas da política? Se sim, quais, você gostaria de compartilhar. Se não, por que isso não acontece e o que poderia ser feito?

6. **Você considera que no atendimento da população e das demandas que chegam ao CRAS, há algum julgamento de valor por parte da equipe? Quais valores você citaria?**
7. **Considerando as demandas identificadas pelo CRAS, quais são os programas, e serviços e benefícios ofertados pela assistência social?**
8. **Existem demandas que a política de assistência social não consegue atender? Como isso repercute para o Serviço Social?**
9. **Você sentiu alguma mudança na forma de efetivação dos direitos dos/das usuários atendidas/os pelo CRAS? Você poderia citar um exemplo?**
10. **Existem experiências de trabalho coletivo com usuárias/os no CRAS? Você poderia citar um exemplo?**
11. **Como você avalia os recursos e espaços de trabalho para o atendimento e o trabalho social com as/os usuárias/os do CRAS? (formas de acesso, equipe, espaço físico/sigilo, materiais?)**
12. **No seu cotidiano de trabalho você consegue realizar as tarefas dentro do horário de trabalho, ou há necessidade de realização de trabalho fora do expediente?**
13. **No seu ponto de vista é necessária a contratação de algum trabalhador ou profissional para exercer alguma função nesta unidade? Se sim qual?**
14. **Alguma vez alguém da equipe foi pressionada/o para realizar algum trabalho que não faz parte das atribuições do Serviço Social? Se sim, você poderia citar um exemplo?**
15. **O que você entende por autonomia profissional?**
16. **Qual o papel do Código de Ética profissional no seu cotidiano profissional?**
17. **Você se reúne com outros assistentes sociais para debater ou ampliar conhecimentos pertinentes ao Serviço Social? Participação do fórum...**

18. O que é ser um assistente Social no vale do Ribeira?